



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

LORENA DA SILVA RODRIGUES

O CASO ACUSATIVO NOS PRONOMES PESSOAIS DE TERCEIRA PESSOA
DO PORTUGUÊS BRASILEIRO E EUROPEU

FORTALEZA

2018

LORENA DA SILVA RODRIGUES

O CASO ACUSATIVO NOS PRONOMES PESSOAIS DE TERCEIRA PESSOA DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO E EUROPEU

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Márluce Coan.

Coorientadora: Prof^a Dr^a Aline Maria Pinguinha França Bazenga.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R614c Rodrigues, Lorena da Silva.
O caso acusativo nos pronomes pessoais de terceira pessoa do português brasileiro e europeu / Lorena da Silva Rodrigues. – 2018.
165 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Márluce Coan.
Coorientação: Profa. Dra. Aline Maria Pinguinha França Bazenga.
1. Pronomes pessoais de terceira pessoa. 2. Caso acusativo. 3. Variação linguística. 4. Mudança linguística. 5. Sociofuncionalismo. I. Título.

CDD 410

LORENA DA SILVA RODRIGUES

O CASO ACUSATIVO NOS PRONOMES PESSOAIS DE TERCEIRA PESSOA DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO E EUROPEU

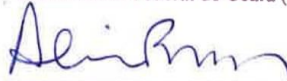
Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Linguística da Universidade Federal do Ceará
como requisito para a obtenção do título de
Doutor em Linguística. Área de concentração:
Linguística.

Aprovada em: 28/03/2018.

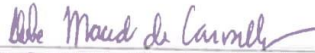
BANCA EXAMINADORA



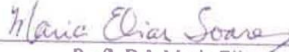
Prof.ª Dr.ª Márcice Coan (orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



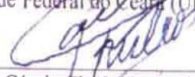
Prof.ª Dr.ª Aline Maria Pinguinha França Bazenga (coorientadora)
Universidade da Madeira (UMA)



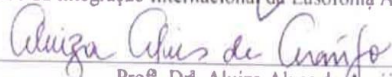
Prof.ª Dr.ª Hebe Macedo de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof.ª Dr.ª Maria Elias Soares
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dr. Cássio Florêncio Rubio
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Prof.ª Dr.ª Aluiza Alves de Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Paulo Mosânio Teixeira Duarte.

AGRADECIMENTOS

Ao projeto político voltado à educação e ao fortalecimento da universidade pública, desenvolvido nos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Hanna Rouseff, que colaborou para que, através desta tese, mais uma mulher negra seja doutora no Brasil.

À minha mãe que, mesmo com todas as suas limitações pessoais e financeiras, ensinou-me que a educação é o único caminho para transpor todas as barreiras. O título de doutora é, por merecimento, mais seu do que meu.

Às minhas irmãs, Natália e Ana Paula, aos meus sobrinhos, Matheus, Mário e Brian, e ao meu pai, Antônio, por todo o amor e apoio, mesmo com todos os momentos de ausência durante essa Odisseia.

À Márluce Coan, pela generosidade, rigor e paciência ao longo de sete anos de orientação. Obrigada pela confiança depositada em mim e por ser o exemplo de pesquisadora e profissional correta, precisa e competente, o qual tentarei seguir ao longo da vida.

À Aline Bazenga, pela amizade e todas as contribuições dadas à pesquisa, durante e após o período do PDSE. Esta tese também tem um pouco de si.

Aos professores Paulo Mosânio Duarte e Márcia Teixeira Nogueira, pelas sugestões preciosas para o enriquecimento deste trabalho durante a qualificação do projeto de tese.

Ao professor e amigo querido Júlio Araújo, por todo o apoio dado ao longo da minha vida acadêmica e, em especial, por ter me mostrado a luz quando o término do doutorado parecia impossível.

À professora Sílvia Vieira, por gentilmente disponibilizar o *corpus* do Projeto Concordância.

À Sayonara Costa, amiga amada e confidente fiel de todas as felicidades e angústias desde a seleção até a defesa. Obrigada pela partilha dos sonhos e da vida. Deu certo!!!

À Leidiane Tavares e Rafael Costa, por me ajudarem a manter a sanidade. Perto ou longe, desse ou do outro lado do Atlântico, sempre presentes. Sem dúvida, em todos

esses anos de vida acadêmica, o maior título que conquistei foi o de amiga, concedido por vocês.

A Manoelito Gurgel, pela companhia e amizade durante o período do Doutorado sanduíche. Obrigado por ter me feito uma melhor pessoa e uma melhor linguista, alargando minha forma de ver o mundo.

Ao professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, elementos essenciais para a minha formação acadêmica.

Ao grupo de pesquisa SOCIOLIN – CE, em especial aos queridos Jards Nobre e Hebe Macedo, pelas trocas de ideias e pela aprendizagem constante ao longo da elaboração desta tese.

À CAPES pelo apoio financeiro através dos programas Demanda Social e Programa Doutorado Sanduíche no Exterior.

À Secretaria da Educação do Ceará, pelo período de afastamento para a elaboração desta tese.

Uma língua é o lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o seu rumor, como da de outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto. Por isso a voz do mar foi a da nossa inquietação.

(Vergílio Ferreira)

RESUMO

Esta tese objetiva estudar a mudança no sistema pronominal da língua portuguesa, em suas variantes europeia e brasileira, no que tange à categoria de caso. Para isso, partimos da noção sociolinguística de que toda mudança é oriunda de um estágio anterior de variação linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 1978, 1994, 2001, 2008 e 2010) e investigamos como variantes os pronomes *o* (*a*, *os*, *as*); *ele* (*ela*, *eles*, *elas*); *lhe(s)*, além da anáfora zero na codificação do caso acusativo. Como fatores condicionantes dessa mudança, analisamos: o *continuum* oralidade/escrita; as propriedades semânticas do OD; o tipo da forma verbal que o acusativo complementa; a posição do pronome; o período histórico; o sexo do informante; o nível de escolaridade; a idade e a localidade. Propomos como tese que a perda da distinção da categoria caso nos pronomes pessoais em língua portuguesa advém da deriva linguística secular e um indício que comprova esse fato está na convergência linguística de variantes do português distantes geograficamente, mas que partilham fatores cognitivos e culturais (LABOV, 2010) dentro da lusofonia. Trabalhamos com duas amostras, uma escrita e outra oral, contendo textos das décadas de 1970 a 2010 do português brasileiro e do português europeu, bem como com um teste de percepção e avaliação das variantes aplicado a alunos da Universidade da Madeira. Após descritos, os dados passaram por um tratamento estatístico no programa GOLDVARB X e depois foram analisados à luz do Sociofuncionalismo, uma vez que, além da Teoria da Variação e Mudança Linguística, temos como base os princípios funcionalistas da iconicidade e da marcação (GIVÓN, 1979b, 1984, 1995, 2002, 2005, 2009 e 2011). A partir do resultado do teste aplicado a 412 informantes do Funchal, pudemos mapear as variantes de prestígio e as estigmatizadas no PE-Insular. Por ordem de avaliação, em sentido crescente de apreciação, as variantes estão assim distribuídas: *ele*, *lhe*, anáfora zero e clítico. Em seguida, partimos para a etapa de análise dos dados de textos escritos e orais no português europeu e no português brasileiro. Para a variante *o*, foram selecionados os seguintes grupos de fatores como condicionantes: a) faixa etária (56 a 75); b) grau de escolaridade (ensino médio e ensino superior); c) gênero textual (notícia e editorial); d) período histórico (décadas de 70 e de 2000); e) propriedade semântica do objeto direto (+ humano); f) tipo da forma verbal (composta); g) localidade (Lisboa e Funchal) e h) *continuum* fala x escrita (escrita). Para o pronome *ele*, cinco fatores foram selecionados, a saber: a) faixa etária (36 a 55 e 56 a 75); b)

escolaridade (ensino fundamental); c) sexo do informante (feminino); d) localidade (Rio de Janeiro) e e) propriedade semântica do OD (+ humano). Para a anáfora zero, foram selecionados os fatores a) faixa etária (18 a 35); b) gênero textual (entrevista); c) continuum fala x escrita (fala); d) período histórico (décadas de 80, 90, 2010); e) localidade (Rio de Janeiro); f) traço semântico do objeto (- humano) e g) tipo da forma verbal (simples). Para o pronome *lhe*, apenas um fator condicionante foi selecionado, a propriedade semântica do objeto (+ humano). Após analisados os dados, observamos microdomínios funcionais configurando uma sintaxe da língua portuguesa pós-colonial: de um lado, estão o clítico e a anáfora zero, as variantes não marcadas, apresentando alta frequência, mas motivações opostas; por outro lado, as variantes marcadas cognitivamente e socialmente, *ele* e *lhe*, apresentam baixa frequência e comportamento análogo entre si.

Palavras-chave: Pronomes pessoais de terceira pessoa, caso acusativo, variação, mudança, Sociofuncionalismo.

ABSTRACT

THE ACCUSATIVE CASE IN THE PRONOUNS OF THE THIRD PERSON IN BRAZILIAN PORTUGUESE AND IN EUROPEAN PORTUGUESE

This thesis aims to study the change in the pronominal system in Portuguese, in its European and Brazilian variants, regarding the category of case. Thereto, it considers that any change comes from an earlier stage of linguistic variation (Weinreich, Labov, Herzog, 2006; Labov, 1978, 1994, 2001, 2008, 2010) and investigates variants of pronouns *o* (*a, os, as*); *ele* (*ela, eles, elas*); *lhe(s)*, in addition to zero anaphora. As conditioning factors of this change, it analyzes the oral or written continuum; the semantic properties of the direct object; the kind of verbal form that the accusative complements; the position of the pronoun; the historical period; the sex of the informant; the level of schooling; the age and the location. It proposes that the loss of the distinction of the case category in personal pronouns in Portuguese derives from the secular linguistic drift, and an evidence that proves this fact lies in the linguistic convergence of variants of Portuguese geographically distant but sharing cognitive and cultural factors (Labov, 2010) within Lusophony. It works with two samples, a written one and an oral one, containing texts from the 1970s to 2010 of Brazilian Portuguese and European Portuguese, as well as a test of perception and evaluation of variants applied to students of the University of Madeira. After being described, the data were subjected to a statistical treatment in the GoldVarb X program and then analyzed in the light of Sociofunctionalism, since, besides the Theory of Variation and Linguistic Change, it is based on the functionalist principles of iconicity and marking (Givon, 1979b, 1984, 1995, 2002, 2005, 2009, 2011). From the result of the test applied to 412 informants from Funchal, it was possible to map prestige variants and those stigmatized in European Portuguese peninsular. By order of evaluation, in an increasing sense of appreciation, the variants are distributed as it follows: *ele*, *lhe*, zero anaphora and *o(a)(s)*. After that, it makes the analysis of the data of written and oral texts in European Portuguese and Brazilian Portuguese. For variant *o*, the following groups of factors were selected as conditioning factors: a) Age group (56 to 75); b) education level (high school and higher education); c) textual genre (news and editorial); d) historical period (decades of 70 and 2000); e) semantic property of the direct object (+human); f) type of verbal form (compound); g) locality (Lisbon and Funchal); and h) continuum speech vs. writing (writing). As for the pronoun *ele*, five factors were selected, namely: a) age

range (36 to 55 and 56 to 75); b) schooling (elementary education); c) gender of the informant (female); d) locality (Rio de Janeiro); and e) semantic property of the direct object (+human). As for zero anaphora, the following factors were selected: a) age range (18 to 35); b) textual genre (interview); c) continuum speech *vs.* writing (speech); d) historical period (decades of 80, 90, 2010); e) locality (Rio de Janeiro); f) semantic trait of the object (–human) and g) type of the verbal form (simple). As for the pronoun *lhe*, only one conditioning factor was selected, the semantic property of the object (+human). After analyzing the data, functional microdomains were observed, configuring a syntax of the postcolonial Portuguese language: on the one hand, clitic *o* and zero anaphora, variants not marked, presenting high frequency, but opposite motivations; on the other hand, the variants marked cognitively and socially (*ele* and *lhe*) present low frequency and behavior analogous to each other.

Keywords: Third-person personal pronouns. Accusative case. Variation. Change. Sociofunctionalism.

RESUMÉ

LE CAS ACCUSATIF DANS LES PRONOMS PERSONNELS DE TROISIÈME PERSONNE DU PORTUGAIS BRÉSILIEN ET EUROPÉEN.

Cette thèse vise à étudier le changement dans le système pronominal en ce qui concerne la catégorie des cas, dans les variétés européennes et brésiliennes de la langue portugaise. En partant de l'idée sociolinguistique, selon laquelle tout changement provient d'un stade plus précoce de la variation linguistique (Weinreich, Labov, Herzog, 2006, Labov, 1978, 1994, 2001, 2008 et 2010), nous nous proposons d'examiner non seulement la variante anaphore zéro, mais aussi les variantes pronominales *o* (a, os, as), *ele* (ela, eles, elas) et *lhe(s)*. Par rapport aux facteurs qui pourraient conditionner ce changement, nous avons envisagé les suivants: le *continuum* oral - écrit; les propriétés sémantiques de l'OD; la forme verbale; la position du pronom; la période historique; le sexe, le niveau de scolarité, âge et le lieu de résidence des locuteurs. L'hypothèse que nous soutenons est que la perte de la distinction de la catégorie des cas dans le système des pronoms personnels en portugais provient de la dérive linguistique. Dans ce cadre, la convergence de variantes linguistiques géographiquement éloignées, mais partageant au sein de la lusophonie un ensemble de facteurs cognitifs et culturels (Labov, 2010), en serait la preuve. Nous travaillons avec deux échantillons, écrits et oraux, contenant des textes du portugais brésilien et du portugais européen des années 1970-2010, ainsi qu'un test de perception et d'évaluation des variantes en jeu, appliqué à des étudiants de l'Université de Madère (Funchal, Portugal). Les données collectées, ont été soumises, après leur description, à un traitement statistique, avec le recours au programme GOLDVARB X. L'analyse des résultats s'est réalisée à la lumière des principes postulés par le Socio-fonctionnalisme, car, en plus de la Théorie de la Variation et du Changement, nous nous sommes basés sur les principes fonctionnalistes, tels que l'iconicité et le marquage, d'après Givón (1979b, 1984, 1995, 2002, 2005, 2009 et 2011). Les résultats du test appliqué aux 412 étudiants madériens permettent de dresser une carte des variantes de prestige et stigmatisées dans une variété insulaire du portugais européen. Par ordre d'évaluation, et dans un sens croissant d'appréciation, les variantes sont ainsi réparties: *ele*, anaphore zéro et clitique *o*. L'analyse des données des textes écrits et oraux en portugais européen et portugais brésilien, en termes de

facteurs de conditionnement sélectionnés, aboutit aux résultats suivants: pour la variante *o*: a) groupe d'âge (56 à 75 ans); b) niveau de scolarité (enseignement secondaire et supérieur); c) genre textuel (récits et éditoriaux); d) période historique (décennies 70 et 2000); e) la propriété sémantique de l'OD (+ humain); f) forme verbale (forme composée); g) lieu de résidence (Lisbonne et Funchal) et h) *continuum* oral - écrit (écrit). Pour le pronom *ele*, il y a cinq facteurs sélectionnés, à savoir: a) groupe d'âge (36 à 55 ans et 56 à 75 ans); b) la scolarité (éducation élémentaire); c) le sexe du locuteur (féminin); d) le lieu de résidence (Rio de Janeiro) et e) propriété sémantique de l'OD (+ humain). Pour l'anaphore zéro: a) le groupe d'âge (18 à 35 ans); b) genre textuel (interview); c) *continuum* oral - écrit (oral); d) période historique (décennies 80, 90 et 2010); e) lieu de résidence (Rio de Janeiro); f) trait sémantique de l'OD (- humain) et g) type de la forme verbale (simple). Enfin, pour le pronom *lhe*, seule la propriété sémantique de l'OD (+ humain) a été sélectionnée. Nous avons pu également observer d'existence de microdomaines fonctionnels qui configurent une syntaxe du portugais postcolonial: d'un côté, nous avons les clitiques de la série *o* et l'anaphore zéro, en tant que variantes non-marquées, présentant un taux de fréquence élevé et dont les motivations sont opposées; d'un autre côté, il y a les variantes cognitivement et socialement marquées, *ele* et *lhe*, à bas taux de fréquence et ayant un comportement semblable entre elles.

Mots-clés: Pronoms personnels de troisième personne; cas accusatif; Variation; Changement; Socio-fonctionnalisme.

RESUMEN

EL CASO ACUSATIVO EN LOS PRONOMBRES PERSONALES DE TERCERA PERSONA DEL PORTUGUÉS BRASILEÑO Y EUROPEO

Esta tesis objetiva estudiar el cambio en el sistema de pronombres de la lengua portuguesa, en sus variantes europea y brasileña, referente a la categoría de caso. Para eso, partimos de la noción sociolingüística de que todo cambio es oriundo de un momento anterior de variación lingüística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 1978, 1994, 2001, 2008 e 2010) e investigamos como variantes los pronombres *o* (*a, os, as*); *ele* (*ela, eles, elas*); *lhe(s)*, además de la anáfora cero. Como factores condicionantes de este cambio, analizamos: el *continuum* oralidad/escritura; las propiedades semánticas del OD; el tipo de la forma verbal que el acusativo complementa; la posición del pronombre; el período histórico; el sexo del informante; el nivel de escolaridad; la edad y la localidad. Propusimos como tesis que la pérdida de la distinción de la categoría caso en los pronombres personales en lengua portuguesa adviene de la deriva lingüística de siglos, y un indicio que comprueba este hecho está en la convergencia lingüística de variantes del portugués distantes geográficamente, pero que comparten factores cognitivos y culturales (LABOV, 2010) en el contexto de la lusofonía. Trabajamos con dos muestras, una escrita y otra oral, desde textos de las décadas de 1970 a 2010 del portugués brasileño y del portugués europeo, bien como con un teste de percepción y evaluación de las variantes aplicado a alumnos de la Universidad de la Madera. Después de descriptos, los datos pasaron por un tratamiento estadístico en el programa GOLDVARB X y después fueron analizados a la luz del Sociofuncionalismo, una vez que, además de la Teoría de la Variación y del Cambio Lingüístico, tenemos como base los principios funcionalistas de la iconicidad y de la marcación (GIVÓN, 1979b, 1984, 1995, 2002, 2005, 2009 e 2011). A partir del resultado del teste aplicado a 412 informantes de Funchal, mapeamos las variantes de prestigio y las estigmatizadas en el PE-Insular. Por orden de evaluación, en sentido creciente de apreciación, las variantes están así distribuidas: *ele*, *lhe*, anáfora cero y clítico. A continuación, partimos para la etapa de análisis de los datos de textos escritos u orales en el portugués europeo y en el portugués brasileño. Para la variante *o*, fueron seleccionados los siguientes grupos de factores como condicionantes: a) grupo de edad (56 a 75); b) grado de escolaridad enseñanza media y enseñanza superior); c) género

textual (noticia y editorial); d) periodo histórico (décadas de 70 e de 2000); e) propiedad semántica del objeto directo (+ humano); f) tipo de la forma verbal (compuesta); g) localidad (Lisboa y Funchal) e h) *continuum* habla x escritura (escritura). Para el pronombre *ele*, cinco factores fueron seleccionados, a saber: a) grupo de edad (36 a 55 e 56 a 75); b) escolaridad (enseñanza fundamental); c) sexo del informante (femenino); d) localidad (Rio de Janeiro) e e) propiedad semántica del OD (+ humano). Para la anáfora cero, fueron seleccionados los factores a) grupo de edad (18 a 35); b) género textual (entrevista); c) continuum habla x escritura (habla); d) período histórico (décadas de 80, 90, 2010); e) localidad (Rio de Janeiro); f) rasgo semántico del objeto (- humano) e g) tipo de la forma verbal (simples). Para el pronombre *lhe*, solamente un factor condicionante fue seleccionado, la propiedad semántica del objeto (+ humano). Después de analizados los datos, observamos microdominios funcionales que configuran una sintaxis de la lengua portuguesa poscolonial: de un lado, están el clítico y la anáfora cero, las variantes no marcadas, presentando alta frecuencia, pero motivaciones contrarias; por otro lado, las variantes marcadas cognitivamente y socialmente, *ele* e *lhe*, presentan baja frecuencia y comportamiento análogo entre sí.

Palabras-clave: Pronombres personales de tercera persona, caso acusativo, variación, cambio, Sociofuncionalismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 01: Distribuição da língua portuguesa no mundo.....	34
Figura 02: Dialetos do português europeu.....	36
Figura 03: Equilíbrio do uso da língua a partir do princípio de iconicidade.....	69
Figura 04: Captura de tela da primeira página de um exemplar do Jornal do Brasil <i>online</i>	80
Figura 05: Primeira página de um exemplar do jornal Diário de Notícias.....	81
Figura 06: Microfilmagem da primeira página de um exemplar do jornal Diário de Notícias da Madeira.....	82
Figura 07: Microdomínios funcionais com formas em variação.....	151

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 01: Periodização da língua portuguesa.....	32
Quadro 02: Distribuição dos pronomes pessoais no português padrão.....	45
Quadro 03: Formas contraídas dos pronomes pessoais.....	46
Quadro 04: Pronomes pessoais do português brasileiro.....	48
Quadro 05: Iconicidade a partir da informatividade e da economia.....	68
Quadro 06: Formulação dos princípios de marcação e expressividade.....	71
Quadro 07: Formulação dos princípios de iconicidade e modularidade.....	71
Quadro 08: Estratificação da amostra de dados orais.....	78
Quadro 09: Distribuição quantitativa da amostra de textos escritos.....	79
Quadro 10: Modelo do pré-teste de percepção e de avaliação das variantes.....	89
Gráfico 01: Avaliação dada ao uso das variantes.....	95
Gráfico 02: Distribuição das variantes na amostra analisada.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Frequência de uso das variantes.....	51
Tabela 02: Objetos diretos anafóricos encontrados na fala.....	55
Tabela 03: Objetos diretos anafóricos encontrados na escrita.....	55
Tabela 04: Avaliação dada às variantes em relação ao sexo do informante.....	98
Tabela 05: Avaliação dada às variantes em relação à permanência na Ilha da Madeira.....	101
Tabela 06: Avaliação dada às variantes em relação ao valor semântico do OD.....	104
Tabela 07: Avaliação dada às variantes em relação ao gênero do OD.....	107
Tabela 08: Avaliação dada às variantes em relação ao tipo da forma verbal.....	109
Tabela 09: Avaliação dada às variantes em relação à posição do pronome.....	111
Tabela 10: Influência do fator <i>localidade</i> no uso do clítico em oposição às demais variantes.....	116
Tabela 11: Influência do fator <i>localidade</i> no uso da anáfora zero em relação às demais variantes.....	117
Tabela 12: Influência do fator <i>localidade</i> no uso do pronome <i>ele</i> em relação às demais variantes.....	118
Tabela 13: Influência do fator <i>localidade</i> no uso do pronome <i>lhe</i> em relação às demais variantes.....	120
Tabela 14: Influência do fator <i>faixa etária</i> no uso do clítico em oposição às demais variantes.....	121
Tabela 15: Influência do fator <i>faixa etária</i> no uso da anáfora zero em oposição às demais variantes.....	122
Tabela 16: Influência do fator <i>faixa etária</i> no uso do pronome <i>ele</i> em oposição às demais variantes.....	123

Tabela 17: Influência do fator <i>faixa etária</i> no uso do pronome <i>lhe</i> em oposição às demais variantes.....	124
Tabela 18: Influência do fator <i>traço semântico do OD</i> no uso do clítico em relação às demais variantes.....	125
Tabela 19: Influência do fator <i>traço semântico do OD</i> no uso do pronome <i>ele em relação</i> às demais variantes.....	126
Tabela 20: Influência do fator <i>traço semântico do OD</i> no uso do pronome <i>lhe em relação</i> às demais variantes.....	127
Tabela 21: Influência do fator <i>traço semântico do OD</i> no uso da anáfora zero em relação às demais variantes.....	128
Tabela 22: Influência do fator <i>grau de escolaridade</i> no uso do clítico em oposição às demais variantes.....	129
Tabela 23: Influência do fator <i>grau de escolaridade</i> no uso do pronome <i>ele</i> em oposição às demais variantes.....	131
Tabela 24: Influência do fator <i>grau de escolaridade</i> no uso da anáfora zero em oposição às demais variantes.....	132
Tabela 25: Influência do fator <i>grau de escolaridade</i> no uso do pronome <i>lhe</i> em oposição às demais variantes.....	133
Tabela 26: Influência do fator <i>tipo da forma verbal</i> no uso do clítico em relação às demais variantes.....	134
Tabela 27: Influência do fator <i>tipo da forma verbal</i> no uso da anáfora zero em relação às demais variantes.....	135
Tabela 28: Influência do fator <i>tipo da forma verbal</i> no uso do pronome <i>ele</i> em relação às demais variantes.....	135
Tabela 29: Influência do fator <i>tipo da forma verbal</i> no uso do pronome <i>lhe</i> em relação às demais variantes.....	135
Tabela 30: Influência do registo, <i>fala x escrita</i> , no uso do clítico em oposição à anáfora.....	137

Tabela 31: Influência do registro <i>fala x escrita</i> no uso da anáfora zero em oposição ao clítico.....	138
Tabela 32: Influência do fator <i>gênero textual</i> no uso do clítico em oposição à anáfora zero.....	139
Tabela 33: Influência do grupo de fatores <i>gênero textual</i> no uso da anáfora zero em oposição ao clítico.....	140
Tabela 34: Influência do <i>período histórico</i> no uso do clítico em oposição à anáfora.....	142
Tabela 35: Influência do fator <i>período histórico</i> no uso da anáfora zero em oposição ao clítico.....	142
Tabela 36: Influência do fator <i>sexo do informante</i> no uso do pronome <i>ele</i> em relação às demais variantes.....	144
Tabela 37: Influência do fator <i>sexo do informante</i> no uso do pronome <i>lhe</i> em relação às demais variantes.....	146
Tabela 38: Influência do fator <i>sexo do informante</i> no uso do clítico em relação às demais variantes.....	146
Tabela 39: Influência do fator <i>sexo do informante</i> no uso da anáfora zero em relação às demais variantes.....	147
Tabela 40: Influência do fator <i>posição pronominal</i> no uso do clítico em oposição ao pronome <i>lhe</i>	148
Tabela 41: Influência do fator <i>posição pronominal</i> no uso do pronome <i>lhe</i> em relação ao clítico acusativo padrão.....	149

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	24
2. AS MUDANÇAS DA LÍNGUA PORTUGUESA NO TEMPO E NO ESPAÇO	
2.1. As mudanças da língua portuguesa ao longo do tempo.....	30
2.2. A variação geográfica.....	34
2.2.1. O português europeu.....	35
2.2.2. O português brasileiro.....	40
2.3. Pronomes pessoais de terceira pessoa no português: norma e uso.....	44
Considerações finais do capítulo.....	56
3. O SOCIOFUNCIONALISMO.....	58
3.1. A Teoria da Variação e da Mudança Linguística.....	58
3.2. O Funcionalismo linguístico.....	65
3.3. O Sociofuncionalismo.....	72
Síntese conclusiva do capítulo.....	74
4. METODOLOGIA.....	76
4.1. Formação dos <i>corpora</i>	77
4.2. Fatores de controle e hipóteses.....	83
4.3. Teste de percepção e avaliação das variantes no PE Insular.....	88
4.4. Análise estatística dos dados.....	91
Síntese conclusiva do capítulo.....	92
5. VARIAÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS DE TERCEIRA PESSOA NA FUNÇÃO DE OBJETO DIRETO – TESTE DE PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO POR ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA.....	
5.1. Avaliação dada a cada variante.....	94
5.2. Motivações extralinguísticas.....	98

5.2.1. Sexo do informante.....	98
5.2.2. Permanência na ilha.....	100
5.3. Motivações linguísticas.....	103
5.3.1. Valor semântico do OD.....	107
5.3.2. Gênero do OD.....	107
5.3.3. Tipo da forma verbal.....	108
5.3.4. Posição do pronome.....	111
Síntese conclusiva do capítulo.....	113
6. VARIAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA NOS PRONOMES PESSOAIS DE TERCEIRA PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU.....	114
6.1. Localidade.....	116
6.2. Faixa etária.....	121
6.3. Traço semântico do OD.....	125
6.4. Grau de escolaridade.....	129
6.5. Tipo da forma verbal.....	133
6.6. <i>Continuum</i> fala x escrita.....	136
6.7. Período histórico.....	141
6.8. Sexo do informante.....	144
6.9. Posição pronominal.....	147
Síntese conclusiva do capítulo.....	152
7. CONCLUSÕES.....	154
REFERÊNCIAS.....	158
APÊNDICE.....	165

1. INTRODUÇÃO

*Todo começo é involuntário.
 Deus é o agente.
 O herói a si assiste, vário
 E inconsciente.
 À espada em tuas mãos achada
 Teu olhar desce.
 “Que farei eu com esta espada?”
 Ergueste-a, e fez-se.*

(Fernando Pessoa)

Esta tese tem como foco a categoria linguística de *caso*. No que diz respeito à polissemia dessa palavra, podemos citar três noções distintas: o caso semântico, o caso morfológico e o caso abstrato. A primeira noção foi bastante difundida na chamada Gramática de Casos e está diretamente ligada aos papéis temáticos que um argumento desempenha em relação ao núcleo lexical do sintagma. No que se refere a essa noção, Mioto, Silva e Lopes (2005) exemplificam com a seguinte frase: “O veterinário operou o porco com uma faca no chiqueiro”, em que o caso semântico de *o veterinário* é o de agente; o de *o porco* é tema; *com uma faca* corresponde ao caso semântico de instrumento e *no chiqueiro* é locativo.

No que se refere ao morfológico, há a existência de um paradigma de morfemas associativos a um determinado caso. Tomemos como exemplo as seguintes construções da língua latina:

(1) *Puer* *puellam* *amat.*
 Menino menina ama
 (nominativo) (acusativo)

(2) *Puella* *puerum* *amat.*
 Menina menino ama
 (nominativo) (acusativo)

Notemos que, com a mudança de caso, as palavras latinas para *menino* e *menina* receberam desinências distintas. Assim, *puella*, quando na posição de sujeito, aparece

com o morfema de nominativo /-a/ e, quando aparece na função de objeto direto, tem como morfema de acusativo /-m /. O mesmo ocorre com *puer* que, no nominativo, apresenta o morfema \emptyset e, no acusativo, o morfema /-(u)m /. Dessa forma, observamos que, para expressar cada função sintática, há um caso e este dispõe um morfema adicionado ao nome.

Duarte e Lima (2003, p.104), todavia, advertem sobre a noção de caso morfológico nos pronomes pessoais do português: *Não se pode, contudo, falar em flexão causal, simplesmente porque não há a marcação por mecanismos flexionais. O que vigora é a heteronímia ou supleção mórfica.*

Porém, em várias línguas, a categoria de caso dá-se mais abstratamente, uma vez que não há paradigma de morfemas como ocorre no latim. “Daí a noção de caso abstrato, uma noção mais geral do que caso morfológico, e universal já que sua existência é postulada para qualquer língua” (MIOTO; SILVA; LOPES, 2005, p. 174).

Para os autores:

(...) a categoria gramatical de Caso é necessária para qualquer língua na medida em que permite que os DPs sejam interpretados: numa sentença o DP marcado por nominativo pode ser o AGENTE, o marcado por acusativo pode ser o TEMA e assim por diante. Sem o Caso, não seria possível recuperar qual o papel temático do DP. Esta necessidade de Caso se verifica mesmo para línguas que não dispõem de um único morfema para este fim. Como todas as outras, esta língua precisa indicar qual o papel Θ do DP e isso é feito por meio do Caso abstrato.

Nossa pesquisa pauta-se na noção de caso morfológico, uma vez que, como resquício da categoria latina, na língua portuguesa, apenas os pronomes pessoais apresentam uma forma *reta* – nominativo – e outra ou outras *oblíquas* – acusativo e/ou dativo. Dessa forma, a norma gramatical aponta que os pronomes pessoais, em “Assim que *ela* a viu, pediu-*lhe* que ficasse ao seu lado.”, devem ser diferentes entre si por se tratar de um sujeito, um objeto direto e um objeto indireto, respectivamente.

No entanto, no Brasil, essa oposição não ocorre de forma tão marcada. Segundo Azeredo (2008, p. 549), percebemos o uso de *ele* e respectivas variações na função de objeto direto, como em “eu sempre encontro *ela* (= sua prima) na feira”. Além dessa situação, observa-se, ainda, o uso de *lhe*, descrito na GT como objeto indireto, como objeto direto: “não *lhe* vi na festa”.

Tendo isso em vista, esta tese propõe-se a fazer um estudo que dê conta das mudanças ocorridas no sistema pronominal do português, mais especificamente no que se refere aos pronomes de terceira pessoa na função de objeto direto. Propomos uma pesquisa em duas etapas, uma que dê conta da variação linguística entre as variantes pronominais de terceira pessoa - *o*, *ele*, *lhe*, *ϕ* e respectivas flexões de gênero e número - a partir de fatores condicionantes linguísticos e extralinguísticos, uma vez que, coadunando com a Teoria da Variação e da Mudança linguística, acreditamos que toda mudança linguística tenha partido de um estágio anterior de variação; e outra que faça um mapeamento do macrodomínio funcional dos pronomes em posição de acusativo.

Na literatura linguística, os pronomes clíticos são estudados, muitas vezes, pelo Gerativismo e/ou Sociolinguística Paramétrica. Como exemplo, podemos citar Guindaste (1988), Salles (2001), Kato *et al.* (2006), Oliveira (2007) e Costa (2010). Vale ressaltar que, nessas vertentes, o estudo do *caso* não é compreendido da mesma forma que a proposta por nós, isto é, morfossintaticamente. Nas pesquisas citadas acima, *caso* tem o sentido de caso abstrato. Para Miotto, Silva e Lopes (2005), no módulo da gramática gerativa que trata do caso abstrato, há a preocupação de se estabelecer i) quantos e quais são os casos abstratos; ii) quais são os elementos que atribuem os casos abstratos; iii) quais são os constituintes que os recebem; iv) quais as formas de atribuição de caso e v) quais os princípios que regulam a atribuição de caso.

Nossa pesquisa visa a preencher a lacuna de um estudo sobre o sistema pronominal do português que leve em conta não apenas os princípios de uma estrutura abstrata, mas que dê conta da maleabilidade de nossa gramática, ao buscar motivações extralinguísticas e linguísticas que vêm provocando o apagamento dos resíduos de marcas casuais que persistiram nos pronomes pessoais. Além disso, nossa pesquisa contempla dados do português brasileiro e do português europeu insular e peninsular. Estudos comparativos entre PB e PE já são tradicionais em pesquisas brasileiras e portuguesas, contudo, ao assumirmos o posicionamento de que a variante madeirense tem características diferentes da língua falada no continente, trazemos mais uma inovação à investigação da categoria *caso* em língua portuguesa.

Nesse panorama, nossa pesquisa tem por objetivo ampliar a compreensão teórica de nosso objeto através de uma abordagem que permita identificar momentos de variação entre os pronomes pessoais em diferentes sincronias – Teoria da Variação e Mudança Linguística – e etapas em que essas formas distintas, presentes no sistema,

adquiriram novas funções dentro de um determinado domínio funcional – Funcionalismo linguístico. Isto é, depois de identificadas as formas pronominais em variação, far-se-á uma explanação sobre as relações de marcação como meta- iconicidade na estrutura gramatical, mostrando a relevância desse conceito para a análise da mudança e da estabilização da língua em uso (GIVÓN, 1995).

Ao definir meta- iconicidade, Givón (1995, p. 58) diz que: “as categorias que são estruturalmente mais marcadas são também substantivamente mais marcadas”. Por mais marcada, associamos três ideias: a complexidade estrutural, a complexidade cognitiva e a distribuição de frequência. Assim, um sistema pronominal com uma diversidade de formas para uma mesma função tende a evitar a forma mais marcada estruturalmente por sua maior complexidade cognitiva e por sua baixa frequência. Partindo dessa ideia de que não há uma relação biunívoca entre forma e função, encontramos um ponto de diálogo entre teorias.

As línguas, enquanto fato social, apresentam heterogeneidade sistemática. A partir dessa afirmativa, a variação passa a ser entendida como um objeto passível a descrições e a análises científicas, pois essas variações são condicionadas por fatores linguísticos e extralinguísticos. Dentro desse modelo de sistema em variação, encontra-se o conceito de variantes linguísticas, que são duas formas que “podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado”. (COELHO ET AL. (2015))

A partir dessa perspectiva, traçamos o envelope de variação a ser estudado nessa pesquisa: *marcação do caso oblíquo nos pronomes pessoais* pelas variantes *o, ele, lhe, φ* e como fatores condicionantes linguísticos: a) o *continuum* fala/escrita; b) propriedades semânticas do objeto direto; c) o tipo da forma verbal e d) a posição pronome. Como fatores extralinguísticos, investigaremos o período histórico e a localidade, em textos escritos informais, e sexo do informante, nível de escolaridade, idade e localidade em dados orais. Levando em consideração o primeiro fator condicionante, justificamos nosso recorte histórico. Optamos pelos séculos XX e XXI pelo acesso a textos orais e escritos em diferentes graus de formalidade. Para tanto, utilizamos como *corpora* dados orais de falantes do Brasil e de Portugal coletados pelo projeto Concordância, organizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e dados escritos de jornais brasileiros e portugueses.

Essa escolha justifica-se uma vez que podemos (i) isolar e definir elementos que variam em resposta ao mesmo estado de coisas, (ii) eliminar os contextos nos quais as formas não dizem a mesma coisa e (iii) separar ambientes nos quais a regra é categórica (LABOV, 1978). Levando em consideração o último ponto, decidimos excluir o pronome *você*, pois este sempre fará menção a um interlocutor e não poderia substituir as outras variantes nos demais contextos.

Em paralelo à pesquisa variacionista, teremos a investigação sobre os pronomes pessoais na marcação da função caso, fazendo-se necessário um estudo da sintaxe *no* discurso. Assim, basear-nos-emos em Givón (1979b, 1984 e 1995, 2002, 2005, 2009 e 2011) para buscarmos regularidades linguísticas no discurso.

Diante dessas duas teorias apresentadas, propomos, como dito anteriormente, um diálogo teórico, seguindo o modelo teórico-metodológico Sociofuncionalista. Contudo, sabendo que os conceitos presentes nas duas teorias nem sempre são conciliáveis, devemos ter a noção de que o Sociofuncionalismo é uma *escala teórica*, em que se deve deixar claro de onde a interseção teórica partiu: se de um funcionalismo estendido para que dê conta de diferentes graus de variação ou se de uma sociolinguística estendida para dar conta de diferentes graus de funcionalismo. A partir daí, “as convergências podem ser mais ou menos facilitadas, surgindo matizes teóricos diferenciados, com limites diversos de absorção do que vem de cada modelo fonte” (TAVARES, 2003, p.135). Optamos por esse “casamento” teórico por considerar que ele dá conta de um aprofundamento na compreensão do comportamento linguístico de nosso objeto não alcançado por outras pesquisas de temática semelhante. Tendo isso em vista, assumimos uma proposta de pesquisa sociolinguística estendida ao funcionalismo.

Para tanto, essa tese é composta por sete capítulos, além dessa introdução (capítulo I). O capítulo que se segue apresenta a história dos pronomes pessoais em língua portuguesa, tendo como foco as mudanças dessa classe no português europeu e no português brasileiro. No capítulo seguinte, será apresentado o estado da arte no que se refere à categoria caso dos pronomes pessoais, a fim de destacar as lacunas a serem preenchidas por nossa pesquisa.

Nos capítulos quatro e cinco, respectivamente, abordaremos a teoria e o método utilizados para a descrição e análise dos dados. Como dito anteriormente, optamos pela perspectiva sociofuncionalista de análise e apresentamos, então, no quarto capítulo, os

pressupostos teóricos da Sociolinguística e do Funcionalismo que serão utilizados nesta tese. Em seguida, no quinto capítulo, elencaremos os fatores linguísticos e extralinguísticos por nós controlados na análise, apresentaremos os *corpora* e as etapas de recolha de dados e, por fim, apresentaremos o processo de análise estatística das variantes.

Por utilizarmos diferentes *corpora*, optamos em apresentar as análises em capítulos distintos. No capítulo seis, apresentamos a análise de um teste realizado em Portugal, em forma de questionário, com fins de percepção e avaliação das variantes. Os inquiridos foram feitos para mapear as formas pronominais usadas na Ilha da Madeira, uma vez que os estudos sobre o português europeu insular, por serem escassos, não deram conta dessa tarefa inicial. Em seguida, no capítulo sete, analisam-se os dados dos *corpora* de fala e de escrita das diferentes sincronias por nós investigadas. O último capítulo é destinado para as considerações finais deste trabalho, nas quais fazemos uma síntese dos nossos resultados e lançamos propostas de continuidade de estudos e aplicação sobre o tema.

Além da contribuição teórica de nossa pesquisa, acerca das características linguísticas do sistema pronominal, nosso estudo também mostrará as mudanças linguísticas ocorridas, caracterizando diferenças entre o português brasileiro e o europeu. Desse modo, uma pesquisa linguística de enfoque histórico proporciona o entendimento de que as mudanças de uma língua nada mais são que reflexos de seus sujeitos. Por essa razão, defendemos, desde pesquisa anterior – Rodrigues (2010) – que todo estudo linguístico deva conjugar a estrutura linguística à estrutura social, pois, somente por esse viés, teremos uma argumentação coesa para explicar as mudanças linguísticas.

Num sentido mais restrito, acreditamos, ainda, que o estudo das mudanças linguísticas em curso, como a que ocorre no sistema pronominal do português brasileiro, pode e deve ser inserido nas aulas de análise linguística em nossas escolas de Ensino Fundamental e Médio, uma vez que cabe às aulas de português a missão de formar sujeitos que entendam e reflitam sobre o funcionamento deste organismo vivo que é a língua. Devemos, pois, mostrar a língua em uso nas suas diferentes manifestações: itens antigos podem ganhar novos usos no dia a dia nos mais diferentes contextos, ocasionando, assim, mudanças de ordem semântica, morfossintática e discursiva.

2. AS MUDANÇAS DA LÍNGUA PORTUGUESA NO TEMPO E NO ESPAÇO

*A nossa língua comum foi construída por laços
antigos, tão antigos que por vezes lhes
perdemos o rastro. (Mia Couto)*

Os sistemas linguísticos estão em constante mudança, do mesmo modo que também estão em constante evolução as comunidades de fala; diante dessas transformações, refletem-se na língua as modificações históricas, sociais, culturais, entre outras, ocorridas com seus sujeitos a cada novo uso linguístico. As mudanças ocorridas no português brasileiro, em relação ao português europeu, já eram esperadas, se levarmos em conta as particularidades de tais comunidades de fala. Nessa perspectiva, este capítulo abordará as mudanças da língua portuguesa, mas sob o ponto de vista temporal, geográfico e de registro, a partir da relação entre norma e uso, no que se refere à classe dos pronomes, para que assim possamos contextualizar as diferenças entre o português brasileiro e o português europeu.

2.1. As mudanças na língua portuguesa ao longo do tempo

Como sabemos, a língua portuguesa é oriunda do latim, mais especificamente, do latim vulgar falado no noroeste da Península Ibérica, que foi sendo modificado pelos habitantes primitivos dessa região. Como marca linguística dessa passagem, Teyssier (2001) e Mateus (2005) destacam a supressão do *-n-* e *-l-* latino intervocálico, como em *color* (> port. *cor*) e *manu* (> port. *mão*), e a manutenção das vogais breves latinas como abertas, sem ditongação, a exemplo de *terra*, *porta* e *sorte*. Esses fenômenos fonológicos são aspectos diferenciadores entre o português e o espanhol.

No que concerne à morfologia e à sintaxe, a passagem do latim aos falares românicos traz a simplificação do sistema de casos. No latim clássico, os nomes apresentavam seis casos: *nominativo*, com função sintática de sujeito e de predicativo; *vocativo*, com a função de chamamento; *acusativo*, com a função de objeto direto; *genitivo*, com a função de adjunto restritivo (ou adjetivo); *dativo*, com a função de objeto indireto e *ablativo* com a função de adjunto circunstancial (ou adverbial). Contudo, no latim vulgar, o sistema de casos era bastante simplificado; segundo

Coutinho (1976), apenas o nominativo e o acusativo permaneceram e este último passou a ser o caso de regime universal, pois representava genitivo ou dativo quando precedido das preposições *de* ou *ad*.

Nas línguas românicas, os dois casos são reduzidos a um: o acusativo. Ainda segundo o autor, a ordem das palavras na sentença acabou por fixar as palavras nas frases, é o que acontece com os nomes da língua portuguesa. Porém, os pronomes pessoais de nossa língua ainda trazem consigo vestígios da língua latina no que diz respeito a essa categoria. As Gramáticas Tradicionais brasileiras, ao classificar e elencar os pronomes, fazem a diferenciação entre o uso dos pronomes do *caso reto* - usados na função de sujeito – e os do *caso oblíquo* – usados na função de complemento verbal.

Outra inovação, no sistema do português, é a formação de um artigo definido a partir do demonstrativo *ille*. As quatro formas, diferenciadas pelas flexões de gênero e de número e oriundas do acusativo – *illum, illum, illos, illas* - dão inicialmente *lo, la, los* e *las*, por causa da aférese sofrida pelo seu emprego proclítico. Como esses artigos ocorriam, frequentemente, precedidos por palavras terminadas por vogal – *vejo lo cavalo, vende la casa* – o *l* desapareceu da mesma forma que todos os outros da língua quando ocorriam em posição intervocálica, chegando-se às formas *o, a, os, as*. (TEYSSIER, 2001, p.17)

A partir do que foi exposto até aqui, podemos pensar a língua como um sistema adaptativo, no qual vemos um modelo de perdas e de ganhos entre formas e funções. Segundo Tarallo (1991), pensar em história da língua portuguesa significa refletir sobre suas condições de funcionamento e suas características de estruturação nas diversas etapas de seu desenvolvimento. Assim, não se deve conceber o sistema como uma sucessão de etapas estáticas, mas sim compreendê-lo com base nos aspectos estruturais e condições de uso que fazem o sistema “caminhar” em uma determinada direção.

Nessa caminhada histórica de transformações, os estudos diacrônicos dividem a língua portuguesa em períodos de evolução ligados por épocas de transição. Porém, como bem observa Mattos e Silva (2006, p.21), “qualquer tentativa de periodização histórica, como qualquer classificatória ou taxonomia é arbitrária e está necessariamente condicionada pelos princípios que estão na base da classificação”. A autora destaca ainda a não compatibilidade de classificação dos períodos da nossa língua, sumarizadas no quadro a seguir.

Quadro 01: Periodização da língua portuguesa

Época	Leite de Vasconcelos	Silva Neto	Pilar V. Cuesta	Lindley Cintra
Até s. IX (882)	Pré-histórico	Pré-histórico	Pré-literário	Pré-literário
Até ± 1200 (1214 – 1216)	Proto-histórico	Proto-histórico		
Até 1385/ 1420	Português arcaico	Trovadoresco	Galego- português	Português antigo
Até 1536/ 1550		Português comum	Português pré-clássico	Português médio
Até s. XVIII	Português moderno	Português moderno	Português clássico	Português clássico
Até s. XIX/XX			Português moderno	Português moderno

Fonte: Mattos e Silva (2006, p.26)

Notemos que os filólogos são unânimes ao situar o início do português no século XIII, pois é nesse momento que a língua portuguesa aparece documentada pela escrita. O período anterior a esse momento é denominado, de uma maneira geral, *pré-literário*; ou subdividido em *pré-histórico*, quando os documentos remanescentes em latim não identificam a existência de traços da futura variante românica que se esboçava no noroeste da Península Ibérica, e *proto-histórico*, quando esses traços podem ser detectados por especialistas em latim bárbaro, isto é, latim notorial ou tableônico, propagado na România antes das línguas neolatinas se tornarem línguas oficiais.

Se o começo do português pode ser marcado pelo início da documentação escrita, o limite final desse período é uma questão em aberto. Alguns acontecimentos extralinguísticos são parâmetros para fixar o século XVI como o marco inicial de um novo período na história da língua, são eles: o surgimento do livro impresso e as suas consequências culturais; a expansão imperialista portuguesa no mundo, que se refletiu na sociedade pelo contato com novas línguas e novas culturas, resultando, provavelmente, em reflexos variacionistas e de mudança na língua portuguesa; a

normatização gramatical, a partir das gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540), aparelho pedagógico o qual elegerá um dialeto que se tornará a base para o ensino e, a partir de então, será o português a língua da escola ao lado do latim. (MATTOS E SILVA, *op. cit.*, p.22-23)

No que se refere ao período documental de nossa língua, também se discute a subperiodização do português arcaico conforme observamos no quadro 01. A divisão com base na produção literária medieval portuguesa foi adotada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que subdivide esse período em *português trovadoresco* e *português comum* ou *da prosa histórica*. Esse posicionamento foi adotado por Serafim da Silva Neto, porém Lindley Cintra opõe o *português antigo* (século XIII às primeiras décadas do séc. XV) ao *português médio* (daí ao séc. XVI). Já Pilar de Vasconcelos faz a mesma delimitação temporal, mas os nomeia como *galego-português* e *português pré-clássico*. Sobre essa nomenclatura, Mattos e Silva (*idem*, p.23) adverte:

Com a dicotomia galego-português/português se faz necessário ressaltar uma face do problema que não é apenas de caráter diacrônico, mas também diatópico. Esse enfoque para a questão da subperiodização não é apenas baseado na produção literária, como são, explicitamente, o de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Serafim da Silva Neto, mas tem a ver com a possível diferenciação dialetal da língua falada a que se poderia opor uma primeira fase do período pré-moderno, em que haveria uma unidade galego-portuguesa, refletida na documentação escrita, e uma segunda fase em que se poderia definir a distinção entre o diassistema do galego e o português. Fatores históricos direcionam a diferenciação entre o galego e o português que, na sua origem, constituíam uma mesma área linguística em oposição a outras áreas ibero-românicas.

Nesta tese, adotaremos a divisão proposta por Leite de Vasconcelos e chamaremos de *português arcaico* o período compreendido entre 1385 a 1550. Essa opção deve-se ao fato de fazermos referência a esse período, uma vez que Coutinho (1976, p. 338) já menciona o uso do pronome pleno na função de objeto direto com base em exemplos de Fernão Lopes, como em: “*El-rei mandou-o logo prender, e levaram ele e Mateus Fernandes a Servilha*”; “*Os cardeais, outrossim, privaram ele d’algum direito, se o no papado tinha*”, com base nesse uso buscaremos fazer uma ligação linguística entre o português brasileiro e português europeu insular, uma vez que a colonização dos espaços geográficos aconteceram na época do português arcaico.

2.2. A variação geográfica

Com a expansão imperialista portuguesa, a língua falada na Península Ibérica espalhou-se pelo planeta. Dessa forma, atualmente, o português apresenta as **variedades nacionais** de Portugal e do Brasil, onde é considerada como língua nacional e oficial, e há lugares onde a língua portuguesa tem o *status* apenas de **língua oficial**, como em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Além desses países lusófonos, a nossa língua é falada em alguns países como língua secundária, em comunidades de minoria lusófona e em regiões de crioulo de base portuguesa, como ilustra o mapa abaixo.

Figura 01: Distribuição da língua portuguesa no mundo



Fonte: <https://omouro.wordpress.com/2012/05/05/dia-da-lingua-portuguesa-e-da-cultura-nos-paises-lusofonos/>

Em relação à língua falada em Portugal e no Brasil, Silva (20--?) destaca algumas diferenças relacionadas à fonética e fonologia, à organização sintática de frases, bem como à colocação pronominal e ao léxico. A exemplo podemos citar: a) a redução vocálica no português europeu (PE), dando a impressão auditiva ao ouvinte estrangeiro de que a variante europeia seja mais consonantal e a brasileira mais vocálica. Essa ideia é reforçada, ainda, pelo fato de o português brasileiro (PB) enfraquecer as consoantes em posição final das palavras, posição em que o PE encontra articulação forte; b) o PB vocaliza o /l/ final em /w/ (*animal* > *anima/w/*) e aspira o R final ou o reduz a zero (*ama/h/* ou *amaϕ*), fatos que não ocorrem no PE; c) ampliação do

uso de *você* e *a gente* como pronomes pessoais no PB; d) predominância da colocação proclítica dos pronomes oblíquos em PB, em oposição à colocação enclítica no PE e e) o uso extenso de vocabulário de origem tupi no PB.

Mesmo em relação às variantes do PE e PB dentro de seu espaço geográfico, não se pode falar em homogeneidade linguística. Por esse motivo, as seções a seguir tratarão de variação no Português Europeu, continental e insular, e no Português Brasileiro.

2.2.1. O português europeu

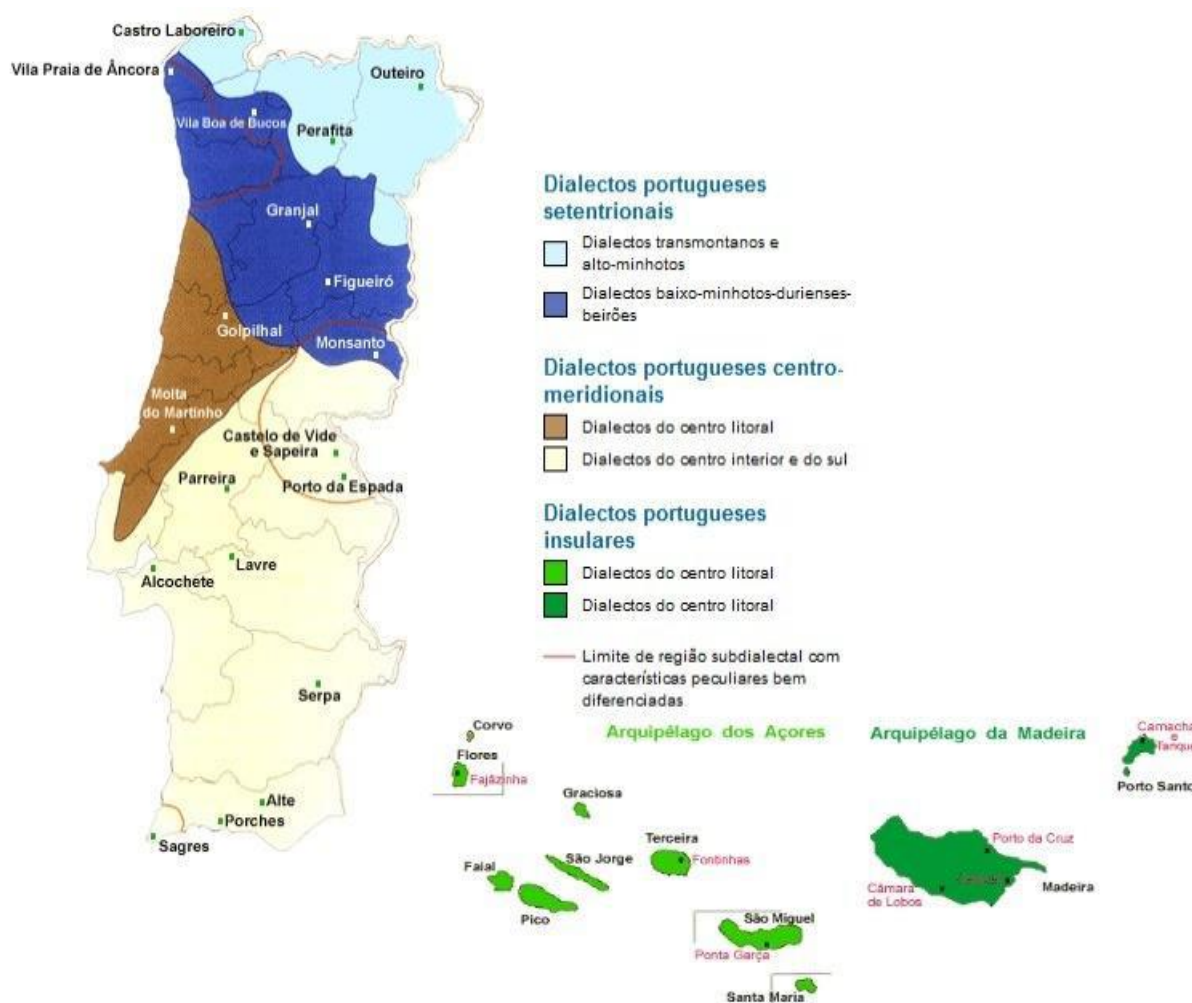
Por volta de 1530, o português, que já havia se separado do galego por fronteiras políticas, torna-se a língua do então país cuja capital é Lisboa. Nesse período, o eixo Lisboa – Coimbra passa a ser o local de domínio da língua portuguesa, pois, além de ser a área onde o rei e a corte viviam e por onde se deslocavam, estavam situadas nesses locais as instituições culturais mais importantes, tais como os mosteiros de Alcobaça e o de Santa Cruz de Coimbra, além da Universidade. No que diz respeito a Lisboa, local de residência do rei, torna-se a cidade mais povoada do reino e sede do primeiro porto. É nesse contexto histórico-geográfico, outrora de domínio moçárabe, que o português moderno vai se constituir e tornar-se norma linguística. (TEYSSIER, 2001)

No que se refere à influência estrangeira na formação do português europeu, Teyssier (2001) ressalta dois pontos importantes: o bilinguismo luso-espanhol e a influência francesa. No que diz respeito ao primeiro, os casamentos entre monarcas portugueses com princesas espanholas tiveram como efeito uma “castelhanização” da corte. Esse bilinguismo duraria até o desaparecimento dos últimos representantes, a geração formada antes de 1640. Dessa forma, o espanhol foi, durante quase dois séculos e meio, uma segunda língua em Portugal. A partir do século XVIII, o espanhol deixa de ser de fato a segunda língua de cultura, legando ao francês esse papel. Apesar de não ser um caso de bilinguismo, são nos livros franceses que os portugueses embasaram boa parte de sua cultura, assim sendo, o galicismo torna-se marcante no vocabulário e na sintaxe portuguesa.

Depois de separado do galego, o português chega a ocupar o território que corresponde, aproximadamente, ao território nacional atual de Portugal. Pela antiguidade de suas fronteiras, como se viu, as variantes geográficas portuguesas, aqui

chamadas de dialetos, não são muito distantes entre si. Conforme delimitado no mapa a seguir, os dialetos do português europeu podem agrupar-se, segundo Cintra (1983), em *setentrionais*, *centro-meridionais* e *dialetos dos Açores e da Madeira*.

Figura 02: Dialetos do português europeu



Fonte: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/mapa06.html>

Os dialetos setentrionais podem ser divididos em duas regiões: as de dialetos trasmontanos e alto-minhotos e as de dialetos baixo-minhotos-durienses-beirões. Já os dialetos centro-meridionais podem ser divididos em centro-litoral e centro-interior e do sul. Mateus (2005, p.05) destaca como principais características dos dialetos as que se seguem:

(a) Os dialetos *setentrionais*, caracterizados pelo desaparecimento da oposição entre /b/ e /v/ e sua fusão numa única consoante, realizada quer como [b] quer como [v], pela manutenção das fricativas áptico-alveolares /ʃ/ e /z/ (graficamente <s> e <ss>, como em *saber*, *passo*), pela conservação do ditongo /ow/ (graficamente <ou>, como em *pouco*, *soube*), pela manutenção da oposição entre a africada /tʃ/

(graficamente <ch>, como em *chave, chama*) e a fricativa palatal /ʃ/, (graficamente <x>, como em *xaile, paxá*).

(b) Os dialetos *centro-meridionais* apresentam a substituição das consoantes ápico-alveolares /ʃ/ e /z/ pelas dentais [s] e [z], a redução do ditongo /ow/ a [o] e a perda do segundo elemento do ditongo /ej/ (como em *leite, feira*) reduzido a [e].

(c) Os dialetos dos Açores e da Madeira exibem características específicas. No arquipélago açoriano, o dialeto *micaelense* apresenta as vogais palatais [u] a [o] que correspondem, respectivamente, a /ü/ e /ö/ (como em *uva*, [ü]va; *pouco*, p[ö]co; *boi*, b[ö]i; *piolho*, pi[ö]lho) e a elevação do /o/ tônico para [u], como em: *doze*, d[u]ze; *amor*, am[u]r. No arquipélago *madeirense* nota-se a velarização do /a/ tônico, aproximando-se a sua pronúncia por vezes do [ɔ] (ex.: *casa*, c[ɔ]sa.), a substituição do /i/ tônico por [ej] (exs: *ilha* [ej]lha, *jardim*, jard[ej]) e a palatalização do /l/ quando precedido de [i] (ex.: *filetes*, fi[ʎ]etes).

Tal como os exemplos citados acima, os estudos dialetais portugueses pouco fornecem diferenças sintáticas entre as suas variantes regionais. Por essa razão, Carrilho e Pereira (2011) fazem um estudo sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão no PE, a fim de relacionar a organização geográfica dessas construções com padrões de outras variantes geolinguísticas e com diferenciação dos dialetos do PE em geral. As construções sintáticas não-padrão selecionadas pelas autoras foram as seguintes, apresentadas nos exemplos (a) de (1) a (4), correspondentes às variantes-padrão apresentadas em (b):

- concordância frásica de terceira pessoa do plural com o sujeito *a gente*;

(1)a. A gente não davam nome nenhum àquilo. (MIG)¹

b. A gente não dava nome nenhum àquilo.

- construção impessoal com o verbo *ter* existencial;

(2)a. Mas tinha muitos moinhos por aqui fora. (CLH)

b. Mas havia muitos moinhos por aqui fora.

- construção perifrástica de verbo aspectual seguido de gerúndio;

(3)a. Estão ardendo.

b. Estão a arder.

- sintagmas com possessivos pré-nominais não precedidos de artigo.

(4)a. Mas meu pai tinha era gado. (PST)

¹ Inquéritos dialectais realizados no âmbito de diferentes projetos de Dialectologia (ALEAç, ALEPG, ALLP e BA) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Exemplos fornecidos por Carrilho e Pereira (2011).

b. Mas o meu pai tinha era gado.

No que concerne às áreas sintáticas de distribuição das construções acima mencionadas, as autoras verificam que a concordância frásica de terceira pessoa do plural com o sujeito *a gente*, em (1), aparece confinada ao arquipélago dos Açores. A construção impessoal com o verbo *ter* existencial, semelhante ao PB e exemplificada em (2), concentra-se na área dos dialetos insulares dos Açores e da Madeira. As perífrases de verbos aspectuais (com *estar*, *ficar* e *andar*) seguidas de gerúndio ocorrem, sobretudo, no Sul e nas ilhas. Os possessivos pré-nominais não precedidos de artigos dispersam-se por todo o território do PE, continental e insular, tendo como aérea de maior produtividade a Madeira. As diferentes áreas delimitadas têm conexões evidentes com áreas dialetais do PE: “a já referida área dos dialetos portugueses centro-meridionais do Centro interior e Sul; a área dos dialetos madeirenses; a área dos dialetos açorianos ou, no seio destes, a área do dialeto micalense”. (CARRILHO; PEREIRA, 2011, p.137)

Ainda em relação à variação sintática nos diferentes dialetos do PE², Vianna (2011) analisa a variação entre *nós* e *a gente* em posição de sujeito. Apesar de, tanto no continente quanto na ilha, a forma padrão ser a estratégia preferencial de uso dos portugueses, há diferenças estatísticas que apontam que, na área mais periférica de Lisboa e em Funchal, os falantes têm usado com maior frequência a forma inovadora. Em Oeiras, apenas 9% das ocorrências foram de *a gente*; em Cacém e em Funchal, a produtividade dessa forma foi de, respectivamente, 22% e 26% na amostra analisada. Funchal mostrou-se estatisticamente como área de mudança linguística no que se refere à gramaticalização de *a gente*. Na amostra lisboeta, a forma-fonte *gente* foi bastante produtiva, em relação ao uso pronominal, quando o falante se refere à ideia de “grupamento de seres humanos”: em Oeiras, encontraram-se 40/108 ocorrências do uso nominal (37%) e, em Cacém, 53/205 (26%). Na ilha, a forma nominal foi contabilizada em apenas 19/159 ocorrências (12%).

² A pesquisadora fez uma comparação, ainda, com o uso dessas variantes no PB. Os dados relativos à amostra brasileira serão discutidos no próximo capítulo, em que faremos uma revisão mais profunda na literatura sobre o sistema pronominal do português.

Partindo da perspectiva de que o português falado na Madeira apresenta características próprias, Aveiro e Sousa (2014) e Nóbrega e Coelho (2014)³ investigaram a variação nos pronomes pessoais na função de objeto no falar Madeirense. Cada trabalho analisou uma pequena amostra de seis informantes. Em ambas as pesquisas foram usados como fator de condicionantes o sexo do informante e o traço semântico do objeto, porém a primeira observou ainda o grau de escolaridade, já a segunda averiguou a faixa etária dos entrevistados. As variantes encontradas foram: a repetição do sintagma nominal, a anáfora zero, o pronome *lhe*⁴, o pronome pleno *ele* e o clítico, conforme os exemplos de (5) a (9), respectivamente:

- (5) gostava de comprar uma mota e os meus pais detestam motas (FNC HA1:004)
- (6) o meu pai falava comigue e eu ouvia ϕ logue (FNC11_MA1:082)
- (7) eu já lhe tinha avisade [avisado]. (FNC11_MA1:272)
- (8) já tinha visto ele na igreja (FNC-MC1.1: 475)
- (9) a. [...] jogava-o po chão (FNC11_MA1:032)
 b. [...] é normal que a seguir prevaleça e os corrija de com maior cuidado do que corrija o meu teste. (FNC-MA3.1:101)

Aveiro e Sousa (*op. cit.*) encontraram 143 ocorrências, distribuídas percentualmente da seguinte forma: SNRep (37,1%), Anáfora Zero (36,4%), *ele* (19,6%), *lhe* (4,2%) e clítico (2,8%). Na análise do fator *faixa etária*, os autores perceberam a utilização da variante OD Nulo (46,5%) pela faixa mais jovem, enquanto, nas faixas intermediária e mais velha, predomina a utilização do SNRep (34% e 53,2%, respetivamente). Outro fato que merece destaque é o uso da variante *ele* transversal a todas as faixas e apresentando percentagens aproximadas (Faixa A:16,3%; faixa B:22,6%; Faixa C:19,1%).

³ Essas duas pesquisas foram apresentadas como artigo de conclusão da disciplina *Gramáticas da Pluralidade*, no mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais da Universidade da Madeira.

⁴ Apesar de o pronome *lhe* presente no falar madeirense diferir do PE continental e do PB, nas variantes angolana e moçambicana do português, esse pronome apresenta-se como forma variante de OD de 3ª pessoa, conforme os dados de Gonçalves (2013). Exs.: “levam a miúda para o quarto, vestem-*lhe*.” (português moçambicano); “a minha mãe diz que *lhe* vão buscar e *lhe* vão levar todos os dias” (português angolano).

Nos dados analisados por Nóbrega e Coelho (*op. cit.*), foram recolhidas 81 ocorrências, dessas a frequência das variantes foram: OD Nulo (37%), SNRep (29%), clítico (16%), *lhe* (9%) e *ele* (9%). Contudo, vale ressaltar que o uso de todas essas formas apenas ocorreu entre os falantes com menor escolaridade e de forma bastante produtiva, uma vez que 46 dos exemplos analisados pertenciam à fala de pessoas que possuíam apenas o Ensino Fundamental. Nos falantes das faixas etárias 2 (Ensino Secundário) e 3 (Ensino Superior), merece destaque a ausência das variantes *ele* e *lhe*.

No que se refere à variável *sexo*, merece destaque, em ambas as pesquisas, o uso das formas estigmatizadas *lhe* e *ele*. Os homens não usaram *lhe* em nenhum inquérito, variante com total de 6,5% entre os usos femininos da primeira pesquisa e 13,7% na segunda pesquisa. Nesta também não ocorreu o uso de *ele* entre os informantes do sexo masculino, enquanto, naquela, verificou-se o uso do pronome pleno em 28,3% dos exemplos encontrados entre as entrevistadas e em apenas 3,9% entre os entrevistados. Notemos que esses dados vão de encontro à ideia laboviana de que as mulheres tendem a preferir as formas mais prestigiadas.

A partir dessas pesquisas, objetivamos analisar dados do português falado na Ilha da Madeira, a fim de observamos de que forma ele distancia-se do PE continental e aproxima-se ao PB, no que concerne às características morfossintáticas dos usos dos pronomes pessoais de terceira pessoa na categoria de caso.

2.2.2. O português brasileiro

Com a chegada dos portugueses ao Novo Mundo, a língua falada em Portugal cruza o Atlântico e adquire, ao longo dos séculos, características próprias em sua variedade brasileira. No estudo histórico da língua portuguesa do Brasil, destacam-se três abordagens interpretativas. A primeira, conhecida como deriva secular e confluência de motivos, compreende as evoluções dessa variante como heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas. A segunda postula que as mudanças sofreram transformações mais recentes através do contato com a língua dos povos africanos e ameríndios, ou seja, uma crioulização prévia. A terceira proposta de investigação parte do princípio de que as peculiaridades do português brasileiro são resultantes de processos de simplificação ou outras modificações espontâneas causadas

pelo contato, durante o processo de transmissão não tradicional da língua, dessa forma, o PB teria origem através de uma transmissão linguística irregular. (NARO; SCHERRE, 2007).

Optamos pela hipótese da deriva secular, que se pauta na ideia de que as línguas se movem ao longo do tempo num curso próprio. Para Sapir (1980), os dialetos surgem porque dois grupos de indivíduos tornam-se tão desconexos que passam a ter uma deriva própria, em vez de moverem-se para um mesmo ponto. Ao falar sobre as diferenças nos vários espaços geográficos que uma língua pode alcançar, o autor diz:

Na prática, é claro, nenhuma língua pode espalhar-se por um vasto território, ou, mesmo, por uma área considerável sem manifestações de variação dialetal, pois é impossível impedir que uma grande população se segregue em grupos locais, cuja língua tende a formar uma deriva independente. (SAPIR, 1980, P. 121)

A partir dessa concepção, seria de se esperar que o português variasse não somente em suas variantes portuguesa e brasileira, mas até dentro dos dois territórios. Teyssier (2001, p.64) remete-nos a essa diversidade geográfica e cultural ao mencionar que alguns estudiosos justificam a maior semelhança da variante brasileira com o português europeu meridional pela predominância de colonos originários do Sul de Portugal. Porém pesquisas mais recentes mostraram que o povoamento se deu a partir de todas as regiões de Portugal. A explicação adotada por Teyssier (*op. cit.*) aponta para a elaboração de uma *koiné*⁵ brasileira por eliminação de todos os traços **marcados** dos falares portugueses do Norte e por generalização das maneiras **não marcadas** do Centro-Sul.

No que se refere às características linguísticas do sistema fonético e fonológico do PB, o autor destaca aspectos conservadores, tais como: a) pronúncia do -s e do -z implosivos sibilantes, como [s] em final absoluto (*atrás, vez*) ou diante de consoante surda (*vista, faz*), e como [z] diante de consoante sonora (*mesmo, atrás dele*)⁶. A pronúncia das vogais átonas em posição final é uma característica que identifica o falar brasileiro, excetuando-se o extremo sul, o brasileiro pronuncia [u] o -o gráfico e [i] o -e,

⁵Língua comum que resulta da convergência de dois ou mais dialetos ou línguas da mesma família. "**koiné**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/koin%C3%A9> [consultado em 23-05-2018].

⁶ Teyssier chama a atenção para o chiado das consoantes -s e -z, que destoam desse padrão. O chiado carioca seria um efeito de "relutância".

como em *passo*, pronunciado [pa'su], e *passé*, pronunciado [pa'si]; situação que ocorria no PE na primeira metade do século XVIII.

Porém a fonética brasileira apresenta alguns aspectos inovadores, por exemplo: a) a pronúncia chiante de -s e -z em final de palavra, não raro, provoca o aparecimento de um iode (*atrás* [a'traj] e *luz* ['luj]); b) o [l] velar vocaliza-se em [w], na pronúncia mais comum, em final de sílaba (*animal* [ani'maw], *Brasil* [bra'ziw]). Por conta dessa inovação, a distinção entre *mal* (advérbio) e *mau* (adjetivo) desaparece; c) proclíticos e enclíticos em –e são pronunciados em [i], a exemplo de *me, se, te, lhe, que, de* etc; d) os grupos consonantais que ocorrem em certas palavras de origem erudita são eliminados pelo aparecimento de um –i, mais raramente um –e (ex.: advogado, pronunciado “adivogado” ou “adevogado”; psicologia, pronunciado “pissicologia”); e) no grupo ti e di, as oclusivas [t] e [d] são geralmente palatalizadas, como em [tʃ]ia e [dʒ]ia e f) a pronúncia de –r em final de sílaba tende a desaparecer em registros menos formais e não padrão, por exemplo *doutô* (doutor), *pegá* (pegar), *fazê* (fazer). (TEYSSIER, *ibidem*, p. 67 e 69).

Na morfologia e na sintaxe brasileira, Teyssier não enumera diferenças entre PB e PE entre aspectos conservadores e aspectos inovadores, mas utiliza-se do padrão normativo, como lemos a seguir:

Como no domínio da fonética e da fonologia, também no da morfologia e da sintaxe poder-se-iam opor os aspectos conservadores e os aspectos inovadores do português do Brasil. Mas como a identificação dos arcaísmos pode aqui, por vezes, dar margem à controvérsia, contentar-nos-emos com enumerar certas particularidades, classificando-as em duas categorias: as que pertencem à língua normal e são vistas, hoje, como brasileiras mas “corretas”, e as que pertencem a registros nitidamente vulgares e são consideradas “incorretas”. (TEYSSIER, *ibidem*, p.69)

Aos “brasileirismos” pertencentes à língua normal, o autor destaca a perífrase *estar* + gerúndio (*está escrevendo*); a conservação da possibilidade de empregar o possessivo sem artigo (*meu carro*) e a construção do pronome átono em próclise, comum no português clássico (*João se levantou*).

A respeito desse último caso, que se refere à posição dos pronomes, Martins (2002) e Marquilhas (2013) mostram que, entre os séculos XIII e XVI, os clíticos podiam ocorrer tanto antes quanto depois do verbo, considerando os mesmos tipos de frase. No século XIII, a variação pendia em favor da ênclise, mas a próclise foi

ganhando espaço no sistema linguístico até se tornar quase categórica no século XVI, tendo como exceção o início absoluto da frase, em que se mantinha a ênclise. Entre os séculos XVII e XVIII, os clíticos passaram a ter uma posição cristalizada pós-verbal. A posição desses pronomes é, para as autoras, uma das grandes diferenças entre PE e PB, uma vez que, no Brasil, a gramática evoluiu para a generalização da próclise em posição inicial absoluta, fato que nunca se verificou em português europeu, independentemente da fase histórica (MARQUILHAS, 2013, p.36).

Teyssier elenca ainda os “brasileirismos” próprios do registro não padrão: as duplas negativas (*não sei não*); as orações infinitivas que tem por sujeito *mim* e não *eu* (*é pra mim comer*) ou, ainda, *feito* no sentido de *como* (*O pobre homem chorava feito uma criança*). Há ainda o destaque a variantes estigmatizadas, tais como: o emprego da forma tônica *ele(s)* e *elas(s)* como objeto direto (*não conheço ele*); a supressão do -s, marca de plural, em nomes e adjetivos, conservando-os apenas nos determinantes (*as casa, estes boi*). No que se refere à flexão verbal, o autor destaca a simplificação do paradigma dos tempos e o não emprego do futuro, do condicional e do infinitivo flexionado.

O sistema pronominal do português do Brasil, segundo Menon (1995), no seu estado atual, funciona de forma diversa daquela ensinada nas escolas. Como primeiro ponto, a autora elenca a evolução do sistema de representação da segunda pessoa, citando o uso de *vós* no paradigma dos pronomes sujeitos nas gramáticas, porém este já está desaparecido completamente da fala cotidiana. A mudança da segunda pessoa começou pela forma plural por ser esta a menos marcada, a forma polida de se dirigir a um interlocutor. Em oposição, tem-se a forma *tu*, que era reservada para os iguais ou de superiores para inferiores, sendo assim, bem marcada.

Com essa mudança, o pronome *você*, outrora usado como tratamento e no paradigma de terceira pessoa, passa a concorrer em uso com *tu*. Cardoso (2003), em estudo a partir dos dados do Atlas Linguístico Brasileiro, mostra que o *você* tem sido a preferência de escolha dos falantes das oito capitais alvo da pesquisa (Aracaju, Maceió, Recife, Salvador, João Pessoa, Teresina, São Paulo e Rio de Janeiro) no tratamento ao interlocutor. Diversos são os trabalhos que se referem à variação entre *tu* e *você*, a exemplo podemos citar Monteiro (1992), Faraco (1996), Ramos (1997), Vitral e Ramos (1999), Menon (2000), Paredes Silva (2000, 2003), Araújo e Carvalho (2014), Guimarães (2014) e Costa (2016).

Menon (1995) elenca ainda como mudança no sistema pronominal o uso dos pronomes possessivos: o pronome *seu* passou a ser utilizado também como forma de segunda pessoa acompanhando o pronome *você(s)*. Dessa forma, no PB, temos atualmente dois possessivos para segunda pessoa: *teu/seu*. Assim, segundo a autora, podemos nos dirigir a alguém que conhecemos, a quem se trate por *você*, mas com quem não tenhamos intimidade, cuja mãe esteja doente e perguntar:

(10) Como vai a *sua* mãe?

E, logo em seguida, perguntar com toda naturalidade:

(11) O *teu* carro está consumindo muito?

A língua teve que se adaptar ao deslocamento do pronome *seu* da terceira para a segunda pessoa e, por isso, adotou a forma composta da preposição *de* + os pronomes pessoais sujeito de terceira pessoa: *dele(s)*, *dela(s)*, reestruturando assim o sistema pronominal.

Por fim, Menon (*op. Cit.*) destaca, ainda, como modificações os pronomes acusativos, objeto de pesquisa desta Tese que será discutido na seção a seguir.

2.3. Pronomes pessoais de terceira pessoa no português: norma e uso

Os pronomes pessoais são definidos, segundo a Gramática Tradicional, por “designarem as duas pessoas do discurso e a não-pessoa (não-eu, não-tu), considerada, pela tradição, a 3ª pessoa” (BECHARA, 2004, p.164). Sobre o uso desses pronomes, Bechara explica:

As formas *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas*, que funcionam como sujeito, se dizem *retas*. A cada um desses pronomes pessoais retos correspondem um pronome pessoal oblíquo que funciona como complemento e pode apresentar-se em forma átona ou tônica. Ao contrário das formas átonas, *as tônicas vêm sempre presas a uma preposição*.

Ainda, segundo a tradição, os pronomes pessoais podem ser sistematizados através do seguinte quadro:

Quadro 02: Distribuição dos pronomes pessoais no português padrão

		SUJEITO	COMPEMENTO DIRETO		COMPLEMENTO INDIRETO		
					COM PREPOSIÇÃO	SEM PREPOSIÇÃO	
SINGULAR	1ª PES.	Eu	Me		Me	Mim	
	2ª PES.	Tu	Te		Te	Ti	
	3ª PES.	Masculino Feminino	Ele Ela	O A	Se	Lhe	Ele Ela
PLURAL	1ª PES.	Nós	Nos		Nos	Nós	
	2ª PES.	Vós	Vos		Vos	Vós	
	3ª PES.	Masculino Feminino	Eles Elas	Os As	Se	Lhes	Eles Elas

Fonte: FERREIRA; FIGUEREDO, 2015.

No que se refere ao pronome acusativo de terceira pessoa, Rocha Lima (2005, p.111) observa que “as formas *o, a, os, as* empregam-se em substituição a um substantivo que, sem vir precedido de preposição, completa o regime de um verbo”. No que diz respeito ao pronome *lhe*, o autor diz que “as formas *lhe* e *lhes* representam substantivos regidos pelas preposições *a* ou *para*”. E exemplifica:

(12) Vi o menino (ou – Vi-*o*).

(13) Não escrevi as cartas (ou – Não *as* escrevi).

(14) Dei o livro ao menino (ou – Dei-*lhe* o livro).

Os pronomes átonos de terceira pessoa, quando usados depois de -s, -r ou -z ou depois de ditongos nasais, apresentam-se nas formas de *lo* (e flexões), conforme exemplos 15 a 17, e *no* (e flexões), conforme exemplos 18 e 19 (todos apresentados por JORGE, 2015, p.118):

(15a) Ana, aprecias romances policiais?

(15b) Ana, aprecia-**los**?

(16a) Ana, vais ler esse romance policial?

(16b) Ana, vais lê-**lo**?

(17a) Ana, **traz** essa revista, por favor!

(17b) Ana, trá-**la**, por favor!

(18a) A Ana e o Óscar requisitam**am** livros.

(18b) A Ana e o Óscar requisitam-**no**.

(19a) Os pais **dão** livros à Ana.

(19b) Os pais dão-**nos** à Ana.

Esses usos justificam-se, pois as formas *lo*, *la*, *los* e *las* eram as formas antigas dos pronomes átonos *o*, *a*, *os* e *as* e o *l* caiu, por se encontrar, geralmente, entre vogais, como em *ama-lo* > *ama-o*, quando o *l* era protegido por uma consoante que o precedia, mantinha-se, como em *amar-lo* > *amal-lo* > *amá-lo*. A consoante *l*, resultante da assimilação *r*, *s* e *z*, deixou de ser grafada. Essas mesmas formas mudam-se por assimilação em **n** quando precedidas de nasais, conformes os exemplos em (18) e (19).

Os pronomes *o*, *a*, *os* e *as* podem, ainda, contraírem-se numa palavra só com os complementos indiretos *me*, *te*, *lhe*, *nos*, *vos* e *lhes*, conforme explica Jorge (*op. cit.*, p.118) no quadro abaixo:

QUADRO 03: Formas contraídas dos pronomes pessoais

	O	A	os	As	Exemplos
Me	Mo	Ma	mos	Mas	Ela deu-me o livro/ Ela deu- mo .
Te	To	Ta	tos	Tas	Ela deu-te uma revista/ Ela deu- ta .
Lhe	Lho	Lha	lhos	Lhas	Ela deu dois livros ao amigo/ Ela deu- lhos .
Nos	no-lo	no-la	no-los	no-las	Ela deu-nos duas revistas/ Ela deu- no-las .
Vos	vo-lo	vo-la	vo-los	vo-las	Ela deu-vos três livros/ Ela deu- vo-los .
lhes	Lho	Lha	lhos	Lhas	Ela deu dois livros aos amigos/ Ela deu- lhos .

Fonte: JORGE (2015, p.118)

Bechara (2004, p 175) alerta-nos de que o pronome *ele*, no português moderno, só deve aparecer como objeto direto quando precedido de *todo* ou *só* (adjetivo) ou se dotado de acentuação enfática, em prosa ou verso, como em:

(20) No latim eram quatro pronomes demonstrativos. *Todos eles* conserva o português.

(21) “Subiu! – e viu com seus olhos/ *Ela* a rir-se que dançava...”

(22) “Olha ele!”

Segura (2013, p.127) aponta alguns casos de variação linguística em português europeu, nos quais os pronomes nominativos afastam-se do português padrão; destacamos dois deles:

(i) Em alguns dialetos transmontanos, *ele* apresenta como forma plural *eis*. Este plural justifica-se, segundo a autora, por correspondência à forma singular *el*, com apócope de -e (<*ille*), tal como o plural do demonstrativo *aquele*, tem sua formação por analogia com o plural dos nomes em -el.

(23a) Chamam-lhe uma pala (‘toca’), metem-se na pala [...] fazem-na *eis* [os coelhos]. (ALEPG, Marmelos, Bragança)

(23b) Isto era *deis* (=deles). (ALEPG, Marmelos, Bragança)

(ii) O pronome pessoal acusativo pode manter as formas antigas *lo*, *la*, *los*, *las* mesmo depois de formas terminadas em vogais.

(24a) Já *lo* disseste? (ALEPG, Outeiro, Bragança)

(24b) Ela é que *lo* enxuga [a vaca ao bezerro]. (ALEPG, Vila Pouca do Campo, Coimbra)

(24c) Isso aí trazendes às costas não é vossa; e se não quiserdes ir embora [...] pousai-*lo*. (ALEPG, Cabril, Vila Real)

(24d) Uns botam-*las* no adubo. (ALEPG, Malhada, Viseu)

Monteiro (1992), porém, destaca que esse quadro de distribuição dos pronomes pessoais apresenta certas ambiguidades e rupturas de simetrias e faz quatro observações a esse respeito: i) as formas específicas usadas para o objeto direto também se aplicam a verbos transitivos indiretos; ii) o *lhe* não se faz acompanhar de preposição como os outros dativos; iii) as formas correspondentes a *ele(s)* e *ela(s)* se bifurcam, conforme

expressem ou não reflexividade ou reciprocidade e iv) frequentemente, para evitar ambiguidade, o *lhe* é substituído por *ele* com preposição. Além desses, o autor destaca o uso da forma *lhe* como objeto direto e o pronome *ele* como acusativo.

Assim, vemos que a categoria de *caso* foi perdendo, ao longo da história da nossa língua, seu caráter distintivo não apenas na língua não padrão, e que a classe passa por uma grande reestruturação. Castilho e Elias (2012, p. 87) fornecem o seguinte quadro dos pronomes pessoais do português brasileiro:

Quadro 04: Pronomes pessoais do português brasileiro

Pessoa	Português brasileiro formal		Português brasileiro informal	
	Sujeito	Complemento	Sujeito	Complemento
1ª pessoa singular	<i>Eu</i>	<i>Me, mim, comigo</i>	<i>Eu, a gente</i>	<i>Eu, me, mim, Prep + eu, mim</i>
2ª pessoa singular	<i>Tu, você, o senhor, a senhora</i>	<i>Te, ti, contigo, (preposição +) o senhor, com a senhora</i>	<i>Você/ocê, tu</i>	<i>Você/ocê/ cê, te, Preposição + você/ocê (= docê, cocê)</i>
3ª pessoa singular	<i>Ele, ela</i>	<i>O/a (em desaparecimento), lhe, se, si, consigo</i>	<i>Ele/ei⁷</i>	<i>Ele, ela, lhe, Prep + a gente</i>
1ª pessoa Plural	<i>Nós</i>	<i>Nos, conosco</i>	<i>A gente</i>	<i>A gente, Prep + a gente</i>
2ª pessoa Plural	<i>Vós (de uso restrito), os senhores, as senhoras, vocês</i>	<i>(preposição +) os senhores, as senhoras</i>	<i>Vocês/ ocês/ cês</i>	<i>Vocês/ ocês/ cês, Preposição + Vocês/ ocês</i>
3ª pessoa Plural	<i>Eles, elas</i>	<i>Os/as (em desaparecimento), lhes, se, si, consigo</i>	<i>Eles/eis, elas</i>	<i>Eles/eis, elas, Preposição + eles/eis, elas</i>

Fonte: Castilho e Elias (2012, p. 87)

Observemos que o quadro exposto acima reflete uma nova representação do sujeito e dos complementos na sentença. No que diz respeito à terceira pessoa, notemos

⁷ Segundo os autores, na fala espontânea, a forma singular do pronome *ele* está mudando para *ei*, e o plural *eles*, para *eis*, funcionando como sujeito, como em *Ei disse que num vem./ Eis disse que num vem.*

que o *ele*, além de preservar sua função como sujeito, passou a funcionar como objeto direto, sendo comum no português espontâneo usos como *‘Encontrei ele hoje na escola’*. No que concerne ao pronome complemento *o* (e suas variantes *lo* e *no*), estão desaparecendo e sendo substituídos por *ele*, como em *‘Será que vão achá-lo?’*, *‘Acharam-no?’*, *‘Será que vão achá ele?’*, *‘Acharam ele?’*. Outra mudança importante no que se refere ao uso dos pronomes pessoais na função de objeto direto é o caso do *lhe*, em alternância com *li*, como em *‘Eu li vi, eu não li conheço!’* (CASTILHO; ELIAS, *op. cit.*, p. 98-99)

Lucchesi e Mendes (2009, p.475) chamam-nos a atenção para o fato de a variação no atual sistema de casos do PB ter uma base discursiva e estrutural paradigmática. No que concerne ao fator discursivo, destacam-se a substituição dos pronomes pessoais *tu* e *vós* pelo pronome de tratamento *você(s)* e a substituição do pronome *nós* pela expressão nominal *a gente*. Já no que diz respeito às mudanças estruturais, destacam-se mudanças fonéticas inerentes à formação da prosódia brasileira, uma vez que essas teriam “determinado a perda do clítico acusativo da 3ª pessoa, fazendo com que o pronome *ele* (*ela/eles/elas*), assim como os nomes e demonstrativos aos quais se assemelha, fosse usado invariavelmente em todas as funções sintáticas.”

Para entender a mudança ocorrida nos pronomes pessoais de 3ª pessoa, os autores recorrem ao texto clássico de Câmara Jr. (1972, p.47-53 *apud* LUCCHESI; MENDES (2009, p.475) e explicam:

Câmara Jr., então, busca na “estrutura gramatical do português” as razões para o pronome de 3ª pessoa estar-se “dissociando do sistema casual dos pronomes pessoais”, o que seria uma “inovação brasileira”. A razão para isso estaria nas diferenças semânticas e formais do pronome de 3ª pessoa em relação aos pronomes de 1ª e 2ª pessoa. Por ter flexão de gênero e número, como os demonstrativos e nomes (ao contrário de *eu* e de *tu*, que “têm plurais heteronímicos”) e por estar “ligado aos nomes, dos quais ele é um substituto” (ao contrário dos pronomes de 1ª e 2ª pessoa que “se referem diretamente às pessoas do discurso”), o pronome *ele* se estaria integrando ao quadro dos pronomes demonstrativos e dos nomes, em “um quadro gramatical muito harmônico”. E, como os seus novos pares, não exibiria flexão de caso.

Porém seria esse quadro suficiente para explicar o processo de variação, já que, em Portugal, os pronomes de 3ª pessoa mantêm-se vivos nas formas dos clíticos. Diferentemente da hipótese defendida por nós nesta tese, Câmara Jr. (*op. cit*) defende que o uso do *ele* é uma inovação do PB, a partir de dois traços fonéticos entrelaçados: a

tendência à próclise, associada à intensificação da primeira consoante do vocábulo fonético. Dessa forma, a fragilidade do clítico de 3ª pessoa decorreria do fato de este ser formado apenas por vogal, diferente dos demais pronomes objetos que apresentam o padrão silábico CV(C) e por isso se mantém no PB, normalmente, proclíticos à forma verbal. Por essa razão, segundo o autor, o único pronome canônico a estar perdendo a flexão é o de 3ª pessoa, uma vez que “os demais pronomes canônicos que se mantêm em uso, basicamente os da 1ª pessoa (*eu* e *nós*), não exibiriam variação em sua flexão de caso”. (LUCCHESI; MENDES 2009, p.476)

Freire (2005) faz uma comparação entre PB e PE no que se refere ao uso dos clíticos de acusativo e dativo (e suas variantes) na escrita padrão com base no contínuo oralidade-letramento. Apesar de os resultados apontarem que o processo de escolarização consegue recuperar os clíticos no PB, eles estão em clara competição com as variantes encontradas na fala; de forma distinta do que ocorre no PE, em que eles aparecem como estratégia preferencial. Conforme o autor, o clítico acusativo, no PE, mostrou-se robusto em todos os pontos do contínuo oralidade-escrita e em qualquer contexto⁸. Já, no PB, os dados foram mais expressivos com o traço [+ letramento] e em contexto de ênclise ao infinitivo, ou seja, com o *onset*⁹ da sílaba em perfeita consonância com o padrão silábico do português. A respeito desse contexto, Freire (2000 *apud* FREIRE, 2005, p. 186) mostrou que essa foi a única situação em que o pronome acusativo apareceu na fala. Diante disso, o autor conclui que:

Na verdade, no que diz respeito à realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa, pode-se dizer que o conhecimento do letrado brasileiro manifesta dois fenômenos bem peculiares: (a) uma incidência maior das variantes consideradas padrão somente sob condições de ordem estrutural, como o clítico acusativo em contextos

⁸ O autor testou como condicionantes linguísticos o antecedente do acusativo anafórico (SN/ oração/ predicativo), a forma verbal (formas simples flexionadas/ formas simples não flexionadas/ formas complexas com tempo), ordem do clítico (próclise a formas simples sem atrator/ próclise a formas simples com atrator/ ênclise a formas simples sem atrator/ ênclise a formas simples com atrator/ próclise ao verbo auxiliar em locuções verbais/ ênclise ao verbo auxiliar em locuções verbais/ próclise ao verbo principal em locuções verbais/ ênclise ao verbo principal em locuções verbais com infinitivo/ ênclise ao infinitivo não integrante de locução verbal/ próclise ao infinitivo regido por preposição/ ênclise ao infinitivo regido por preposição); contexto de ilha semântica (não ilha semântica/ ilha semântica); traço semântico ([± animado]; [± referencial]).

⁹ Na Fonologia autosssegmental, a sílaba é constituída pelo *onset* – ou ataque - e a *rima*, esta, por sua vez, é constituída pelo *núcleo* e pela *coda*. Segundo Mendonça (2003), o *onset* contém até duas consoantes, enquanto a *rima* pode ser preenchida por vogais e consoantes, conforme as especificidades de uma dada língua.

com infinitivo e o clítico dativo em contextos com verbos bitransitivos *dandi*; (b) a plena infiltração de variantes alternativas aos clíticos não discriminadas pela escola, como o uso irrestrito do objeto nulo na função acusativa e o emprego avassalador do SP anafórico na função dativa: ambas as variantes com ocorrência muito marginal na escrita \pm portuguesa.

Além da variação no uso dos pronomes pessoais, Bagno (2013, p. 146) chama a atenção para a ocorrência da **anáfora-zero** quando o elemento recuperado anaforicamente é um **objeto direto de não-pessoa**.¹⁰ Apesar de a Gramática Tradicional só reconhecer o uso dos clíticos como retomada anafórica, na gramática do português brasileiro, encontram-se situações como as seguintes:

(25a) Procurei o gato pela rua toda, mas não **o** encontrei em lugar nenhum.

(25b) Procurei o gato pela rua toda, mas não encontrei **ele** em lugar nenhum.

(25c) Procurei o gato pela rua toda, mas não ϕ encontrei em lugar nenhum.

(25d) Procurei o gato pela rua toda, mas não encontrei **o gato** em lugar nenhum.

No que diz respeito a esse contexto de variação existente no PB atual, a pesquisa de Duarte¹¹ mostra como frequência de uso dessas quatro variantes os números apontados na tabela abaixo:

Tabela 01: frequência de uso das variantes

VARIANTE	Nº	%
Clítico	97	4,9
Ele – OD	304	15,4
Anáfora zero	1235	62,6
SN anafórico	338	16,1
Total	1974	100,0

Fonte: Duarte (1989)

¹⁰ A primeira e a segunda pessoas representam, respectivamente, a pessoa que fala e a pessoa com quem se fala, as chamadas pessoas do discurso. Já a terceira pessoa não remete a um participante da conversa, ela remete a um assunto; dessa maneira, é também chamada de não-pessoa.

¹¹ DUARTE, M. E. L. *Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. In: TARALLO, Fernando (org). **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas: Pontes/Unicamp, p.21.

Observemos que a anáfora zero foi a mais produtiva. Segundo Ilari *et al.*, a elisão do objeto é uma estratégia da linguagem culta falada para evitar as formas do caso reto na função de complemento. Os autores citam como soluções para esse uso:

- desenvolver um objeto direto preposicionado (prep. *a*);
- incrementar/ ampliar o uso das formas átonas, o que deve ter contribuído para aumentar a dramaticidade do problema escolar conhecido como “colocação dos pronomes átonos”;
- licenciar *a gente* como pronome universal de 1ª pessoa plural;
- elidir o objeto, isto é, incrementar a construção de “objeto nulo”;
- aceitar a forma discriminada como um mal necessário, principalmente quando é *ele(s)/ ela(s)*, tirando partido de sua visibilidade: toda vez que o objeto direto é uma forma tônica, sua função em sintaxe superficial é tornada visível pela posição imediatamente pós-verbal.

Nos dados analisados na pesquisa em questão, o uso de *ele(s)/ ela(s)* funcionando como objeto restringiram-se aos seguintes exemplos:

(26) ...eu posso saber todos os sinais de trânsito de cor (...) se vocês me trouxerem o livrinho aquele eu respondo todos *eles* (EF – POA – 278: 15.285)

(27) ...uma coisa que eu não me arrependi foi de ter botado *ela* com um ano e quatro meses [entenda-se: na escola maternal] (DID – SSA – 231:2.9)

(28) ...vou chamar *ela*, viu? (D2 – RE – 05: 2.45)

Ilari *et al.* trabalharam com 15 inquéritos do NURC; por se tratar da norma culta, poucos exemplos foram encontrados. No que diz respeito ao exemplo (26), os autores justificam que o licenciamento do uso de *eles* como objeto direto poderia ser explicado pela presença do determinante *todos*, o qual criaria um “contexto diferenciado”. A esse respeito, Castilho e Elias (2012, p. 458) também atestam a anáfora zero em 70% dos casos na fala culta espontânea.

Observemos ainda que os exemplos (27) e (28) são de inquéritos de informantes de Salvador (SSA) e de Recife (RE). Sobre a variação diatópica do uso dos pronomes pessoais na função de acusativo, Castilho e Elias (2012, p. 452) dizem que é característica do português brasileiro do Nordeste o objeto direto expresso por *ele* e *lhe*, enquanto que o português brasileiro do Sul tem preferência pela omissão dos pronomes dessa função. Essa diferenciação também justifica nossa opção pela perspectiva sociolinguística em nossa pesquisa.

No que se refere ao estudo histórico dos pronomes, Nunes (1996) aborda as mudanças ocorridas nos clíticos de terceira pessoa em decorrência de uma mudança na direção de cliticização fonológica durante o século XIX, que impossibilitou o licenciamento da sílaba do clítico acusativo. O autor inicia sua argumentação a partir dos pronomes latinos *illum/ illam/ illud*, os quais originaram os clíticos do português. Enquanto as demais línguas românicas preservaram o /l/ dos demonstrativos latinos, como o francês *le* e o espanhol *lo*, o português parece ter perdido o *onset*¹² da sílaba do clítico, o que deu origem às formas superficiais *o(s)* e *a(s)*. Porém, o fato de essas formas poderem ocorrer como *lo(s)*, *la(s)* ou *no(s)*, *na(s)* após algumas formas verbais indicaria que, na verdade, a sílaba do clítico tem um *onset* subjacente.

A necessidade desse *onset* subjacente, no português europeu moderno, é satisfeita por fatores diversos. O primeiro envolve a assimilação das terminações /s/ e /r/, como em: a) *ver + o - < vê-lo* e b) *fizemos + o - < fizemo-lo*. A segunda regra envolve a multiassociação do traço [+nasal], quando o clítico segue-se a uma forma verbal terminada em ditongo nasal, como em: c) *compraram + o - > compraram-no* [kõprarãwno]. Nos demais casos, um dos processos que preservam a estrutura da sílaba no PE seria uma situação de assibilicidade que envolve a possibilidade de multiassociação de elementos vocálicos com o traço [+alto], sendo realizados, segundo Nunes (*op. cit.*, p. 210 e 211), como:

- (29) a. *comi-o* [komiyu]
 b. *atraci-a* [atrayya]
 c. *compro-a* [kõpruwa]
 d. *comprou-a* [kõprowwa]
- (30) a. *Nem a sucuri a fez fugir* ([sukuriya)
 b. *Quem o viu?* ([kêyyu)
 c. *Só o peru a bicou.* ([peruwa)
 d. *João não a viu.* (nãõwa)

Diante dos exemplos acima, podemos observar que, no PE moderno, o fato de a cliticização fonológica dar-se da esquerda para a direita permite que o *onset* das sílabas

do clítico dos acusativos seja licenciado mesmo quando ele se incorpora sintaticamente à palavra que o precede.

No português antigo, o *onset* das sílabas dos clíticos acusativos já se encontrava enfraquecido, porém, diferente do PE moderno, sua cliticização fonológica dava-se da direita para a esquerda e, esporadicamente, podia se superficializar, como identificado por Nunes (*idem*) em:

- (31) a. pois *lo* San Beento preguntou
 b. pois *lo* o meni~ ho vio

Assim como no português antigo, o PB exige a cliticização da direita para a esquerda. Podemos aqui reforçar a nossa tese de que a nossa variante geográfica é oriunda da deriva do português arcaico. Nunes (1996), porém, em seu estudo, refere-se ao PB como uma *inovação*, uma vez que o autor o compara com o PE moderno. Investigando esse fenômeno, afirma que, já no início do século XIX, a construção inovadora já estava implementada. Desse modo:

Uma vez que as crianças do início do século XIX adquiriram um sistema com cliticização fonológica da esquerda para a direita, não havia meio de o *onset* da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa ser licenciado. Numa situação como essa as crianças poderiam reanalisar os clíticos sem sílaba *onset*, poderiam reformular o sistema fonológico introduzindo novas maneiras para licenciar o *onset* da sílaba, ou poderiam adquirir uma gramática sem clíticos acusativos. (NUNES, *op. cit.*, p. 215 e 216)

As tabelas a seguir mostram a distribuição das variantes dos objetos diretos anafóricos, relacionando os contextos de uso, fala e escrita, em relação ao grau de escolarização.

Tabela 02: Objetos diretos anafóricos encontrados na fala

Tipo de objeto	Adultos analfabetos %	Série %					Total %
		1 ^a / 2 ^a	3 ^a /4 ^a	5 ^a /6 ^a	7 ^a /8 ^a	Univers.	
Obj. nulo	66,6	72,4	77,7	71,2	71,1	67,8	72,0
Pron. Tônico	25,6	24,1	8,6	19,1	20,1	7,1	18,2
NP anafórico	7,6	3,4	13,6	7,4	7,6	14,2	8,3
Clíticos	-	-	-	2,1	0,9	10,7	1,3

Fonte: Corrêa (1991 *apud* Nunes, 1996, p. 217).

Tabela 03: Objetos diretos anafóricos encontrados na escrita

Tipo de objeto	Série %					Total %
	1 ^a / 2 ^a	3 ^a /4 ^a	5 ^a /6 ^a	7 ^a /8 ^a	Univers.	
Obj. nulo	57,5	65,6	52,3	53,5	9,5	51,4
Pron. Tônico	7,5	6,2	15,3	10,7	-	9,8
NP anafórico	35,0	18,7	13,8	5,3	4,7	15,4
Clíticos	-	9,3	18,4	30,3	85,7	23,3

Fonte: Corrêa (1991 *apud* Nunes, 1996, p. 218).

Desse sistema inovador do PB, surgiram duas novas construções para substituir a antiga com clíticos acusativos de terceira pessoa: construções com objetos anafóricos e as construções com pronomes tônicos na posição de objeto direto. A manutenção dos clíticos acusativos de terceira pessoa no PB atual deve-se à ação normativa da escola, como podemos verificar nas tabelas acima. Diante desse contexto de variação e de mudança linguística, visando à explicação dos dados, o capítulo a seguir tratará do referencial teórico de nossa pesquisa: o Sociofuncionalismo.

Considerações finais do capítulo

Neste capítulo, abordamos as mudanças linguísticas ocorridas na língua portuguesa não apenas numa perspectiva temporal, mas também espacial e de registro. Começamos a mostrar as mudanças no sistema, a partir da passagem do Galego-português à nossa língua, mostrando, assim, os estudos acerca da periodização do português. Na primeira seção, explicamos o porquê da opção da proposta de Leite de Vasconcelos e, dessa forma, chamaremos, ao longo desta tese, de português arcaico ao período compreendido entre 1385 a 1550. Essa explicação faz-se necessária uma vez que faremos referência ao português em uso no período.

Em seguida, apresentamos as variantes geográficas do português, consideradas como línguas nacionais, o português europeu e o português brasileiro. Falamos da evolução do sistema e as diferenças linguísticas nessas variantes geográficas; assim como apontamos a aproximação do PB e do PE – Insular falado na Madeira. Para, em seguida, lançarmos nossa hipótese norteadora da pesquisa: a língua portuguesa falada no Brasil é oriunda de deriva linguística, prova disso seria a existência de uma sintaxe atlântica, partilhada pelas ex-colônias portuguesas, independentemente do modo de colonização adotado.

Diante do exposto ao longo deste capítulo, esta tese tem como questão central de pesquisa a seguinte pergunta: **quais evidências comprovam que as mudanças ocorridas no sistema pronominal do português brasileiro, no que tange à categoria de caso, são oriundas da deriva natural do português arcaico?**

Nossa hipótese é afirmativa para esse questionamento. Desse modo, nosso objetivo geral é analisar os vestígios que ajudam a responder se, de fato, houve deriva e uma confluência de motivos na língua portuguesa falada no Brasil, conforme afirmam Naro e Scherre (2007), que tornam o sistema pronominal do PB diferente do PE-continental. Coadunando com os autores, acreditamos não existir, nesse domínio funcional, reflexos do contato com os povos africanos ou ameríndios.

Ao citar a pesquisa de Naro e Scherre (*op. cit.*), Lins (2009, p.288-289) lança mão de alguns questionamentos acerca da hipótese de deriva secular e confluência de motivos, a saber:

Se se considera uma série de motivações e se não há o descarte da “influência africana e indígena” na constituição do PB, não se estaria abrindo espaço para a

formação de uma nova gramática do português em terras brasileiras? Se assim o fosse, isso não feriria o princípio da deriva secular, base da hipótese de Naro e Scherre? E mais: de que maneira deriva e confluência de motivos se coadunam na formação do PB? Não seria o caso de se evidenciar essa relação, levando-se em conta a própria história do Brasil, não totalmente – pelo que tem aparentado – contemplada por esses autores?

Para responder a essas perguntas, recorreremos ao português falado na Madeira e apresentamos outra questão a ser investigada: se não fosse o caso de haver deriva, como explicar o fato de um outro local, onde não havia habitantes antes da chegada dos portugueses nem a presença de africanos, apresentar características em sua língua não-padrão semelhantes ao PB? Com esta tese pretendemos romper a dicotomia entre PB e PE, no que se refere à sintaxe, e pensar numa sintaxe do Atlântico, semelhante à conceituação proposta por Catalán (1958), Izquierdo e Utrilla (2010) e Munõz (2012).

As mudanças linguísticas da língua portuguesa apresentadas neste capítulo tiveram como foco o sistema pronominal em perspectiva histórica, geográfica e de registro. Este recorte foi feito para contextualizarmos nosso objeto de pesquisa em função de nossas escolhas teórico-metodológicas, para as quais dedicamos os capítulos a seguir.

3. O SOCIOFUNCIONALISMO

É a teoria que decide o que podemos observar.

Albert Einstein

Nos capítulos anteriores, observamos, nos usos linguísticos do português, um sistema pronominal em processo de variação e mudança. Por esse motivo, neste capítulo, são apresentados os pressupostos teóricos de duas teorias: a Teoria da Variação e da Mudança Linguística e o Funcionalismo Linguístico; para, em seguida, lançarmos mão da proposta sociofuncionalista de análise linguística, mostrando os pontos conciliáveis em ambas as teorias.

3.1. A Teoria da Variação e da Mudança linguística

Vimos, até aqui, um paradigma linguístico em que diferentes formas pronominais de terceira pessoa, ou a ausência delas, codificam a função de objeto direto no português brasileiro e europeu. É nesse contexto de língua em variação que se centram os estudos em Sociolinguística. Uma vez que estejamos falando em características da língua portuguesa no seio das comunidades brasileira e europeia, admitimos que as peculiaridades dessa variável linguística advenham da relação entre o sistema e uma comunidade de fala, isto é, entre **língua** e **sociedade**. Assim, esta pesquisa se insere no quadro teórico da Sociolinguística, que tem interesse nos empregos da língua em situação efetiva de uso.

Dentro dessa concepção de sistema em variação, encontra-se o conceito de variantes linguísticas: duas ou mais formas que podem ocorrer em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. Ao relacionar-se um conjunto de variantes para um mesmo valor referencial, tem-se uma variável linguística ou regra variável (LABOV, 1978). Como propriedade de uma variável linguística, o autor elenca as seguintes: primeiro, o item deve ser frequente, isto é, seu comportamento deve ser facilmente

mapeado a partir de contextos não estruturados. Segundo, deve ser integrado em um sistema amplo de unidades funcionais. Observadas essas propriedades, é necessário estabelecer o espectro total de contextos linguísticos em que deve ocorrer; definir tantas variantes quanto for possível distinguir e estabelecer um índice quantitativo para medir os valores das variáveis e o que motiva a variação.

Assim, nesse quadro teórico, observamos que as regras que regem o sistema linguístico são variáveis, ou seja, a heterogeneidade não exclui a noção de sistema. Com objetivo de sistematizar a variação linguística, Labov considera a investigação dos fatores linguísticos e extralinguísticos para descartar a noção de variação livre, pois, além de explicar os fenômenos linguísticos com outros fenômenos linguísticos, devem ser considerados condicionamentos sociais para as variantes.

Mollica (2012, p. 27), ao tratar das variáveis não linguísticas diz que essas, da mesma forma que as linguísticas, não agem isoladamente, *mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes*. Com base nessa afirmação, retomaremos, em nosso estudo, algumas questões discutidas pela autora, a saber: a) o grau de escolarização concorre para o uso dos pronomes oblíquos, comportamento ajustado como padrão culto? b) O gênero/sexo feminino é mais conservador do ponto de vista da norma? c) Há uma relação entre estigmatização sociolinguística, *status* e mobilidade social? d) Qual o impacto da mídia – uma vez que trabalharemos com diversos gêneros da esfera jornalística – sobre a variação linguística neste fenômeno?

No que se refere ao papel da escola na aquisição da variante de prestígio, Silva e Scherre (1996 *apud* MOLLICA, 2012, p. 28) apresentam um painel com três tendências observadas quanto ao efeito da escolarização sobre as formas padrão, próprias a estilo e gêneros mais formais:

- a) Podem ocorrer casos em que os falantes entram na escola oscilando entre um grande e um pequeno uso da variante padrão; a escola “poda” a criança que não se amolda ao sistema de ensino. (...) Nesses casos, trata-se de variantes estigmatizadas pela escola, que chegam a ser sistematicamente corrigidas.
- b) Em outros casos, em que a maioria dos falantes entra na escola sem usar a variante padrão, esta é adquirida durante sua escolarização sem que desapareça, porém, a variante não padrão. Enquanto no primeiro ano escolar só há indivíduos que tendem a usar a variante não padrão, nos últimos anos escolares há falantes que tendem a usar ambas as variantes. (...) Algumas variantes não padrão não chegam a ser estigmatizadas pela escola, não sendo objeto de correção.

- c) Finalmente, uma terceira modalidade ocorre quando os falantes entram na escola apenas com a variante considerada não padrão, mas, paulatinamente, substituem essa variante pela considerada padrão.

Cabe destacar, ainda, as considerações de Votre (2012) sobre o fato de outros fatores incidirem sobre o nível de escolarização. Para o autor, um domínio maior ou menor do registro culto depende de fatores como o compartilhamento das experiências, a consciência do grau de prestígio atribuído a cada participante do processo interativo e o esforço de cada interlocutor em dar conta das tarefas comunicativas de modo a garantir êxito nos contextos em que quer figurar.

Uma outra questão que não pode ser ignorada na análise social da variação e da mudança linguística é a relação entre o uso de uma variante e o sexo do falante ou a forma de construção social dos papéis feminino e masculino. Diversos são os estudos sociolinguísticos que apontam para uma maior consciência feminina do *status* social das formas linguísticas (PAIVA, 2009). Desse modo, queremos observar, em nossa pesquisa, a hipótese de que as mulheres usam menos a variante estigmatizada e, no que concerne a uma implementação de mudança no sistema de casos dos pronomes pessoais do PB, se elas lideram a implementação de uma variante inovadora que apresente valor social positivo, como é o caso da anáfora.

Tendo isso em vista, traçamos o envelope de variação a ser estudado nesta pesquisa, composto da variável *distinção/não distinção do caso oblíquo nos pronomes pessoais*, das variantes *a, o, as, os, ele, ela, eles, elas, lhe, φ* e dos fatores de controle: a) o *continuum* fala/escrita; b) a referência ao interlocutor; c) o tipo da forma verbal e d) a posição do pronome. Como fatores extralinguísticos, em textos escritos informais e em dados orais, investigaremos a) período histórico, b) sexo do informante, c) nível de escolaridade, d) faixa etária e e) localidade. Esses grupos serão especificados no capítulo destinado à metodologia.

Acrescentando a dimensão histórica à Teoria variacionista, observa-se o princípio de que toda mudança linguística pressupõe variação. Chagas (2002), discorrendo acerca desse princípio, afirma:

Como a mudança é gradual, é necessário passar primeiro por um período de transição em que há variação, para em seguida ocorrer a mudança. Como a variação e a mudança estão estreitamente relacionadas é muito difícil estudar uma sem a outra (p. 149).

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]), é possível investigar o curso da mudança se concebermos a língua como dotada de heterogeneidade sistemática e observarmos os problemas da *transição*, dos *fatores condicionantes*, do *encaixamento*, da *avaliação* e da *implementação* da mudança linguística. Deve-se entender por *transição* a problemática dos estágios intermediários da mudança; por *fatores condicionantes*, o fato de haver condicionamentos linguísticos e extralinguísticos para a variação e a mudança; por *encaixamento*, o entrelaçamento entre as mudanças na estrutura linguística e mudanças na estrutura social; por *avaliação*, os valores subjetivos sobre o uso de uma estrutura e por *implementação*, as razões para mudanças ocorrerem numa dada língua, num dado momento.

Para a discussão desses problemas acerca da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) propõem a formulação de fundamentos empíricos para a investigação histórica das línguas.

Para o problema da *transição*, é proposta a observação de variáveis marcadas pelos traços arcaico *versus* inovador. Dessa forma, a mudança dar-se-ia *à medida que um falante aprende uma forma alternativa, durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência e quando uma das formas se torna obsoleta* (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 122).

Sobre o problema dos *fatores condicionantes*, os autores propõem a determinação de um conjunto de mudanças possíveis e, atreladas a essas mudanças, condições possíveis para que elas ocorram. Os autores exortam ainda sobre a combinação indispensável entre fatores linguísticos e fatores sociais para a explicação da mudança.

Para que o problema de *encaixamento* seja fundamentado em princípios sólidos, o linguista deve trazer à tona alguns questionamentos sobre a natureza e sobre a extensão deste encaixamento. No que diz respeito ao *encaixamento* na estrutura linguística, devem ocorrer na língua unidades funcionais distintas e coexistentes em uma comunidade, assim como variáveis intrínsecas em covariação com elementos linguísticos e extralinguísticos. No que diz respeito ao *encaixamento* na estrutura social, as análises a serem feitas pelo linguista devem mostrar a motivação social existente e como esta pesa sobre o sistema linguístico.

O problema da *avaliação* deve ser observado a partir de variáveis fora do sistema linguístico, pois, somente a partir daí, pode-se observar o nível de consciência da comunidade sobre esse valor relativo aos usos linguísticos.

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) apontam o problema da *implementação* como sendo o cerne da questão da mudança linguística. Assim, propõem uma teoria da mudança que dê conta do modo como a estrutura linguística se transforma ao longo do tempo. Os autores sugerem que uma mudança linguística começa quando um dos traços em variação na fala se difunde de um grupo social específico para a comunidade de fala em geral. Estes traços linguísticos assumem certa significação social até que a mudança esteja encaixada na estrutura linguística e que ela seja gradualmente generalizada a outros itens do sistema. Dessa forma, observamos que a *implementação* está diretamente ligada aos demais problemas, pois, como nos explica Tavares (2003, p. 85), para “se entender as causas da mudança, é necessário saber em que parte da estrutura social e da estrutura linguística a mudança se originou, como ela se espalhou para outros grupos sociais e que grupos linguísticos e sociais mostram maior resistência a ela”.

Para além desses fundamentos, serão incorporados à investigação histórica, os conceitos de *tempo aparente* e de *tempo real*, este relacionado às fontes históricas e aquele relacionado às faixas etárias dos informantes. Fazendo um recorte transversal dos dados sincrônicos em função das idades dos informantes, acrescenta-se uma primeira dimensão histórica à investigação linguística, o *tempo aparente*. Através da inclusão da faixa etária como fator condicionante extralinguístico, pode-se observar o uso crescente de uma variante por um grupo etário e decrescente por outros. Isso ocorre quando, por exemplo, o uso de uma variante inovadora é mais frequente entre os jovens e cada vez menos utilizada com o aumento da idade dos informantes. Levantamos a hipótese de que isso ocorra com o nosso objeto, uma vez que o uso de pronomes pessoais do caso reto em posição de objeto direto seja muito comum nos informantes mais jovens.

Segundo Labov (1994), a primeira e mais simples abordagem para estudar a mudança em progresso é traçar a mudança em *Tempo aparente*, pois, se descobrirmos uma relação direta entre variável linguística e idade, então devemos investigar se estamos lidando com uma mudança em progresso ou, apenas, com uma gradação etária, uma mudança regular de comportamento linguístico com a idade, que se repete a cada geração.

Observada uma mudança em progresso, cabe ao pesquisador considerar a idade como variável qualitativa, pois, se estudada apenas quantitativamente, apesar de facilitar a análise, nada se diz sobre como a mudança atua sobre as várias gerações de Tempo aparente. Entretanto, se a idade for categorizada qualitativamente, podemos observar relações de maior relevância social, por exemplo, a ocupação do falante e a mobilidade social derivada da comparação entre a ocupação do falante e a ocupação de seus pais (LABOV, 1994). Dessa forma, o estudo da mudança deve conjugar a análise qualitativa à quantitativa para uma melhor compreensão da variável.

Segundo Tarallo (2005), ao se comprovar a mudança com base nos dados observados em tempo aparente, deve-se proceder a um encaixamento em *tempo real*. Labov (1994, p. 75) propõe duas maneiras de fazer observações em Tempo real, são elas:

- **Revedo o passado:** busca de qualquer estudo prévio sobre o objeto da investigação. Assim, deve-se fazer o uso do passado para interpretar o presente. Entretanto, Labov adverte que nem sempre o que é encontrado serve para o pesquisador, uma vez que os autores dos estudos anteriores tinham interesses e métodos diferentes;
- **Repetindo o passado:** uso do presente para interpretação do passado. O atual pesquisador deve estar disposto a dedicar a mesma quantidade de tempo e de esforços como o investigador original e retornar à cena de um estudo anterior e repeti-lo, tanto quanto possível. Somente dessa forma, poderá dizer se a mudança continuou a avançar em tempo real.

Após a correlação entre os dados em tempo aparente e em tempo real, é possível reconstruir as várias etapas e relacioná-las às características sociolinguísticas de uma comunidade. Assim, a interpretação de dados em tempo real exige um modelo subjacente de como os indivíduos e a comunidade mudam ou não mudam ao longo do tempo e como podem se relacionar as possibilidades de mudança. Das relações entre tempo real e tempo aparente, segundo Labov (1994), podem ser concebidos quatro modelos distintos de mudança, a saber:

- **Estabilidade:** situação homogênea, invariável. Isso acontece se o comportamento dos indivíduos é estável ao longo de suas vidas e a comunidade continua no mesmo nível, ou seja, não há variação para analisar;
- **Gradação etária:** os indivíduos mudam seu comportamento linguístico durante todo o tempo de suas vidas, mas a comunidade como um todo não muda;
- **Mudança em geral:** mais típica da mudança sonora e alterações morfológicas. Falantes individuais entram na comunidade com uma frequência característica para uma determinada variável, mantida ao longo de suas vidas, mas os aumentos regulares nos valores adotados pelos indivíduos, muitas vezes, incrementados por várias gerações, levam a mudança linguística para a comunidade.
- **Mudança em comunidade:** são alterados os padrões da comunidade, onde todos os membros alteram as suas frequências em conjunto ou adquirem novas formas simultaneamente. Este é um padrão comum de mudanças lexicais.

Por fim Labov (2010) traz as dimensões cultural e cognitiva ao estudo da mudança linguística, a partir dos conceitos de divergência e convergência, tais princípios são caros ao nosso estudo, pois tratamos de comunidades diferentes e distantes geograficamente que partilham alguns traços culturais. Desse modo, apoiados nesse novo ponto de vista, podemos explicar por que povos que vivem afastados territorialmente, como Brasil e Madeira, manifestam padrões semelhantes, enquanto a ilha diverge sintaticamente de Portugal continental. Segundo o autor, a partilha de traços cognitivo-culturais independe do contato, uma vez que parece haver motivações para mudanças próprias da estrutura cognitiva, mas não inerentes ao indivíduo e sim partilhadas por um grupo através da cultura.

A partir desse contexto teórico, observamos o sistema pronominal do português em processo de variação e de mudança linguística. Conforme vimos anteriormente, a variável linguística que marca a função acusativa dos pronomes de terceira pessoa vem sendo codificada em PB por diferentes formas variantes e distanciando-se cada vez mais do PE. Por essa razão, nossa Tese utiliza-se dos pressupostos básicos da teoria sociolinguística para estudar o processo de mudança linguística a partir da variação

para, em seguida, conforme veremos nas seções a seguir, alinharmos esses conceitos aos pressupostos funcionalistas.

3.2. O Funcionalismo linguístico

A partir do que discutimos anteriormente, observa-se que nossa perspectiva de estudo contempla a noção de língua em uso, não podendo ser vista como uma manifestação autônoma do sistema linguístico, mas sim dotada de estruturas linguísticas mutáveis, adaptativas e sensíveis à interação verbal, pressupostos funcionalistas caros à nossa investigação. Conforme Pezatti (2004), o enfoque funcionalista pretende descrever a linguagem como requisito básico da interação verbal.

São lições básicas de uma gramática de direção funcionalista, de acordo com Neves (2012, p. 51): 1) a linguagem serve a uma gama de propósitos, tendo como motivações forças internas e externas à língua, vindas de diferentes direções e possuindo diferentes naturezas; 2) a língua (e sua gramática) não é imune a uma relação com fatores externos de ativação, isto é, ainda que *o sistema linguístico exiba algum grau de arbitrariedade, ele se ativa motivado por alguns fatores externos (e de mais de um tipo)* e 3) as formas e os processos da língua são meios para um fim e não um fim em si mesmo, assim sendo, os fins são correlatos das motivações.

A partir desses princípios básicos, a autora elenca temas subordinados em que se baseia uma gramática funcionalista, são eles: a relação entre o discurso e a gramática; a liberdade organizacional do falante, dentro das restrições sistêmicas; a distribuição de informação e de relevo informativo e o fluxo de informação. Assim, segundo Neves, não há possibilidade de uma compreensão de gramática “despida” do discurso e é, a partir dessa associação, que o falante processa estruturas regulares, porém ele faz escolhas a partir de um determinado efeito pragmático, uma vez que os diversos eventos comunicativos diferem em importância, mas é o falante que lhes confere relevo, de acordo com seu propósito comunicativo, porque, no discurso, as informações fluem, mas o falante dirige, dentro de um ponto de vista, o fluxo de informação para apresentar ao ouvinte.

Notamos, dessa forma, as conexões do Funcionalismo com o cognitivismo e o socioculturalismo. Em relação ao primeiro, tem-se a noção de que a gramática está

pautada em base cognitiva das estruturas linguísticas, isto se dá no conhecimento que a comunidade tem a respeito da organização dos eventos e de seus participantes (BEAUGRANDE *apud* NEVES, 2012). No que se refere ao socioculturalismo, Neves (*op. cit.*, 53) diz:

Partindo da conexão com o socioculturalismo – mas sempre abrigando as determinações do domínio cognitivo – chega-se à noção de que há um componente conceptual como força condutora por trás do componente gramatical, embora a gramática seja susceptível às pressões do uso (Du Bois, 1993), ou seja, às determinações do discurso (Givón, 1979), visto o discurso como uma rede total de eventos comunicativos relevantes (Beaugrande, 1993). Por aí, fica estabelecido que a gramática se resolve no equilíbrio entre forças internas e forças externas ao sistema (Du Bois, 1985), e essas forças externas são tanto as cognitivas como as socioculturais.

Dentro dessa perspectiva, o Funcionalismo propõe a noção de língua como um sistema complexo, oriundo da relação entre categorias linguísticas, categorias discursivas e categorias cognitivas. Essa relação se dá através de uma relação icônica entre esses domínios. Givón (1991) postula a iconicidade como a relação natural entre forma e função, isto é, uma tipologia gramatical deve dar conta das principais estruturas que codificam um mesmo domínio funcional.

Os estudos linguísticos de orientação funcionalista defendem a ideia de que a estrutura reflete, **de algum modo**, a estrutura da experiência. A esse respeito, Neves (2011, p. 23) assim resume:

Na admissão da relação entre cognição e gramática também se assenta a iconicidade, isto é, a consideração de uma motivação icônica para a forma linguística, a consideração de que a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação linguística reflete extensão ou a complexidade de natureza conceptual. Trata-se, como diz Haiman (1985a), de admitir paralelismo entre a relação das partes da estrutura linguística e a relação das partes da estrutura de significação, ou, como diz Croft (1990), de admitir que a estrutura da língua reflete a estrutura da experiência, ou seja, a estrutura do mundo (geralmente inclusa a perspectiva imposta sobre o mundo pelo falante).

Givón (1995) adota a iconicidade como um dos princípios funcionalistas que regem as línguas; contudo, para o autor, não há uma relação biunívoca na relação entre forma e função, descartando, dessa forma, a noção de isomorfismo, pois isso afastaria noções como sinonímia, homonímia ou mesmo a variação linguística.

Givón (1995) apresenta o conceito de marcação como meta-iconicidade, a qual tem como princípio o fato *de as categorias mais marcadas serem também*

substantivamente mais marcadas. (p.58 tradução nossa). Contudo, devemos observar que o conceito de marcação está intimamente ligado com o contexto comunicativo, pois uma estrutura marcada num contexto pode acontecer como não-marcada em outro. Por exemplo, o pronome oblíquo é a forma não-marcada utilizada na função de acusativo em textos escritos mais formais de usuários com um maior grau de escolarização. Mas, se utilizássemos a forma *fi-lo* (fiz+o), na fala de um brasileiro, teríamos o clítico como uma estrutura marcada, uma vez que essa forma parece pouco frequente na fala, independentemente do contexto.

Por esta razão, devemos observar como critérios de marcação: a) a complexidade estrutural, b) a frequência de distribuição e c) a complexidade cognitiva. Tomando o exemplo do domínio da polaridade, observamos que a oração negativa é mais marcada que a afirmativa, porque, além de menos frequente, é também estruturalmente mais complexa. A correlação entre marcação estrutural, marcação cognitiva e baixa distribuição de frequência é reflexo da iconicidade agindo na gramática, pois isso representa o isomorfismo entre correlatos substantivos (comunicativos e cognitivos) e correlatos formais da marcação (CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003).

Dentro dessa noção de iconicidade manifestam-se três subprincípios: a) o *subprincípio da quantidade*, segundo o qual quanto maior a quantidade de informações, maior será a quantidade de formas para expressá-la. Nesse modelo, retomamos o exemplo das orações negativas; b) o *subprincípio da integração*, através do qual o que está cognitivamente mais próximo está mais integrado no nível da codificação, ou seja, o que está mentalmente junto é colocado sintaticamente junto. Assim, por exemplo, explicaríamos a ausência de concordância verbal, quando o sujeito e o verbo estão estruturalmente distanciados, uma vez que, para o falante, esses elementos não parecem integrados; c) o *subprincípio da ordenação linear*, pelo qual as informações mais importantes tendem a ocupar o primeiro lugar da cadeia sintática, refletindo a ordem de importância para o falante.

Partindo-se da linguagem como negociação entre dois interlocutores, a iconicidade envolve duas categorias: a informatividade e a economia. São características da informatividade o peso na forma fônica, a complexidade, o dispêndio de tempo no enunciado e a relação direta entre forma linguística e estrutura de experiência. São características da economia a perda de forma fônica, a simplicidade, a

rapidez do enunciado e a relação frouxa entre forma linguística e estrutura da experiência. (NEVES, 2012)

Correlacionando as características da informatividade e da economia, chega-se a quatro fatores: a frequência de uso, a existência de marcas, a velocidade do processamento e o grau de iconicidade. Esses grupos associados aos quatro aspectos da informatividade e da economia resultam, segundo a autora, no quadro a seguir:

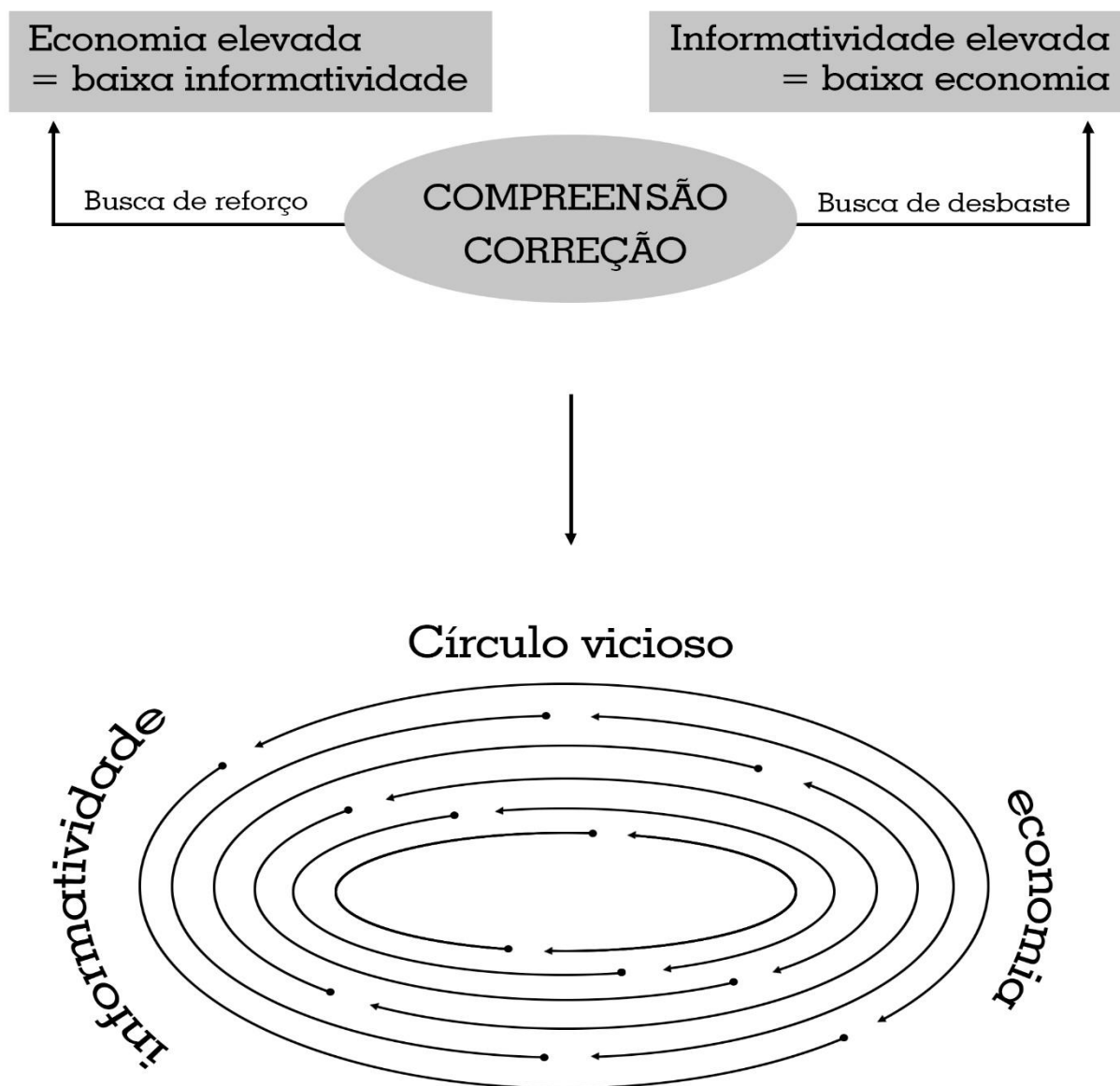
Quadro 05 – Iconicidade a partir da informatividade e da economia

	INFORMATIVIDADE	ECONOMIA
FREQUÊNCIA DE USO	Clareza	Rotinização
EXISTÊNCIA DE MARCAS	Expressividade	Regularização
VELOCIDADE DE PROCESSAMENTO	Ampliação do contexto	Redução do contexto
ICONICIDADE	Transparência	Opacidade

Fonte: Neves (2012, p.56)

Outra forma de mostrar o equilíbrio do uso da linguagem para responder a motivações e a necessidades comunicativas está no esquema a seguir:

Figura 03: Equilíbrio do uso da língua a partir do princípio de iconicidade



Fonte: Neves (2012, p.57)

Podemos ver que a economia e a informatividade combinam-se continuamente no uso linguístico. Dessa forma, economia elevada representa baixa informatividade e informatividade elevada representa baixa economia. O primeiro caso leva à busca de reforço para a informatividade e o segundo caso leva à busca de desbaste na informação.

Dubois e Votre (2012) fazem uma releitura dos princípios da iconicidade e da marcação, formulando dois novos princípios: o de expressividade e o de modularidade, a fim de dar conta do funcionamento de parâmetros cognitivos que expliquem o uso de procedimentos discursivos específicos, uma vez que, para os autores, a partir de estudos sobre a enumeração no francês falado em Montreal e do Rio de Janeiro, deveria haver aspectos discursivos, relativamente maleáveis, que fugiam às especificações dos princípios acolhidos e refinados pela Linguística Funcional.

Os princípios funcionais de iconicidade e de marcação se aplicariam aos fenômenos discursivos apenas nas seguintes condições:

- a) Os fenômenos discursivos respeitarão o princípio de marcação unicamente se: os procedimentos que o marcam forem todos similares e desempenharem uma tarefa funcional e cognitivamente semelhante em fenômeno discursivo de mesma natureza;
- b) Os fenômenos discursivos respeitarão o princípio de iconicidade unicamente se: 1) os fenômenos discursivos puderem ser considerados como um valor subjacente unidirecional que implica relações unidirecionais com os fatores de suporte que participam em sua elaboração; 2) os fenômenos discursivos não puderam conter simultaneamente uma organização sintagmática e paradigmática, e devem ser insensíveis ao desenrolar dinâmico da interação na qual eles são emitidos. (DUBOIS; VOTRE, 2012, p. 67)

A partir dessas condições, dois novos princípios equilibrariam os princípios de marcação e de iconicidade: o princípio da expressividade e o princípio da modularidade, respectivamente. Cada um dos pares de princípios corresponderia aos polos opostos de um *continuum*. Assim, a formulação dos princípios de marcação e expressividade enuncia-se da seguinte forma:

Quadro 06: Formulação dos princípios de marcação e expressividade

Princípio da marcação	Princípio da expressividade
O princípio de marcação é cognitivamente motivado em termos de esforços associados às tarefas de codificação.	O princípio de expressividade é cognitivamente motivado em termos de expressividade e da eficácia, o que equilibra as tarefas de codificação.
Um elemento marcado será mais elaborado e mais longo.	Um procedimento discursivo marcado pode ser o menos elaborado e menos longo.
Um elemento marcado será menos frequente.	Um procedimento discursivo marcado pode ser mais frequente.
Um elemento marcado exigirá mais esforços de codificação.	Um procedimento discursivo marcado pode reduzir ou anular o esforço de codificação.

Fonte: Dubois e Votre (2012, p.69)

A formulação dos princípios de iconicidade e de modularidade expressa-se como se segue:

Quadro 07: Formulação dos princípios de iconicidade e modularidade

Princípio de iconicidade	Princípio de modularidade
O princípio de iconicidade implica uma relação unidirecional e unidimensional entre função e forma.	O princípio de modularidade implica relações unidirecionais e unidimensionais entre as funções e as formas de um procedimento discursivo.
Quanto maior, importante, imprevisível e temática for a quantidade de informação, mais complexas serão as formas correspondentes.	A complexidade de uma quantidade de informação maior, mais importante, mais imprevisível e mais temática é dominada por fatores inter-relacionados a outros níveis de análise.
Quanto mais conteúdos estiverem próximos do ponto de vista conceptual e cognitivo, mais será a integração das formas correspondentes.	A integração das formas do ponto de vista conceptual e cognitivo está sujeita também à organização dinâmica da interação na qual elas são emitidas.
Quanto mais uma informação for grande, importante, imprevisível e temática, mais ela tenderá a ser localizada no início do enunciado.	A ordem linear de uma informação maior, mais importante, mais imprevisível e mais temática não é fixa e algumas vezes não tem nenhuma pertinência para certos fenômenos discursivos.

Fonte: Dubois e Votre (2012, p.70)

Diante do exposto, a partir dos princípios da Linguística Funcional, nossa pesquisa pretende dar conta das determinações cognitivas que levam o sistema de casos do PB à variação e à mudança linguística, tendo como cerne da análise os princípios de marcação e de iconicidade acima expostos.

3.3. O Sociofuncionalismo

Visto que o fenômeno por nós estudado envolve questões léxico-gramaticais, semântico-discursivas e sociais, nosso referencial teórico abordará a perspectiva sociofuncional, a qual faz a interseção entre duas teorias: a Teoria da Variação e Mudança, porque pretendemos (a) verificar a variação no sistema de casos dos pronomes de terceira pessoa do PB, (b) buscar contextos que favorecem o uso de cada uma das variantes e (c) observar a mudança em tempo real e tempo aparente; e o Funcionalismo, pois nossa análise dos dados basear-se-á nos princípios de Iconicidade e de Marcação, a partir do estudo das principais estruturas que codificam um domínio funcional específico, o caso.

Torres, Rodrigues e Coan (2012, p.59), ao tratar da possibilidade de diálogo entre essas duas teorias, afirmam:

Dado o interesse pela linguagem em uso, não raramente essas duas teorias estiveram aliadas para explicar fenômenos de descrição linguística. A Sociolinguística Quantitativa, baseada em pressupostos funcionalistas, tais como princípio da iconicidade e princípio da marcação, procura interpretar a frequência de uso de uma variante em detrimento de outra; o Funcionalismo lança mão da metodologia da sociolinguística para verificar a frequência de determinados usos linguísticos associados a processos de gramaticalização. São pesquisas sociolinguísticas com interpretações funcionalistas, ou pesquisas funcionalistas apoiadas em métodos e pressupostos variacionistas.

No entanto, os autores advertem que é ilusório pensar que todos os pressupostos da Sociolinguística e do Funcionalismo são conciliáveis entre si, ou ainda que sejam essas teorias complementares ou afins. Há pressupostos extremamente distintos e outros bastantes complementares, assim *o que se chama de Sociofuncionalismo é um paradigma resultante das duas teorias que lhe dão sustentação a partir de uma discussão lúcida dessas diferenças e semelhanças.* (TORRES; RODRIGUES; COAN,

2012, p.60), coadunando assim para o que Tavares (2003, p.102) já destacava: a construção e a reconstrução do Sociofuncionalismo a cada nova pesquisa, dependendo dos objetivos dessa.

A abordagem Sociofuncionalista articula, segundo Tavares (*op. cit.*) como pressupostos convergentes das duas teorias de base: (a) a prioridade atribuída à língua em uso; (b) os fenômenos linguísticos investigados são analisados em situações de comunicação real de sujeitos reais interagindo; (c) a concepção de que a língua está sempre mudando; (d) a mudança linguística é entendida como contínua e gradual; (e) a mudança é observável nos âmbitos linguístico e social; (f) a mudança pode ser observada a partir de dados sincrônicos e diacrônicos; (g) o princípio do uniformitarismo, segundo o qual as forças linguísticas e sociais que agem na língua provocando variação e mudança são as mesmas de épocas passadas; (h) a análise de aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos na língua; (i) a atenção dada à frequência; (j) a afirmação de que há relação entre os fenômenos linguísticos e a sociedade em que ocorrem. Contudo, a autora afirma que pode haver uma semelhança apenas parcial entre itens destacados e diferenças podem emergir.

Observamos que os pressupostos teórico-metodológicos das teorias “mães” do Sociofuncionalismo constituem-se por conceitos que não são totalmente “encaixáveis”. O Funcionalismo, como o próprio nome sugere, tem por foco as diversas *funções* de uma forma, no processo constante de emergência gramatical, considerando, sobretudo, as *motivações funcionais*, como subjacentes à organização da gramática, à variação e à mudança. A Sociolinguística Variacionista focaliza as *formas variantes*, buscando traçar *regras variáveis*, as quais mesclam os condicionamentos linguísticos e os sociais, considerando, assim, *motivações do sistema e sociais*, como subjacentes à organização da gramática, à variação e à mudança.

O termo *mudança*, na perspectiva sociofuncionalista, conforme Tavares (2003), diz respeito ao *surgimento de uma nova função* para uma nova forma, passando pela *disseminação* em diferentes estratos sociolinguísticos desse novo uso, a partir do momento em que esse uso vai se tornando mais frequente, e pelas *alterações* da distribuição sociolinguística das *formas mais antigas* com essa mesma função até que haja a *substituição* de uma das formas antigas por uma forma mais recente. Assim, no posicionamento do Sociofuncionalismo, *variação* e *mudança* decorrem uma da outra.

A partir desses princípios não conciliáveis, deve existir, por parte do pesquisador, a opção por *uma base funcionalista*, observando, em um primeiro plano, a gramática emergente da língua ou a opção por *uma base variacionista*, priorizando a investigação linguística a partir de regras variáveis. Para Tavares (2003, p. 134), o pressuposto básico para a constituição de um Sociofuncionalismo é que haja a investigação de algum traço funcional – para justificar o *funcionalismo* do rótulo - e, também, algo que seja vindo da Sociolinguística, como “aspectos metodológicos, achados quanto aos condicionamentos sociolinguísticos, princípios e/ou explicações” – para justificar o *sócio-* do rótulo.

Por fim, devemos ter a noção de que o Sociofuncionalismo é uma *escala teórica*, em que cada pesquisador deve deixar claro de onde a interseção teórica partiu: se de um funcionalismo estendido para que dê conta de diferentes graus de variação ou se de uma sociolinguística estendida para dar conta de diferentes graus de funcionalismo. A partir daí, “as convergências podem ser mais ou menos facilitadas, surgindo matizes teóricos diferenciados, com limites diversos de absorção do que vem de cada modelo fonte” (TAVARES, *op. cit.*, p.135). Assumiremos, nesta pesquisa, conforme dito anteriormente, um estudo sociolinguístico estendido ao Funcionalismo.

Síntese conclusiva capítulo

Neste capítulo, apresentamos o referencial teórico que norteia a análise de dados dessa pesquisa: o Sociofuncionalismo. Esta perspectiva teórica conjuga conceitos de duas teorias, a Sociolinguística e o Funcionalismo Linguístico.

Na primeira seção, tratamos das noções de variação e de mudança linguística e configuramos nosso envelope de variação, formado pela *variável* distinção/não distinção da categoria caso nos pronomes pessoais de terceira pessoa, pelas *variantes* *o*, *ele*, *lhe* e anáfora zero e, para completar o envelope, elencamos, no próximo capítulo, os *fatores condicionantes* por nós testados. Ainda na primeira seção, acrescentamos o ponto de vista temporal da variação e discorremos sobre os fundamentos empíricos para a investigação histórica das línguas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2005 [1968]) e, por fim, as noções de mudança em tempo real e em tempo aparente (LABOV, 1994).

Na segunda seção, discorreremos sobre o Funcionalismo Linguístico, voltando-nos para os conceitos de marcação e de iconicidade, propostos por Givón (1995), e, para a complementação dessas noções, a postulação dos princípios da expressividade e da modularidade por Dubois e Votre (2011). A partir disso, na terceira seção, expomos a ideia de um “casamento teórico” entre teorias, culminando nos pressupostos sociofuncionalistas. Essa discussão embasa as nossas escolhas metodológicas, apresentadas a seguir.

4. METODOLOGIA

O homem científico não almeja resultados imediatos. Ele não espera que suas ideias mais avançadas sejam rapidamente retomadas. Seu trabalho é como o de um agricultor para o futuro. Seu dever é estabelecer bases para aqueles que estão por vir e apontar o caminho a ser seguido. (Nikola Tesla)

Esta pesquisa, de natureza descritivo-explicativa, visa a: (a) descrever o paradigma dos pronomes pessoais do português brasileiro e europeu, no que concerne à categoria caso e (b) estabelecer relações entre as variantes *o*, *ele*, *lhe* e a anáfora zero e os fatores de controle *continuum* oralidade/escrita; propriedades semânticas do OD; tipo da forma verbal que o acusativo complementa; posição do pronome; período histórico; sexo do informante; nível de escolaridade; idade e localidade. Para tanto, segue orientação teórica sociofuncionalista, pois se enquadra no modelo teórico-metodológico que se caracteriza por estabelecer relações entre língua, sociedade e contexto discursivo. Por esse modelo de análise, temos a possibilidade de sistematizar a variação existente na língua e traçar fundamentos empíricos para o estudo da mudança linguística¹³, a partir de um domínio funcional específico.

Da Sociolinguística quantitativa, traremos à nossa pesquisa a noção de envelope de variação, isto é, foram delimitadas, em nosso método, a **variável** “marcação do caso acusativo em 3ª pessoa no português brasileiro e europeu”, à qual correspondem as seguintes formas **variantes**: o clítico *o* (e suas flexões), o pronome do “caso reto” *ele* (e suas flexões), o pronome *lhe* (e suas flexões) e a anáfora zero. Cada uma dessas variantes será influenciada por determinados contextos, aos quais chamaremos de **fatores de controle**. Por fim, após coletados os dados, eles serão analisados no programa GOLDVARB X¹⁴, um sistema de investigação estatística para o tratamento da variação linguística. Juntamente à análise sociolinguística, utilizaremos a teoria funcionalista para a interpretação dos dados, a partir dos princípios de iconicidade e de marcação, justificando, assim, o nosso posicionamento sociofuncionalista.

¹³ Para o melhor entendimento desse modelo teórico-metodológico, consultar nossa fundamentação teórica.

¹⁴ A seção 5.3 tratará da análise estatística dos dados.

4.1. Formação dos *corpora*

Considerando os fatores elencados nos capítulos anteriores, é necessária a formação de um *corpus* que favoreça sua ocorrência. No que se refere à comparação entre oralidade e escrita, Neves (2012) defende a ideia de que língua falada e língua escrita são comparáveis metodologicamente, uma vez que estudadas sob um aparato teórico que contemple suas especificidades de uso. Segundo a autora:

Assumindo-se que é difícil uma distinção, do ponto de vista das estruturas básicas, entre língua falada e língua escrita, a questão é levada para compartimentos particulares da “gramática”, para observar-se, por exemplo, que, em alguns campos, as diferenças se discutem mais fortemente no terreno da interação (modo de produção, condições de uso, interesses e propósitos específicos), enquanto em outros campos as diferenças já se discutem mais especificamente no nível do sistema. Em nenhum dos casos, desaparece nenhum dos componentes (sintático, semântico ou pragmático) que se integram para compor a gramática da língua. (NEVES, 2012, p. 135)

Assim, formamos um banco de dados com textos escritos e orais selecionados da seguinte forma:

➤ **Dados de fala**

Foram utilizados os dados do *corpus* Concordância¹⁵, vinculado ao Projeto de “Estudo comparado de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias”. Nossa opção por esse banco de dados deve-se ao fato de que ele disponibiliza registros orais de língua portuguesa, mais especificamente, entrevistas realizadas em 2010 em cinco localidades distintas: Copacabana (bairro da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro), Nova Iguaçu (cidade-dormitório vizinha à capital carioca), Oeiras (em Lisboa), Cacém (cidade-dormitório vizinha a Lisboa) e Funchal (na Ilha da Madeira), respectivamente, duas referentes ao PB, duas ao PE-Continental e uma ao PE-Insular.

Todas as entrevistas - quer no Brasil, quer em Portugal – passaram pelos mesmos critérios sociolinguísticos no que concerne à estratificação da amostra. Constam 18 entrevistas de cada uma das cinco localidades, num total de 90 inquéritos.

¹⁵ Disponível para consulta em:

http://www.concordancia.letras.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=36&Itemid=59

Para equilibrarmos o número de informante da amostra do Funchal, investigamos apenas uma localidade brasileira (Rio -Nova Iguaçu) e uma lisboeta (Lisboa – Oeiras), totalizando 54 entrevistas analisadas.

São levadas em consideração três variáveis extralinguísticas – faixa etária, nível de instrução e sexo do informante, conforme especificadas a seguir:

Quadro 08: Estratificação da amostra de dados orais

Localidades	Faixa etária	Nível de escolaridade	Sexo
RJ - Copacabana	A: 18 a 35 anos	1: Fundamental – 2º segmento (6º ao 9º ano)	Masculino
RJ – Nova Iguaçu			
Lisboa – Oeiras	B: 36 a 55 anos	2: Médio (10º ao 12º ano)	Feminino
Lisboa – Cacém			
Funchal	C: 56 a 75 anos	3: superior	
5 células x 3 células x 3 células x 2 células = 90 informantes ¹⁶			

Fonte: http://www.concordancia.letras.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=36&Itemid=59 (adaptado)

➤ **Dados escritos**

Serão testados gêneros de diferentes características, uma vez que, para Bakhtin (2003), *gêneros textuais* são tipos relativamente estáveis de enunciados; textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Essa posição teórica concebe a *língua* como um conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas e, por extensão, o *texto* como um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas (BEAUGRANDE, 1997), não sendo possível, dessa forma,

¹⁶ Apenas um informante por célula.

comunicar-se verbalmente sem ser por um texto, característica que dialoga com nosso posicionamento sociofuncionalista.

Cabe-nos acrescentar a essa concepção o conceito de *domínio discursivo*, que constitui uma esfera da atividade humana e não apenas um princípio de classificação de texto. Segundo Marchuschi (2008, p. 155),

os domínios discursivos não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradas de relação de poder.

Para que nossa seleção de textos não fosse aleatória, escolhemos gêneros pertencentes à esfera jornalística. A fim de respeitar um volume textual simétrico, distribuímos a quantidade de textos da seguinte forma:

Quadro 09: Distribuição quantitativa da amostra de textos escritos

	DÉCADA DE 70	DÉCADA DE 80	DÉCADA DE 90	PRIMEIRA DÉCADA DE 2000	2010 A 2016
NOTÍCIA	15 textos	15 textos	15 textos	15 textos	15 textos
EDITORIAL	15 textos	15 textos	15 textos	15 textos	15 textos
ENTREVISTA	15 textos	15 textos	15 textos	15 textos	15 textos

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme mencionado anteriormente, a escolha desses gêneros, especificamente, pauta-se no *continuum* oralidade/escrita. Esse *continuum* parte da fala, passando pela entrevista (texto escrito que apresenta marcas da oralidade). Em seguida, o *continuum* contempla textos escritos em gradação com o grau de formalidade, a saber, notícia e editorial. No projeto inicial, pretendíamos analisar ainda os gêneros carta do leitor, crônica e artigo de opinião, porém esses gêneros não ocorreram – ou mesmo não existiam – em todas as décadas por nós analisadas; a carta do leitor, por exemplo, só passou a circular nos jornais madeirenses na década de 1990. Cabe observar ainda que os três gêneros analisados passaram por mudanças estruturais ao longo do tempo, por

isso consideramos um dado texto pertencente a um gênero quando o próprio periódico assim o intitulava, a exemplo do trecho a seguir:

Aliás, será bom que se esclareça desde já um pormenor: é que entrevista, entrevista naquela base de pergunta-resposta, resposta- pergunta foi coisa que nunca aconteceu. O *Diário de Notícias* não foi ao Montijo entrevistar Djalma; foi lá, sim, para dialogar com Djalma, diálogo esse a que Mário Wilson se prestou também, com visível agrado. (*Diário de Notícias da Madeira*. 21/01/1970.)

Conforme dito anteriormente, nosso recorte temporal diz respeito às últimas cinco décadas de nossa história, contemplando, assim, um período representativo referente a meio século. A quantidade de quinze textos por gênero/década diz respeito a cinco exemplares de cada um dos jornais escolhidos, totalizando quarenta e cinco publicações por década, num total de duzentos e vinte e cinco na amostra geral. Utilizamos três jornais que circulam/circulavam nos mesmos locais que nossos dados de fala, conforme disponibilidade de arquivos do período por nós selecionado.

O primeiro jornal é o *Jornal do Brasil*, publicação do Rio de Janeiro, criado em 1891 e impresso até setembro de 2010, quando se tornou exclusivamente digital. As edições a partir da primeira edição estão digitalizadas na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Brasil no endereço eletrônico <http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=030015&pesq=>, o que permite a leitura *online* do jornal, conforme a imagem abaixo.

Figura 04: Captura de tela da primeira página de um exemplar do *Jornal do Brasil online*



Fonte: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_13

O segundo jornal escolhido é o *Diário de Notícias* sediado em Lisboa e fundado em 1864. A leitura e a coleta dos dados foram feitas na Biblioteca Nacional, onde o periódico está disponível em microfílm. A terceira publicação consultada foi o *Diário de Notícias da Madeira*, noticiário funchalense existente desde 1876. A consulta desde último foi feita no Arquivo Regional da Madeira também pelo sistema de microfílmagem, conforme pode ser visto a seguir.

Figura 05: Primeira página de um exemplar do jornal *Diário de Notícias*

**É CHOCANTE
MAS ESTA FOTO
PRECISA MESMO
DE SER PUBLICADA**

O drama dos refugiados da Síria ganhou outra dimensão com a foto da morte de Aylan Kurdi. Esta imagem, de outra morte, deveria ter o mesmo efeito em relação às perseguições na Birmânia. Foi ontem divulgada pela CNN. EDITORIALE PÁGS. 24 E 25

QUINTA-FEIRA 5.1.2017 | WWW.DN.PT | Ano 153.º | N.º 53 951 | 1,20€ | Diretor Paulo Baldada Diretor adjunto Paulo Tavares Subdiretores Joana Petiz e Leonídio Paulo Ferreira Diretor de arte Pedro Fernandes

Diário de Notícias

Cantora americana Janet Jackson com o marido, Wissam Al Mana. Essa é o primeiro filho do casal

Mulheres adiaram 3,7 anos o nascimento do primeiro filho

Fertilidade. Portuguesas são mães cada vez mais tarde e já neste século a idade média de quem tem filhos passou a fasquia dos 30 anos. Tratamentos de fertilidade são a solução para muitos casais, mas mães com 50 anos como a cantora Janet Jackson são raras. PÁGS. 4 E 5

IMUNOTERAPIA
NOVO TRATAMENTO
PARA CANCRO CUSTA
60 A 80 MIL EUROS
POR DOENTE/ANO

Medicamentos inovadores ajudam sistema imunitário a combater tumor. Em Portugal já houve 34 ensaios. PÁGS. 12 E 13

SAÚDE
Urgências crescem 10% no SNS, até duas vezes mais nos privados

Em dezembro houve 20 mil idas à urgência em Lisboa, bem mais do que há um ano. PÁG. 8

COLÔMBIA
Oficial português dançou com uma guerrilheira. E a ONU não gostou

Militar é observador da missão de paz e está colocado junto às FARC. PÁG. 11

VENDA DO NOVO BANCO
Banco de Portugal escolhe Lone Star mas negociações vão continuar

PÁG. 16

OPINIÃO
Daniel Proença de Carvalho, André Macedo, Ferreira Fernandes

PÁGS. 2 E 38 A 40

ROBERT MARCHAND
O CICLISTA DE 105 ANOS QUE BATEU O RECORDE DA HORA

Ao percorrer ontem 22,547 quilómetros em 60 minutos, o francês renovou a sua marca como atleta. O segredo? Fruta, legumes e pouco álcool. PÁG. 37

Fonte: <https://www.dn.pt/>

Figura 06: Microfilmagem da primeira página de um exemplar do jornal Diário de Notícias da Madeira



Diário de Notícias

DOMINGO, 3 DE MARÇO DE 1974

AINDA SE FALA COMO HÁ 500 ANOS

Em nossa ilha existe ainda um tempo dos cristãos do século XV, de Moisés ao Algarve. E, desde fazer das gentes, avulsas, raras palavras e frases, e outras continuam a dizer a compor a vida da linguagem oral e escrita. Mas, em despeito de se haverem petrificado vocábulos e manéiras de dizer no campo da sintaxe, há expressões que resistiram...

DR. HORACIO BENTO DE SOUZA

ao fenómeno natural da evolução. E o seu comportamento explica-se sobretudo pelo isolamento das ilhas, a ausência do convívio do vulgarista, e na perda de hábitos na estrita solidão. Acresce que a falta de contacto com a televisão, a rádio, o domínio, e a obrigatoriedade do ensino. Também, em certos sítios peçonhentos de frequência da Madeira, nos colchões estranhos onde se hospedam os turistas, os automóveis de aluguer, os táxis, os autocarros, os autocarros, os autocarros, os autocarros...

CORONEL ANTÓNIO BRAMCAMP SOBRAL

O «Diário de Notícias» do Funchal, em colaboração com o Coronel António Bramcamp Sobral, publicará uma série de artigos sobre a história da ilha da Madeira, desde a descoberta da ilha até aos dias de hoje.

Bonn apoia o programa global de desenvolvimento da CE

BRUXELAS. — A Assembleia Parlamentar do Mercado Comum reforça os seus esforços por uma política global de cooperação com os países em desenvolvimento. A Comissão Europeia, sob a direção do presidente da Comissão, Jacques Delors, aprovou um programa de trabalho estruturado para o efeito. O programa prevê a criação de um fundo de cooperação com os países em desenvolvimento...

DELEGADO DO INSTITUTO NACIONAL DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA NO FUNCHAL

Um novo delegado de serviço, chegou amanhã a esta cidade, o sr. Dr. Victor Augusto da Silva, Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência no Funchal.

AS ELEIÇÕES NA GRÃ-BRETANHA

A INDECISÃO DO ELEITORADO não solucionou a crise

LONDRES. — O jornal britânico «The Daily Telegraph» afirmou que a indecisão do eleitorado não solucionou a crise política em Grã-Bretanha. O texto afirma que a situação política continua a ser instável e que a crise não parece ter fim à vista.



Um grupo acompanhado pelo líder do bloco de esquerda, chegou amanhã a esta cidade, o sr. Dr. Victor Augusto da Silva, Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência no Funchal.

ADMINISTRADORES DA EMPRESA DA ELECTRICIDADE DA MADEIRA

LIEBOA. 2. — A folha oficial de hoje publica despacho do ministro das Obras Públicas que nomeia para a Empresa de Electricidade da Madeira: presidente do conselho de administração, o coronel Fernando Homem da Costa, representante do M. O. P. no conselho geral o eng. José de Sousa Lima, para exercer as funções do art. 17 do Decreto Lei 12/74 o eng. Armando de Palma Carlos e vogal do conselho de administração o Engenheiro Vasconcelos Jardim Fernandes.

Diz um jornalista finlandês que visitou a nossa Guiné

O P.A.I.G.C. NÃO LIBERTOU NEM CONTROLA UMA ÚNICA REGIÃO

BOAMBÉLIA. — O P.A.I.G.C. não libertou uma única região nem controla uma única região. O jornalista finlandês afirma que a situação política em Guiné continua a ser instável e que a crise não parece ter fim à vista.

A CERIMÓNIA DA POSSE DOS NOVOS GOVERNADORES DO FUNCHAL E PONTA DELGADA REALIZA-SE NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA

LITTOA. 2. — No próximo dia 4, pelas 12 horas, o ministro do Interior, Dr. Moreira Baptista, conferirá posse aos novos governadores do Funchal e de Ponta Delgada. A cerimónia será transmitida em directo por televisão.

A SÍRIA REJEITOU AS PROPOSTAS DE ISRAEL SOBRE A SEPARAÇÃO DE FORÇAS NO GOLÁ

DAMASCUS. — A Síria rejeitou as propostas de Israel para a separação das forças no Golá. O texto afirma que a situação política no Oriente Médio continua a ser instável e que a crise não parece ter fim à vista.

O PREÇO DA GASOLINA AUMENTA EM ESPANHA

MADRID. — A partir das sete horas de hoje a gasolina subiu em Espanha 17,6 por cento. O texto afirma que o aumento do preço da gasolina é devido à subida dos preços internacionais.

A SITUAÇÃO NA ARGENTINA TIROTEIO EM CÓRDOVA entre os adeptos do governador deposto, a polícia e a milícia da direita

CÓRDOVA (Argentina). — Depois de o militar argentino depor o governador de Córdoba, Ricardo Corcuera, houve um tiroteio entre os adeptos do governador deposto, a polícia e a milícia da direita.

CRISE POLÍTICA NA ITÁLIA CAUSADA PELA RESIGNAÇÃO DO MINISTRO DO TESOURO

ROMA. 2. — O primeiro-ministro italiano, Mariano Rumor, apresentou esta tarde a sua resignação, numa reunião do gabinete, após a renúncia do Partido Republicano do seu Governo de Coligação.

Parte da população chinesa DESCONTENTE COM O REGIME MAOISTA — ESCRIVE O «ZVESTIA»

MOSCOVO. — Segundo o jornal soviético «Zvestia», a população chinesa está descontente com o regime maquista. O texto afirma que a situação política na China continua a ser instável e que a crise não parece ter fim à vista.

CHILE: Tiroteio no centro de capital

SANTIAGO. — O Exército chileno prendeu 15 pessoas após ter travado tiroteio no centro da capital — anuncia o Governo militar chileno.

PESTE SUÍNA AFRICANA

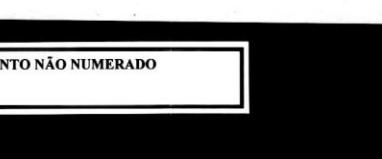
Chamando a atenção dos nossos leitores, especialmente os do concelho de Santa Cruz, para o rigoroso cumprimento das instruções inseridas na Nota emanada da Intendência Municipal da Junta Geral do Distrito, pedimos neste momento, sobre a PESTE SUÍNA AFRICANA, atenção de que há fortes suspeitas estar a grassar nalgumas explorações de suínos, das freguesias de Campio, Gaila e Canacha.

Exploração do petróleo no Líbano

RIO DE JANEIRO. 2. — A «Arabian Petroleum» poderá participar da exploração do petróleo do Líbano. O texto afirma que a situação política no Oriente Médio continua a ser instável e que a crise não parece ter fim à vista.

CRIME POLÍTICO NA ITÁLIA CAUSADA PELA RESIGNAÇÃO DO MINISTRO DO TESOURO

ROMA. 2. — O primeiro-ministro italiano, Mariano Rumor, apresentou esta tarde a sua resignação, numa reunião do gabinete, após a renúncia do Partido Republicano do seu Governo de Coligação.



Manifesto de trabalhadores portugueses a título de firma, contra a greve organizada pelos sindicatos contra a crescente inflação. Ao fundo, uma placa de protesto apresentada pelos alunos da Tiba.

DOCUMENTO NÃO NUMERADO

4.2. Fatores de controle e hipóteses

Serão analisados fatores condicionantes de natureza linguística e extralinguística, conforme descrição abaixo:

➤ Condicionamentos linguísticos

a) *continuum* oralidade /escrita¹⁷

Como partimos da hipótese de que o fenômeno linguístico estudado teve início da fala para escrita, analisaremos dados de fala e textos escritos. Testaremos a hipótese de que a quantidade de dados das variantes conservadora e inovadora são proporcionais ao grau de formalidade do texto.

Além disso, acreditamos que, nos textos escritos de ampla circulação, ocorra uma revisão que tende ao uso da norma padrão até na representação da fala, como em:

(32) – Eu amo-**o**. Não deixem esses policiais levarem-**no** para a Inglaterra. (DNM¹⁸ – 05/02/1974)

(33) então o trabalho do meu avô era ir buscá-**los** {os doentes} à lancha era vir do arco da calheta buscar_portanto_ele dava uma viagem [viagem] (FNC-C-1-H)

O exemplo (32) transcreve a fala de uma brasileira, veiculada em um jornal português. Observemos que, segundo a norma brasileira, provavelmente, uma jovem com pouca escolarização não usaria tais clíticos, sobretudo em posição enclítica. Por essa razão, controlamos diferentes gêneros textuais dos dados escritos para observarmos

¹⁷ Para trabalharmos com a noção de *continuum*, nos dados de escrita, controlamos três gêneros textuais com diferentes graus de formalidade. Dessa forma, nesta tese, o *continuum* segue o seguinte esquema: FALA > ESCRITA [ENTREVISTA] > ESCRITA [NOTÍCIA] > ESCRITA [EDITORIAL].

¹⁸ As notações dos exemplos dizem respeito ao jornal e à data de circulação. Desse modo, DNM diz respeito ao *Diário de Notícias da Madeira*, DN ao *Diário de Notícias*, jornal lisboeta e JB ao *Jornal do Brasil*, periódico carioca.

se grau de formalidade e propósitos comunicativos distintos influenciam o uso de uma variante em relação à outra.

b) Propriedades semânticas do OD

Levaremos em consideração se o objeto direto faz alusão a um referente humano ou não; a esse referente serão atribuídos os traços semânticos [+/- humano], conforme os exemplos abaixo, respectivamente:

(34) – Mas eles são meus compatriotas, se eles lutam com dificuldades, eu não haveria de ajuda-**los**?

(35) Tive que abandoná-**lo** [o carro] na estrada e fui pedir boleia. (DNM – 21/01/1970)

Nossa hipótese é que os pronomes *ele* e *lhe* teriam alargado o seu domínio nos sistemas em que variam com *o*, por seu carácter referencial estariam ligados ao traço [+ humano], enquanto a anáfora, por não ser um item referencial, teria influência do traço [- humano] para seu uso. Baseamo-nos na escala de referencialidade de Cyrino, Duarte e Kato (2000) e no estudo de Freire (2005) sobre o acusativo e o dativo anafórico de terceira pessoa.

c) tipo da forma verbal:

Será testado se a natureza morfológica do verbo influencia na mudança linguística. Para tal, optamos pela tipologia adotada por Duarte (1989), a qual diferencia formas simples, como em (36), de formas compostas, em (37), no condicionamento das variantes.

(36) – Não, não avisei ϕ . Apenas alertei o meu clube que não poderia deslocar-me no último fim de semana a Lisboa. (DNM – 02/02/1994)

(37) O projecto humano de construção do mundo é solidário e comum. E é como POVO que temos de construí-lo. (DNM 01/01/1975)

Nossa hipótese é que construções menos gramaticalizadas, como as perífrases verbais, formam um paradigma mais propício ao uso de novas variantes em um determinado domínio funcional, enquanto as formas simples compõem um paradigma mais fechado a mudanças linguísticas e, ao fazer uso de formas inovadoras, o falante torna a sentença mais marcada.

d) posição do pronome

Uma vez que há diferença nas normas brasileira e portuguesa, no que se refere à posição pronominal, conforme os exemplos (38) e (39), testaremos se a mudança de posição interfere na escolha de uma das variantes. Esse grupo de fatores diz respeito, em primeiro momento, apenas aos clíticos, pois apenas essas variantes têm a possibilidade de mudança de posição em relação ao verbo.

(38) – Não mais **o** [o padrinho de casamento] encontrei depois do almoço. (DNL – 07/01/1970)

(39) Simplesmente, o tempo de antena é bastante caro e os alemães não estão dispostos a financiá-**lo** para não abrir precedentes. (DNL – 16/01/1975)

O português brasileiro, por suas características fonológicas que enfraquecem os clíticos (KATO (1993) e NUNES (1993)), teria, segundo as nossas hipóteses, como as variantes com maior frequência o *ele* para contextos de uso mais marcados e a anáfora zero para contextos menos marcados, a fim de evitar ênclise. No português europeu insular, o uso do *lhe* com função acusativa de terceira pessoa é uma opção de um sistema pronominal enclítico.

➤ **Condicionantes extralinguísticos**

a) período histórico¹⁹

Por analisar uma mudança linguística, faz-se necessária a seleção de sincronias distintas da língua portuguesa. Assim, optamos pelos seguintes espaços de tempo, considerando-se o período referente a meio século, ou seja, as últimas cinco décadas:

- Década de 70
- Década de 80
- Década de 90
- Primeira década dos anos 2000
- 2011 a 2016

Nossa hipótese é de que a não marcação da categoria caso aumentou com o passar do tempo, tornando o paradigma desse domínio funcional cada vez mais estável, uma vez que, conforme Lehman (1995 [1982]), o grau de variabilidade paradigmática menor e a possibilidade de escolher signos diferentes para uma função tornam-se menos frequentes ao passo que a mudança linguística avança.

b) Localidade

- Brasil (Rio de Janeiro)
- Portugal continental (Lisboa)
- Portugal insular (Funchal)

Nossa hipótese, ancorando-nos em estudos que consideram os mesmos espaços geográficos como Viana (2011) e Bazenga (2015), é que a frequência de produção do clítico será maior no PE, tanto na fala quanto na escrita. O pronome pleno será amplamente utilizado na fala brasileira e o *lhe* na madeirense. No que se refere aos

¹⁹ O fator *período histórico* apenas será analisado nos dados de escrita.

dados do Funchal notaremos uma frequência, relativamente alta, em comparação com os dados de Lisboa, das variantes estigmatizadas e consideradas como “brasileirismos”.

c) sexo²⁰ do informante

Uma vez que, na hipótese clássica da sociolinguística laboviana, mulheres são mais conservadoras quando há valorização social das variantes, as mulheres tenderiam a se esquivar das variantes estigmatizadas e usar aquelas que gozam de prestígio social.

- Masculino
- Feminino

d) Faixa etária

Para a análise da mudança em tempo aparente, investigaremos o grau de influência do fator faixa etária na variação e mudança linguística. As idades serão traçadas de acordo com as faixas etárias informadas nos dados de fala, conforme recorte do *corpus* selecionado, a saber:

- Faixa A: 18 a 35 anos
- Faixa B: 36 a 55 anos
- Faixa C: 56 a 75 anos

Pautados em Labov (1994), nossa hipótese é de que, ao investigarmos a mudança em tempo aparente, o sistema de casos dos pronomes pessoais na relação entre PB e PE insular caracteriza uma mudança em geral, enquanto, no PE continental já haveria uma estabilidade linguística.

e) Nível de escolaridade

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior

²⁰ Os fatores sexo, faixa etária e nível escolaridade dizem respeito apenas aos dados de fala.

Observando o efeito na escolarização, nossa hipótese é de que a anáfora tenha o *status* de variante de prestígio, sendo a estratégia adotada por falantes mais escolarizados e os pronomes *ele* e *lhe* sejam menos comuns em pessoas com maior escolaridade, pautando-nos em estudos como Silva e Scherre (1996) e Votre (2012).

4.3. Teste de percepção e avaliação das variantes no PE Insular

Segundo pesquisas de Andrade (2014), de Aveiro e Sousa (2014) e de Nóbrega e Coelho (2014), o clítico *lhe* é usado no português falado na Madeira como objeto direto de terceira pessoa em variação com o clítico *o*, o pronome pleno *ele* e a anáfora zero. Esse uso chamou-nos a atenção, uma vez que, na variedade brasileira da língua portuguesa, o pronome *lhe* ocorre fazendo referência à segunda pessoa, variando com *te* e *você*, conforme Menon (1995).

Levando em consideração essa diferença, aplicamos um questionário de percepção e avaliação das variantes *o*, *ele*, *lhe* e ϕ . O inquérito consistia de seis perguntas, para as quais havia respostas com as diferentes variantes. Os informantes deveriam atribuir um conceito de 1 a 4 a cada resposta, conforme ilustra o quadro a seguir, em que cada um dos valores significava: 1 – Não falo/escrevo desse jeito, porque essa é a forma errada; 2- Uso essa forma na fala e na escrita em contextos informais; 3- Falo dessa forma, mas não escrevo e 4- Essa é forma correta de falar e de escrever.

Os questionários foram aplicados em sala de aula com o devido consentimento dos professores e dos alunos que participaram da pesquisa, durante os meses de outubro e novembro de 2015. Aos estudantes foi informado o propósito linguístico da investigação e descrito o modo como deveriam proceder ao responder, assim, foram lidos e explicados os valores avaliativos e foi dito a eles que não deveriam basear-se apenas nas regras da Gramática Normativa, mas nos usos cotidianos da língua. A aplicação do teste durava entre os dez e os quinze minutos iniciais das aulas, cedidos para esse fim. Durante esse período, a pesquisadora orientou a resolução do questionário, quando solicitada.

Quadro 10: Modelo do pré-teste de percepção e de avaliação das variantes

I. Já viste o vestido?					II. Falaste hoje com o teu primo?				
A- Comprei na feira	1	2	3	4	A- Sim. Vi na missa.	1	2	3	4
B- Comprei-lhe na feira	1	2	3	4	B- Sim. Vi-lhe na missa. ²¹	1	2	3	4
C- Comprei-o na feira	1	2	3	4	C- Sim. Vi-o na missa.	1	2	3	4
D- Comprei ele na feira	1	2	3	4	D. Sim. Vi ele na missa.	1	2	3	4

Fonte: dados da pesquisa

Foram avaliadas, também, as respostas às seguintes perguntas, além das duas acima:

III. Lavaste a loiça?

- A) Já e também arrumei.
- B) Já e também arrumei-lhe.
- C) Já e também lhe arrumei.
- D) Já e também arrumei-a.
- E) Já e também a arrumei.
- F) Já e também arrumei ela.

IV. João namora Maria.

- A) Ele ama-lhe muito.
- B) Ele lhe ama muito.
- C) Ele ama-a muito.
- D) Ele a ama muito.
- E) Ele ama ela muito.

²¹ Dados como “*O vi na missa*” e “*Lhe vi na missa*” não foram testados, pois não representam a norma falada pelos sujeitos inquiridos.

V. A tua mãe não faz anos hoje? Já compraste o presente?

- A) Não. Vou comprar amanhã.
- B) Não. Vou comprá-lo amanhã.
- C) Não. Vou o comprar amanhã.
- D) Não. Vou comprar ele amanhã.

VI. Pedro está muito aflito com os exames.

- A) Não te preocupas, eu vou ajudar.
- B) Não te preocupas, eu lhe vou ajudar.
- C) Não te preocupas, eu vou lhe ajudar.
- D) Não te preocupas, eu vou ajudar-lhe.
- E) Não te preocupas, eu o vou ajudar.
- F) Não te preocupas, eu vou ajudá-lo.
- G) Não te preocupas, eu vou ajudar ele.

Inicialmente, o questionário foi aplicado a 412 informantes, todos estudantes da Universidade da Madeira, em outubro de 2015. Como fatores de controle linguísticos, foram analisados o traço [\pm humano] e gênero do OD, a posição pronominal em relação ao verbo e o tipo da forma verbal (simples ou composta). Como condicionantes extralinguísticos, examinou-se o sexo do informante, se já viveu fora da ilha e a avaliação dada a cada variante.

Notemos que, no que se refere às perguntas e aos grupos de fatores linguísticos controlados, as frases I e II são divergentes no fator traço semântico [\pm humano], mas coincidentes no tipo de forma verbal e no gênero do objeto direto. As sentenças em III e IV assemelham-se às anteriores (contêm formas verbais simples e diferença de traço semântico), porém focaliza-se o feminino, diferentemente do par anterior. Em V e VI, as sentenças diferem das demais por conterem perífrases verbais.

Notemos ainda que, nas respostas em III, foi usado o advérbio *também*, a fim de observarmos se os inquiridos reconheceriam a condição proclítica do pronome, conforme indica a Gramática tradicional. Não houve a opção “Ele ama ϕ muito” na pergunta IV e “Não te preocupas. Eu vou o ajudar” em VI, pois ambas as frases não são produtivas na norma do português falado na Madeira.

4.4. Análise estatística dos dados

Os dados coletados e analisados foram tratados estatisticamente pelo programa GOLDVARB X (2005), ferramenta metodológica fundamental da Sociolinguística Variacionista. O programa, desenvolvido em esforço conjunto pelo Departamento de Linguística da Universidade de Toronto e pelo Departamento de Matemática da Universidade de Ottawa, permite a análise estatística de variáveis linguísticas.

O programa fornece pesos relativos, a partir da influência de cada um dos fatores de controle sobre cada uma das variantes. A partir desses valores quantitativos, segundo Naro (2012), se os pesos forem superiores a 0,5, são interpretados como favoráveis à aplicação da regra, se forem inferiores a 0,5, são considerados como inibidores da regra e, se forem iguais a 0,5, são interpretados como neutros. Todavia, o autor adverte que “em princípio, os valores absolutos dos pesos relativos calculados não têm significância analítica; o que importa é a sua ordenação, sendo justamente por isso que se deve preferir o uso do termo RELATIVO” (p.24). Para o autor, a ferramenta estatística constitui um importante instrumento, poderoso e seguro. Contudo, está limitada ao potencial interpretativo do linguista, pois cabe a ele o papel de “descobrir os fatores relevantes, de levantar e codificar os dados empíricos corretamente, e, sobretudo, de interpretar os resultados numéricos dentro de uma visão teórica da língua” (p. 25).

Chamamos a atenção para o fato de que, por lidarmos com diferentes dados, serão necessárias rodadas estatísticas distintas. Primeiramente, são analisados os dados de fala e os de escrita separadamente, uma vez que apenas estes foram coletados levando em consideração períodos históricos distintos, enquanto somente aqueles apresentam a caracterização do sexo, da idade e do nível de escolaridade dos sujeitos entrevistados. Num segundo momento, não consideramos esses fatores e cruzamos os dados controlando o papel da fala e da escrita na variação dos usos dos pronomes pessoais.

O programa GOLDVARB X também foi utilizado por nós para a análise do questionário aplicado no pré-teste, porém, por não utilizarmos dados produzidos pelo falante, foram usados apenas os percentuais estatísticos, não chegando à etapa dos pesos relativos. Nossa opção por rodar esses dados no GOLDVARB X diz respeito ao fato de utilizarmos o mesmo procedimento metodológico em todas as etapas da pesquisa. Os dados fornecidos pelas diversas rodadas estatísticas foram analisados com base na abordagem Sociofuncionalista nos capítulos que se seguem.

Síntese conclusiva do capítulo

Conforme apresentado no capítulo anterior, o viés teórico sociofuncionalista pressupõe uma metodologia em que haja o controle quantitativo dos dados analisados, uma vez que a Sociolinguística prioriza pesos relativos e o Funcionalismo, frequências de uso. Com base nisso, este capítulo a) elencou os grupos de fatores condicionantes controlados por nós, a partir das hipóteses propostas; b) apresentou o pré-teste de avaliação e de percepção das variantes; c) definiu os textos orais e escritos que formam os *corpora* e d) explicou o tratamento estatístico dos dados. Essas etapas da pesquisa culminam na análise apresentada nos capítulos a seguir, em que discutiremos quantitativa e qualitativamente os dados.

5. VARIAÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS DE TERCEIRA PESSOA NA FUNÇÃO DE OBJETO DIRETO – TESTE DE PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO POR ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Volto ao Brasil encantado com mais este contato com a Ilha da Madeira. Vi desta vez, no seu Arquivo, papéis e documentos sedutores. Deixaram-me cheio de gala de voltar ao Funchal, não apenas para deliciar-me da doçura de seu ar e das suas paisagens, dos seus vinhos e dos seus bolos, mas para entregar-me, nos arquivos, àquelas aventuras de descobrimento. (Gilberto Freyre, fevereiro de 1952)

Conforme os estudos de Andrade (2014), Aveiro e Sousa (2014) e Nóbrega e Coelho (2014) sobre a variação linguística no nível morfossintático do português falado na Ilha da Madeira, os pronomes oblíquos átonos na função de objeto direto na terceira pessoa apresentam cinco variantes: os clíticos *o* e *lhe*; o pronome tônico *ele*; a anáfora zero e a repetição do sintagma²². Chamou-nos a atenção a presença do pronome *lhe* usado como objeto direto de terceira pessoa, codificação não citada em outros estudos além dos supracitados. Dessa forma, o primeiro momento de nossa pesquisa *in loco* foi um teste de avaliação e percepção das variantes com alunos da Universidade da Madeira, a fim de atestarmos o uso dessa variante, bem como das demais.

Este capítulo analisa os dados do questionário de avaliação e percepção das variantes, apresentado no capítulo destinado à metodologia, aplicado a 412 estudantes. A análise quantitativa e qualitativa dos dados será apresentada em seções divididas a partir dos fatores condicionantes, uma vez que o inquérito envolve o estudo de quatro variantes em função de seis condicionamentos. Inicialmente, discutimos a avaliação dada a cada uma das formas. Quatro valores foram atribuídos num contínuo que levava em conta o uso das variantes pelo inquirido na fala e na escrita em relação à prescrição gramatical. O teste consistiu em atribuir uma valorização de 1 a 4, através da qual o valor 1 significava que aquela sentença era uma forma errada de fala e de escrita, por isso o inquirido não a utilizava em nenhum contexto. Ao avaliar uma frase com 2, o aluno admitia o uso da variante, porém apenas em contextos mais informais de fala e de escrita. O número 3 significava que aquela forma era apenas usada na fala, mas não

²² Essa última, por não ser escopo da nossa pesquisa, foi deixada de lado neste estudo e apenas analisamos as demais no que se refere à avaliação e à percepção dos sujeitos em questão.

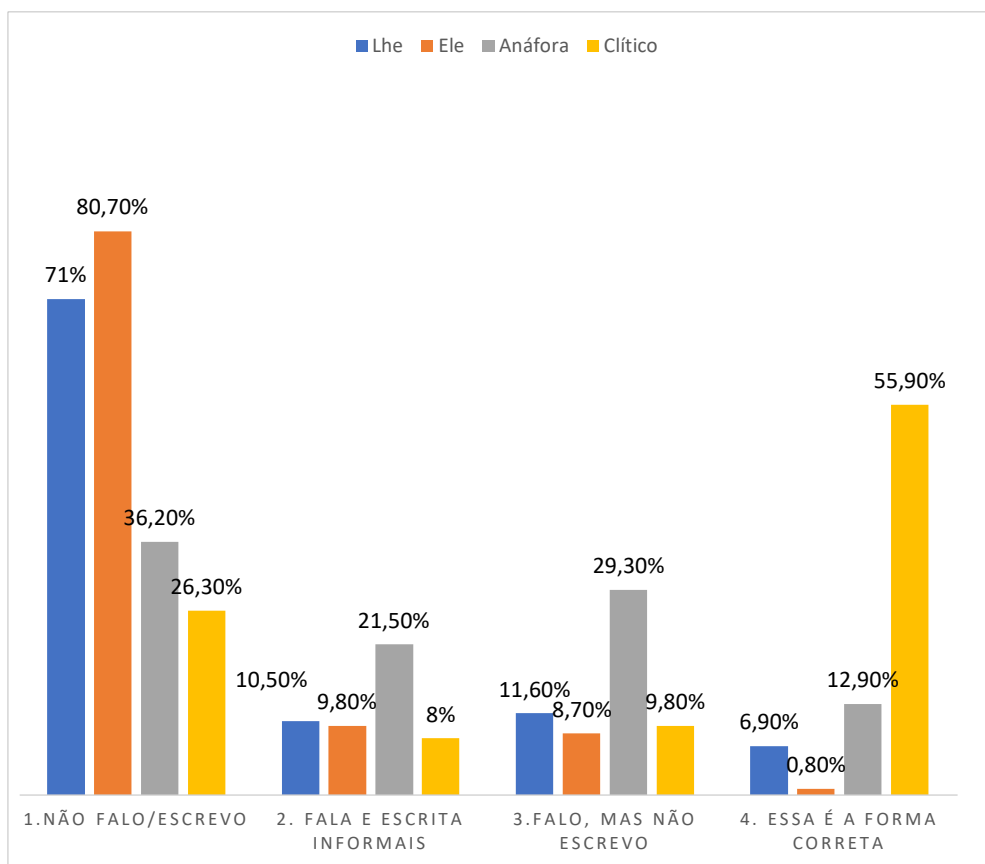
escrita, enquanto que, ao atribuir valor 4 à variante, a pessoa considerava aquela forma como o uso mais correto de falar e de escrever.

A partir da valoração dada, apresentamos nas seções seguintes, em função dela, os fatores de controle sociais: sexo e permanência na ilha e, por fim, os fatores linguísticos: valor semântico do OD, tipo da forma verbal e posição do pronome. Cabe ressaltar que a interpretação numérica será dada através de gráficos e tabelas em valores percentuais, uma vez que, como dito anteriormente na metodologia, por não se tratar de dados reais de fala, não usamos os pesos relativos apresentados pelo programa estatístico.

Para estabelecer os percentuais apontados ao longo deste capítulo, analisamos as trinta frases que compõem o teste respondido por cada um dos informantes. Alguns deles marcaram mais de uma “resposta correta” por pergunta; quando isso ocorreu, computamos todas as respostas apontadas. Houve ainda quem optasse por assinalar apenas a variante tida como correta, atribuindo a ela o valor 4-*Essa é a forma correta de falar ou de escrever*. Para esses casos, consideramos a valoração dada às demais variantes como 1- *não falo/escrevo desse jeito, porque é a forma errada*. Após codificados os questionários dos 412 estudantes, obtivemos 2089 respostas para a anáfora zero; 2226 para o pronome *ele*; 4226 para o clítico *o* e 3441 para o pronome *lhe*.

5.1. Avaliação dada a cada variante

Os resultados desta seção serão elencados da forma mais estigmatizada para a menos estigmatizada, a saber: o pronome pleno *ele*, o clítico *lhe*, a anáfora zero e o clítico *o*. Ao considerar uma forma estigmatizada, levamos em conta a quantidade de vezes em que a forma recebeu a conceituação de “Não falo/escrevo desse jeito, porque essa é a forma errada”. No gráfico a seguir, podemos observar a relação entre as variantes e o valor atribuído a elas.

Gráfico 1: avaliação dada ao uso das variantes²³

Fonte: dados da pesquisa

O pronome pessoal do caso reto, como já afirmado, foi o que recebeu a valoração mais negativa entre as quatro variantes. Dessa forma, nas frases analisadas, o pronome foi considerado como forma errada em 80,7% dos casos, enquanto que apenas em 0,8% das avaliações dadas pelos inquiridos o *ele* foi reconhecido como a variante correta de uso na fala e na escrita.

Observemos que, em 19,3% das avaliações dos alunos, foi admitido o uso da forma pelos alunos entrevistados, sendo que, em 9,8% dos casos, a forma foi admitida em contextos mais informais de fala ou de escrita e, em 8,7% dos casos, como sendo uma variante adequada apenas na fala. Os números chamam a atenção ao consideramos

²³ Chamamos de “clítico” o pronome padrão de acusativo *o* (*a/os/as*). Ao clítico, tradicionalmente, dativo, referimo-nos como “pronome *lhe*”.

que todos os nossos inquiridos são universitários portugueses, isto é, a classe com o maior nível de letramento da sociedade madeirense.

A segunda variante com maior número de avaliação negativa foi o pronome clítico *lhe*. Segundo os questionários, em 29% das análises feitas pelos universitários, essa forma aparece em preferência de uso junto ao clítico de terceira pessoa. E, desse número, 6,9% vê essa forma como a mais correta, valor bastante alto se compararmos à variante *ele*.

Conforme dito nos capítulos anteriores, o uso dessa variante é uma inovação linguística da Madeira, uma vez que, no Brasil, quando o *lhe* é usado em função de objeto direto, varia com os pronomes de segunda pessoa como *tu* e *você* e não com os de terceira.

Um outro ponto relevante dos nossos dados é que, ao compararmos os nossos números com os de Andrade (2014), há uma diferença de percepção e avaliação, pois, nos testes feitos pela autora, *lhe* foi considerada a forma mais estigmatizada. Nossa hipótese é de que esses valores são diferentes, porque investigamos apenas jovens universitários que, por seu alto nível de escolaridade, rejeitam mais a forma *ele*, mais marcada na escolarização tradicional, principalmente, pelo fato de o uso do *lhe* não ser comum no Portugal Continental, sede das editoras dos compêndios escolares. Essas e outras questões serão retomadas ao discutirmos, nas próximas seções, os fatores extralinguísticos controlados.

Ao testarmos o uso de *ele* e de *lhe* com um alto índice de estigmatização, destacamos o que Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) apontam como o problema da avaliação. Para os autores, deve-se tomar variáveis fora do sistema linguístico para observar-se o nível de consciência da comunidade sobre os valores relativos aos usos linguísticos. Dito isto, advogamos pela tese de uma identidade sintática que liga as ex-colônias portuguesas no que se refere ao domínio discursivo dos pronomes pessoais. Ainda que haja a consciência linguística de que o clítico *o* seja a norma padrão, os sujeitos reconhecem o uso das variantes que os singularizam enquanto comunidade de fala.

No que se refere à história da língua portuguesa, o uso do *ele* acusativo faz-se presente desde o período arcaico, época próxima da chegada dos portugueses na Madeira e no Brasil. Retomamos o conceito de deriva linguística para reforçarmos a

identidade de uma sintaxe portuguesa pós-colonial, pois os dois espaços em questão tiveram processos de colonização distintos e mesmo assim compartilham no presente os usos do português arcaico.

A partir de nossa pesquisa, defendemos falar-se em uma **sintaxe pós-colonial da língua portuguesa**. Explicamos essa nomenclatura pautados no conceito de língua espanhola dos Atlânticos, discutida em Catalán (1958), Izquierdo e Utrilla (2010) e Muñoz (2012). No caso do espanhol, os autores embasam o conceito em características fonético-fonológicas, fato que não ocorre na língua portuguesa, uma vez que o PB se diferencia das demais variedades diatópicas nesse nível de análise. Esse fato deve-se à questão geográfica, pois, enquanto há proximidade espacial entre as ex-colônias espanholas, a língua portuguesa isola linguisticamente o Brasil nas Américas. Como o conceito de língua espanhola dos Atlânticos elenca vários traços que ligam linguisticamente as nações, preferimos o rótulo **sintaxe portuguesa**, uma vez que, as semelhanças linguísticas que aproximam PB e PE insular são em sua maioria sintáticas, conforme apontado por Carrilho e Pereira (2001) e Bazenga (2011, 2012).

Um outro conceito reformulado em nossa nomenclatura foi a noção de língua atlântica, como no espanhol. Enquanto o *ele* aproxima Madeira e Brasil, o uso de *lhe* como objeto direto de terceira pessoa aproxima a Ilha ao português falado em Angola e em Moçambique de acordo com os estudos de César (2014), Gonçalves (2015), Wess (2015) e Figueiredo, Jorge e Oliveira (2016). Desse modo, uma vez que falamos em uso moçambicano, optamos pelo termo **pós-colonial**, com base nos estudos em Ciências Sociais, História, Literatura, entre outros. Por esse motivo, defendemos a conceituação de uma **sintaxe portuguesa pós-colonial** de acordo com os argumentos explicitados.

Reconhecidas as nossas identidades linguísticas, através de elementos históricos, trazemos à baila os estudos de Labov (2010) para reforçarmos nosso argumento. O autor fala-nos sobre a convergência como um dos princípios que regem a mudança linguística. Esse princípio pode ser ilustrado com o uso dos pronomes *ele* e *lhe* analisados em nosso questionário, uma vez que, mesmo sem haver contato linguístico entre comunidades de fala de uma sintaxe pós-colonial, afastadas geograficamente, traços culturais partilhados historicamente pela lusofonia convergem nesses grupos de fala.

As seções a seguir apresentam o estudo de fatores linguísticos e extralinguístico referentes ao condicionamento do uso de uma das variantes estudadas, a partir da análise das respostas das avaliações dos alunos.

5.2. Motivações extralinguísticas: sexo do informante e permanência na ilha

5.2.1. Sexo do informante

Ao investigar a influência do sexo do informante na pesquisa sociolinguística, buscou-se observar a relação de variantes inovadoras e seu prestígio social, pautando-nos na hipótese clássica de que mulheres tendem a ser as precursoras da mudança linguística apenas quando a variante inovadora não é estigmatizada socialmente. A tabela a seguir mostra a avaliação dada a cada uma das variantes por mulheres e homens.

Tabela 04: Avaliação dada às variantes em relação ao sexo do informante

AVALIAÇÃO	Ele		Lhe		Anáfora		Clítico	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1. Não falo/escrevo	80,4%	81,2%	68,2%	74,8%	37,3%	34,8%	26%	26,7%
2. Fala e escrita informal	9,8%	9,6%	11,9%	8,7%	22,6%	20,2%	7,8%	8,1%
3. Falo, mas não escrevo	8,7%	8,7%	12,2%	10,7%	27,6%	31,6%	10,7%	8,4%
4. Essa é a forma correta	1,1%	0,5%	7,7%	5,8%	12,5%	13,4%	55,5%	56,8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa

Conforme podemos observar, de um modo geral, não houve diferenças de mais de cinco pontos percentuais entre homens e mulheres nas avaliações. Com base nesse fato, analisamos conjuntamente as respostas que admitem o uso das variantes em qualquer contexto (2. Fala e escrita informal; 3. Falo, mas não escrevo e 4. Essa é a forma correta) em oposição à não aceitação da forma.

Destacamos os números da tabela 04 que mostram que a avaliação do uso do pronome *lhe* feita por homens são afirmativas em 31,8% dos casos, sendo desses 11,9% referentes a julgamentos que apenas consideram a forma em contextos informais de fala e de escrita; em 12,2% dos casos, admitem o uso apenas na fala, enquanto que, em 7,7% das avaliações masculinas, ocorre a aceitação da forma como correta. Já na valoração atribuída pelas mulheres, a aceitação da variante foi bem menor em relação aos resultados masculinos, porém cabe destacar que, na avaliação feminina, a segunda maior frequência de aceitação foi para o uso apenas na fala.

Esses números vão ao encontro da premissa laboviana de que as mulheres apenas comandam a mudança linguística se a variante inovadora gozar de prestígio social, o que não é o caso do pronome *lhe*. Esse fato está intimamente ligado às questões de gênero, pois as mulheres lutam em vários aspectos para se firmarem perante a sociedade, assim sendo, evitam, em seu discurso, estruturas linguísticas estereotipadas.

Chamamos a atenção para as pesquisas de Bazenga (2012) e de Andrade (2014), nas quais as mulheres madeirenses apresentam-se fazendo uso de variantes estigmatizadas e ambas as autoras relacionam isso ao papel feminino nessa sociedade, uma vez que está entre elas o mais baixo nível de escolarização e, também, não há um destaque profissional ligado ao gênero feminino. Destacamos, contudo, que as nossas informantes são jovens universitárias, o que explicaria esta diferença em relação aos resultados obtidos pelas pesquisadoras e a aproximação com as ideias de Labov, isto é, se está acontecendo uma mudança social ligada ao sexo, essa mudança também se reflete na questão linguística.

Notemos que a opção 3. *Falo, mas não escrevo* é a segunda opção com a maior rejeição feminina. Essa alternativa que exclui a variante *lhe* da modalidade escrita da língua corrobora nossa afirmativa de que nossos dados se diferenciam das pesquisas anteriores pelo nível de letramento das alunas investigadas, uma vez que, no processo de mudança linguística, mulheres assumem uma postura conservadora, pois a variante não goza de prestígio, sendo a segunda mais estigmatizada de acordo com a avaliação geral em nosso inquérito.

Nossos números confirmam ainda a hipótese clássica se observarmos a anáfora zero, a forma inovadora menos estigmatizada, também na avaliação 3. *Falo, mas não*

escrevo. Diferentemente do que ocorre com *lhe*, temos as mulheres admitindo o uso do objeto direto anafórico em 31,6% dos casos em comparação com 27,6% das respostas masculinas.

Essa relação entre fala e escrita mostrada em nossos inquéritos faz referência à estrutura social refletida na estrutura linguística. O Censo da Região Autónoma da Madeira (2011) comprova o papel da mulher em relação à escolaridade²⁴ na ilha: a taxa de analfabetismo²⁵ é de 5,71% entre os homens e 8,11% entre o sexo feminino. Além disso, o recenseamento mostra que são do sexo feminino as maiores taxas de desemprego de pessoas com o maior nível de escolaridade (ensino secundário; licenciatura/bacharelado; mestrado e doutorado).

Diante disso, observamos um comportamento linguístico específico em uma sociedade em que mulheres têm seus papéis sociais menos assegurados que os homens, havendo, dessa forma, uma necessidade de preservação da face através de uma prática linguística que gere aceitação da comunidade (PAIVA, 2012).

5.2.2. Permanência na Ilha

Conforme apresentado no segundo capítulo, as construções sintáticas do português europeu insular diferenciam-se bastante das variantes linguísticas do português europeu continental. Por essa razão, controlamos se os sujeitos investigados já teriam vivido ou não fora da Ilha da Madeira, para explicarmos aceitação e uso das formas inovadoras, com base nos estudos de Labov em Martha's Vineyard, ilha no estado norte-americano de Massachusetts.

A Ilha de Martha's Vineyard fica separada do continente americano e recebe um fluxo turístico de veraneio, semelhante ao panorama madeirense. Em resumo, Labov

²⁴ O recenseamento apenas apresenta a relação entre escolaridade e sexo ao tratar da taxa de analfabetismo. Desse modo, não pudemos fornecer os dados dos nossos entrevistados: jovens que concluíram a educação secundária.

²⁵ O percentual de analfabetismo é dado pelo quociente da divisão entre a população com mais de dez anos que sabe ler e escrever e a população total com mais de dez anos multiplicado por cem.

percebeu que, no que se refere à centralização dos ditongos [ay] e [aw], a variação linguística está inconscientemente ligada ao fato de os habitantes da ilha reafirmarem-se como nativos, rejeitando os usos comuns aos veranistas norte-americanos, ou uma forma de mostrarem-se insatisfeitos em relação à insularidade, refletindo na estrutura linguística a vontade de abandonar a ilha ou, então, fazê-la “evoluir” ao padrão linguístico continental.

No que se refere aos nossos entrevistados, a tabela 05 mostra que o maior nível de aceitação – quantidade de estudantes que admitem o uso da variante pronome *ele* como objeto direto ou consideram-na como a forma correta - foi dos falantes que já viveram fora da ilha²⁶.

Tabela 05: Avaliação dada às variantes em relação à permanência na Ilha da Madeira

AVALIAÇÃO	Ele		Lhe		Anáfora		Clítico	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
1. Não falo/escrevo	82,6%	74,4%	70,1%	73,8%	36,8%	34%	26,6%	25,1%
2. Fala e escrita informal	9,1%	12%	11%	9,2%	23,1%	15%	7,9%	8,1%
3. Falo, mas não escrevo	7,6%	12,4%	11,6%	11,4%	28,5%	33%	9,2%	11,9%
4. Essa é a forma correta	0,7%	1,2%	7,3%	5,6%	11,6%	18%	56,3%	54,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa

Observemos que um quarto das sentenças analisadas dão conta de que os estudantes que viveram fora da ilha usam essa variante. Apesar de não ter sido controlado o local onde esses alunos viveram, ao retornarmos aos questionários, não observamos diferenças numéricas, uma vez que os estudantes que avaliaram positivamente o uso de *ele* como acusativo viveram nas mais diversas partes, inclusive em países não lusófonos. Assim, nesse primeiro momento, já se pode afirmar que esse

²⁶ Os dados foram tabulados em função da permanência ou não permanência na ilha, assim o não se refere a esse valor enquanto o sim àquele. Não devendo ser confundidos com já viveram fora (característica da não permanência) e não viveram fora (característica da permanência).

uso não pode ser simplesmente chamado de “brasileirismo”, como dizem a Gramática Normativa e os teóricos mais puristas.

Para entender a mobilidade na Madeira, destacamos os dados do último Censo (2011), no que se refere à emigração e à imigração, e a pesquisa de base sociodemográfica que compõe os estudos sociolinguísticos de Andrade (2014).

Em 2011, 18,2% da população portuguesa na Madeira já havia residido em outro país por um período contínuo de pelo menos um ano. A população estrangeira residente no arquipélago é a de apenas 2,1% da população total, sendo as principais comunidades de imigrantes provenientes do Brasil (17,6%), da Venezuela (16,4%), do Reino Unido (13,4%) e da Ucrânia (6,5%).

No que se refere à pesquisa estratificada à luz da metodologia sociolinguística²⁷, Andrade (*op. cit.*) também controlou se seus informantes já haviam vivido fora da ilha e como eles avaliavam as variedades geográficas do português europeu, a partir dos critérios de *agradabilidade*, *inteligibilidade* e *diferença*. Os resultados desse estudo serão caros para a compreensão da tabela 05.

A autora, ao relacionar a saída da ilha com a escolaridade, fornece-nos os seguintes números: dos madeirenses com ensino básico, 67% dos entrevistados não viveram fora da ilha; dos com ensino secundário, 81% e, dos com ensino superior, 52%. Segundo o entendimento da pesquisadora, a maior permanência de pessoas da segunda faixa de escolaridade se dá devido a maiores possibilidades de oferta de emprego para esse grupo. Considerando que o maior nível de escolaridade completado pelos alunos inquiridos em nossa pesquisa é o ensino secundário, o número total daqueles que nunca viveram fora da Madeira coincide com Andrade (*op. cit.*). Em nossos questionários, 80,6% das respostas dizem ter permanecido na ilha e 19,4% afirmaram ter morado fora.

Pensar a condição da insularidade, segundo Rodrigues (2010, p.212), é “a ilha como uma reprodução metonímica do Mundo e, particularmente, com um mundo-à-parte, como um verdadeiro universo alternativo a outros mundos”. No que se refere à questão linguística, a regionalidade insular madeirense, para o autor, configura, através

²⁷ A amostra da pesquisadora foi composta por 126 informantes, sendo 18 informantes de 7 conselhos da ilha da Madeira. Os fatores extralinguísticos considerados para a formação das células foram: sexo (masculino e feminino); faixa etária (18-35 anos; 36 – 55 anos e 56 – 65 anos) e nível de escolaridade (básico, secundário e superior).

da aceitação das diferenças, uma dupla intenção integradora: por um lado não se pretende integrar um modelo continental existente, mas se quer um português padrão, universal, independente das identidades geográficas; por outro lado, almeja-se a um modelo sociocultural e estilístico de matriz europeia.

Trazendo à baila a percepção do próprio falar regional, Andrade (*op. cit.*) perguntou a seus informantes “qual a fala mais bonita?” e ofereceu como alternativas as variedades do português falado na Madeira, em Lisboa, no Algarve, nos Açores e no Porto. Verificou-se que o falar madeirense foi considerado o mais agradável por 79% dos inquiridos, seguido por Lisboa, Algarve, Porto e Açores. Porém, ao isolarmos os entrevistados de nível superior, essa avaliação inverte-se e Lisboa é tida como a fala mais agradável, seguida pela variante madeirense.

Voltando aos nossos dados, a maior rejeição da variante *ele* explicar-se-ia por essa não ser identificada como a norma lisboeta, nem a madeirense. O *lhe* não apresenta diferença estatística entre os que viveram e os que não viveram fora da ilha, pois seria uma forma regional, ainda que estigmatizada. A anáfora, como vimos na seção sobre a avaliação, é amplamente usada por não ser uma forma marcada socialmente.

A partir dos resultados relacionados aos fatores extralinguísticos, pôde-se observar que o ponto discordante de nosso estudo em relação aos demais deve-se ao grau de escolaridade dos informantes. Dessa forma, apenas com a análise dos dados dos *corpora* oral e escrito haverá descrição mais elucidativa dos usos das variantes estudadas nesta tese.

5.3. Motivações linguísticas

5.3.1. Valor semântico do OD

Em pesquisas sobre a variação linguística na função de objeto direto, como as de Duarte (1989) e Freire (2005), o valor semântico do objeto direto mostrou-se um fator condicionante relevante para o uso de determinadas variantes. Com base nesses estudos, testamos o grupo [\pm humano], conforme o resultado pode ser visto na tabela 06.

Tabela 06: Avaliação dada às variantes em relação ao valor semântico do OD

AVALIAÇÃO	Ele		Lhe		Anáfora		Clítico	
	+	-	+	-	+	-	+	-
	Humano	Humano	Humano	Humano	Humano	Humano	Humano	Humano
1. Não falo/escrevo	78%	83,5%	62,1%	89,1%	47,3%	29%	26,9%	25,7%
2. Fala e escrita informal	10,9%	8,6%	13,3%	4,9%	20,5%	22,2%	7,1%	8,8%
3. Falo, mas não escrevo	10,2%	7,2%	15,2%	4,2%	23,3%	33,3%	9,8%	9,8%
4. Essa é a forma correta	0,9%	0,7%	9,4%	1,8%	8,9%	15,5%	56,2%	55,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com a tabela, o uso de *ele* entre os nossos sujeitos passa a ser admitido em 22% das avaliações quanto se refere a objetos diretos com o traço [+ humano], enquanto que, com o traço [- humano], esse valor cai 5,5% pontos percentuais. Notamos ainda uma variação percentual nesse fator de controle quando se trata especificamente dos usos em contextos mais informais e na relação fala x escrita, isto é, valores apreciativos em 1 e 2.

Ao testarmos esse fator condicionante, fizemos uma relação entre o traço semântico e os verbos ativos, conforme classificação de Garcia (2004), uma vez que os verbos usados com as variantes nos testes foram *ver*, *arrumar*, *amar*, *comprar* e *ajudar*. Essa escolha deve-se ao fato de que apenas a primeira e a segunda pessoas estão diretamente ligadas ao traço [+ humano], fato que enfraqueceria o uso do clítico de terceira pessoa. No teste, buscamos uma resposta a nossa hipótese de que o pronome pleno *ele/ela* recuperasse esse traço por conta de suas características próprias de sujeito e, ao remeter-se a nomes próprios, como testamos.

As três sentenças com maior número de avaliações positivas foram as três em que o objeto direto ao qual o pronome se referia apresentava o traço semântico [+ humano], a saber:

II- Falaste hoje com teu primo?

- Sim. Vi-lhe na missa.

IV – João namora Maria?

- Ele ama-lhe muito.

VI – Pedro está muito aflito com os exames.

- Não te preocupas, eu vou lhe ajudar.

Semelhante ao ocorrido com os dados com a variante *ele*, foi identificado pelos informantes o uso do pronome *lhe* mais amplamente entre os exemplos supracitados. Conforme dito anteriormente, em estudos sobre o PB, Kato (1993) e Nunes (1993) apontam o clítico *o* enfraquecido em suas características fonológicas, uma vez que, ao mudar-se de ênclise para a próclise, houve a criação de um vocábulo fonético não acentuado, causando uma erosão no sistema e as demais formas pronominais e a anáfora zero passaram a concorrer com o clítico *o*.

Nesse contexto, o clítico dativo *lhe* teria alargado seu domínio, variando com *te* acusativo, nas variedades do PB que não usam mais o pronome *tu*, e com o clítico *o* nas variedades que ainda mantêm a oposição *tu/você*, mantendo o seu traço [+ humano]. (CAMARGO JR, 2007, p.24)

No caso do português falado na Madeira. Acreditamos que a variação ocorra ainda na terceira pessoa, por não ter havido a mudança na ordem dos pronomes, como no Brasil. Nossa hipótese é que o pronome *lhe*, ao ser usado como objeto direto, recupere o traço [+ humano] ao concorrer diretamente com *ele*, o qual, conforme dissemos anteriormente, com verbos ativos, remeteria a características de um sujeito agente, função prototípica do pronome pleno.

Voltando à tabela 06, pode-se observar que a anáfora é avaliada opostamente ao ocorrido com os pronomes *ele* e *lhe* no que se refere ao valor semântico. Para a anáfora, o traço [- humano] apresenta percentual muito discrepante quando comparado ao traço [+ humano], em apenas 29% das avaliações, o objeto direto anafórico foi considerado a forma errada para referentes [- humanos], tendo como maior aceitação dos falantes o uso dessa forma na modalidade oral da língua, havendo 33,3% de respostas afirmativas para o valor 3. *Falo, mas não escrevo* e 22,2% para o valor 2. *Uso na fala e na escrita informal*, totalizando 55,5% da preferência dos inquiridos.

Com base nos pressupostos funcionalistas, a relação entre *ele* e *lhe* e referentes [+ humanos], bem como entre a anáfora e referentes [- humanos], explica-se pelos princípios da marcação, da iconicidade e da expressividade e da modularidade.

No domínio funcional analisado, mesmo com uma grande variação paradigmática, o clítico *o* apresenta alta frequência no que se refere à codificação da função de OD nas várias situações comunicativas avaliadas, fala e escrita e grau de formalidade, sendo a forma não marcada, como dito anteriormente.

Postulamos que o *ele*, e por extensão o *lhe*, recuperaria traços da função de sujeito e, por tratar-se de verbos ativos, o valor [+ humano] seria uma informação duplamente ativada, tornando essas duas formas mais complexas estruturalmente e cognitivamente, por consequência, menos frequentes. Por essa razão, houve grande percentual de avaliações negativas dos pronomes tidos como a forma errada.

Tomando por base a informatividade e a economia, anteriormente discutidas, os pronomes *ele* e *lhe* são menos frequentes na função de objeto direto, tanto na relação com as demais funções por eles codificadas, quanto na frequência em relação à forma mais usada, a partir daí não há rotinização de uso, como houve com a anáfora, estratégia discursiva mais econômica. Ao analisarmos o traço [+ humano], inerente aos verbos ativos, percebemos que está ligado às variantes mais marcadas, acarretando redundância no que concerne à informatividade, fato que levaria o falante a escolher as estratégias com menor grau de marcação.

Enquanto as formas pronominais refletem mudanças no sistema morfossintático, o objeto direto anafórico trata-se de uma estratégia discursiva pautada no princípio da modularidade. Se considerarmos apenas a iconicidade, o subprincípio da quantidade relacionará formas não expressas com informações não relevantes e/ou previsíveis. Porém, vemos que a não realização do OD está diretamente ligada ao traço [- humano], havendo uma inter-relação ao nível semântico, mesmo com quantidade menor ou inexistente de informação.

Diante desses princípios, reafirmamos o nosso posicionamento sociofuncionalista, uma vez que, dentro de um domínio, percebemos diferentes formas assumindo uma mesma função, porém sem deixar para trás a codificação inicial dos pronomes no sistema linguístico. Observamos ainda o componente discursivo-

pragmático com forte pressão no morfossintático, a partir da rotinização crescente da anáfora.

5.3.2. Gênero do OD

Para a tradição gramatical, existem categorias que apresentam elementos marcados, como, por exemplo, o gênero, em que o feminino seria a forma gramaticalmente marcada. Diferentemente da marcação formal, os princípios givonianos discutidos na seção anterior dão conta de características cognitivas e comunicativas da gramática. Com base nisso, selecionamos o fator condicionante linguístico *gênero do objeto direto*, a fim de relacionarmos a marcação formal de uma categoria e a marcação funcional. Os números a seguir dizem respeito à avaliação de cada uma das variantes de acordo com o gênero do OD.

Tabela 07: Avaliação dada às variantes em relação ao gênero do OD

AVALIAÇÃO	Ele		Lhe		Anáfora		Clítico	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1. Não falo/escrevo	78%	83,5%	64,7%	79%	37,5%	31%	25,7%	27,2%
2. Fala e escrita informal	10,9%	8,6%	12,7%	7,8%	21,4%	22%	6,2%	10,6%
3. Falo, mas não escrevo	10,2%	7,2%	13,6%	9%	28,5%	33%	7,3%	13,6%
4. Essa é a forma correta	0,9%	0,7%	9%	4,2%	12,6%	14%	60,8%	48,6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa

No que se refere ao pronome *ele*, houve maior nível de aceitação de uso quando retomou um OD do gênero masculino. Em 22% das frases analisadas, somando as respostas que receberam as avaliações 2. *Fala e escrita informal*, 3. *Falo, mas não escrevo* e 4. *Essa é a fala correta*, os alunos admitiram que usam a forma em contextos de fala e de escrita. Notamos a associação de um pronome marcado funcionalmente com o gênero tido formalmente como o não marcado. Situação análoga ocorre com o uso do

pronome *lhe*. Em 35,3% das frases do pronome substituindo um objeto direto masculino, houve o reconhecimento do uso pelos informantes, já em enunciados com referentes femininos, a aceitação foi de 21%. Ao observarmos os números referentes à anáfora, ainda que a avaliação feita pelos falantes que dizem usar a variante nos diversos contextos não tenha sido tão discrepante para OD masculinos e femininos, houve diferença de 6,5% em favor do gênero feminino.

Observe que houve a associação do gênero masculino às variantes funcionalmente marcadas e do feminino à variante inovadora funcionalmente não marcada. Em termos de expressividade, podemos supor que há um equilíbrio nas tarefas de codificação a partir dessa organização. Segundo Dubois e Votre (2012, p.67), isso ocorreria pois o princípio da marcação só será considerado se os mecanismos que o marcam forem todos semelhantes e desempenharem tarefa funcional e cognitivamente semelhante em um fenômeno de mesma natureza. Desse modo, entendemos que a relação entre gênero não marcado/pronome marcado e gênero marcado/pronome não marcado não coincide exatamente por suas marcas serem de naturezas distintas, consideramos, pois, que, na relação entre esse grupo de controle e as variantes estudadas, o princípio da expressividade atue, em vez da marcação, conforme postulamos inicialmente.

Se analisarmos apenas as variantes pronominais discursivamente marcadas, observamos que o maior percentual de afirmação do uso é de *lhe*, pronome não marcado formalmente por não apresentar flexão de gênero. A forma *ele*, quando retoma um objeto direto feminino, flexiona-se, replicando a marcação formal.

Como a nossa hipótese inicial foi refutada no que diz respeito à afinidade entre marcação formal e discursiva, o fator *gênero do OD* foi excluído da análise final dos *corpora* oral e escrito. A exclusão da rodada deve-se ao fato de a marcação formal ocorrer em apenas duas das variantes.

5.3.3. Tipo da forma verbal

A testagem entre a escolha da forma verbal em relação com o uso de formas simples ou compostas do verbo partiu da hipótese de que a forma composta beneficiaria o clítico *o*, enquanto que o pronome pleno seria favorecido pelo uso de forma simples,

uma vez que tem uma posição fixa posterior ao verbo. Em outras palavras, o pronome pleno teria uma forte marcação por estar sempre após o verbo, fato que demandaria uma maior complexidade cognitiva no processamento de formas verbais compostas. Na análise do clítico *lhe*, veremos que a possibilidade de movimentação na sentença o favorece no que diz respeito a usos inovadores com a forma composta. A tabela 08 mostra a avaliação dada a cada uma das variantes em relação ao tipo da forma verbal.

Tabela 08: Avaliação dada às variantes em relação ao tipo da forma verbal

AVALIAÇÃO	Ele		Lhe		Anáfora		Clítico	
	Simple	Comp.	Simple	Comp.	Simple	Comp.	Simple	Comp.
1. Não falo/escrevo	78,6%	84,9%	78,6%	56%	43,5%	25,1%	19,3%	36,9%
2. Fala e escrita informal	11,3%	6,6%	8,5%	14,5%	20,9%	22,5%	7,9%	8,0%
3. Falo, mas não escrevo	9,5%	7,2%	9,2%	16,2%	27,5%	32,1%	10%	9,4%
4. Essa é a forma correta	0,6%	1,3%	3,6%	13,3%	8%	20,3%	62,7%	45,6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa

Conforme observado na tabela, o uso do pronome *ele* foi admitido em 21,4% das avaliações dos estudantes da Universidade da Madeira quando acompanhado de uma forma verbal simples e em 15,1% junto à perífrase. Nossa hipótese considerava o fato de a forma ser fixa na posição pós-verbal e essa característica influenciaria em sua iconicidade e em sua marcação. Acreditamos que a maior quantidade de formas torna a perífrase mais complexa tanto estruturalmente quando cognitivamente para receber um pronome marcado, refletindo-se assim na baixa frequência de uso no que se refere à sua associação.

O pronome *lhe* foi admitido por 44% dos casos na avaliação das frases e considerado, em 13,3% das análises, como *4. Essa é a forma correta*, maior índice desse valor dentre todos os fatores condicionantes para essa variante. Ao testarmos o tipo da forma verbal, tínhamos como hipótese que as formas verbais compostas favoreceriam os pronomes clíticos, como ocorreu com o *lhe*. A nossa suposição partia do princípio de que, na escola, ao estudarem-se os pronomes pessoais em perspectiva

morfossintática, a GT não prevê novos usos com perífrases que ganham espaço em concorrência com os verbos simples.

Nesse teste, fizemos uso da perífrase marcadora de futuro formada por *ir* + *infinitivo*, dando três opções de respostas à assertiva **VI – Pedro está muito aflito com os exames**. Em cada situação, o *lhe* aparecia em uma posição diferente da perífrase, a saber: 1) Não te preocupas, eu *lhe* vou ajudar; 2) Não te preocupas, eu vou *lhe* ajudar; 3) Não te preocupas, eu vou ajudar-*lhe*. Todas com alto nível de aceitação entre os inquiridos. Acreditamos que o elevado grau de aceitação se deva ao fato de que a perífrase é uma forma inovadora e não estigmatizada no domínio funcional de marcação de tempo futuro e, apesar do amplo uso na fala e na escrita, não incide sobre ela a ação escolar para uma norma específica. Assim, o falante incorpora, de forma inconsciente, novos usos pronominais relacionados a ela.

Durante a escolha dos fatores condicionantes a serem testados, o tipo da forma verbal buscou investigar a possibilidade de relacionarmos complexidade estrutural e cognitiva ao grau de marcação dos pronomes, aliando a essa variável dependente outra: a posição do pronome em relação ao verbo, que investigaria se a mobilidade dos pronomes no sintagma possibilitaria inovações de usos com perífrases também inovadoras.

Com a anáfora, o comportamento desses fatores condicionantes vem se mostrando bem peculiar. De acordo com a tabela 08, no que se refere ao uso dessa variante com a forma composta, apenas 25,1% das avaliações a consideraram como a forma “errada”, enquanto 20,3% a consideraram como a forma correta. Quando observamos o uso na fala, temos 22,5% das avaliações como 2. *Fala e escrita informal* e o maior nível de aceitação entre os valores 32,1% em 3. *Falo, mas não escrevo*.

Como vimos na seção anterior, numa comunidade linguística em que o clítico *o*, a forma padrão, é a estratégia com a maior frequência de uso e as demais variantes pronominais apresentam um elevado índice de estigmatização – pelo menos na comunidade de prática²⁸ discursiva aqui investigada – a alternativa discursiva vem de

²⁸ O termo “comunidade de prática” aqui usado refere-se ao grupo de universitários entrevistados. Com a terceira onda sociolinguística, a pesquisa volta-se para comunidades de prática, alargando o foco da pesquisa, indo além do conceito de comunidades de fala. Freitag, Martins e Tavares (2012, p.922) explicam que “a comunidade de prática (WENGER, 1998; ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010; ECKERT; MCCONNELL-GINET, 1997) é um agrupamento de indivíduos (comunidade) que

uma variante menos marcada e com fluidez entre estruturas gramaticas com diferentes graus de complexidade, exemplo disso é o alto nível de aceitação da anáfora em comparação à forma simples com 20,9% para 2. *Fala e escrita informal*, 27,5% para 3. *Falo, mas não escrevo* e 8% para 4. *Essa é a forma correta*.

5.3.4. Posição do pronome

Como dito na seção anterior, por estudarmos um caso de variação linguística que tem duas de suas variantes pronomes clíticos, a posição delas em relação ao verbo foi um dos fatores de controle cujos resultados estão dispostos na tabela 09, a seguir.

Tabela 09: Avaliação dada às variantes em relação à posição do pronome

AVALIAÇÃO	Clítico <i>o</i>		Lhe	
	Próclise	Ênclise	Próclise	Ênclise
1. Não falo/escrevo.	48,9%	11,4%	73,3%	69,2%
2. Fala e escrita informal	13%	4,6%	10,6%	10,5%
3. Falo, mas não escrevo	15%	6,3%	10,3%	12,6%
4. Essa é a forma correta	23,1%	77,7%	5,8%	7,7%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: dados da pesquisa

No que se refere ao clítico padrão de objeto direto, nosso questionário previa em seus enunciados a variação entre próclise e ênclise como em:

João ama Maria?

C – Ele ama-a muito.

D – Ele a ama muito.

partilham perspectivas em comum, valores e conhecimento (domínio), e que interagem entre si para se aperfeiçoarem e replicarem esses valores e conhecimentos (prática). Trata-se de uma construção social, e, como tal, está sujeita às práticas diárias dos indivíduos, que interagem entre si e com outras comunidades”.

Além de, na terceira pergunta **Lavaste a loiça?**, oferecermos uma frase contendo advérbio para atrair o pronome, favorecendo a próclise, analisando assim a variação entre *D- Já e também arrumei-a* e *E – Já e também já a arrumei*. Sabendo disso, cabe a ressalva de que, do total de sentenças propostas com o clítico *o*, em 25%, de acordo com a norma padrão, haveria contexto proclítico.

De acordo com os números da tabela 08, a opção 1. *Essa é a forma correta* aproximou-se bastante do previsto pela norma padrão da língua, tendo 23,1% das análises do clítico em contexto de próclise identificados pelos estudantes e 77,7% dos casos avaliados positivamente, em favor da ênclise. Além dos 2,7% a mais do que o estimado pelo teste, em 10,9% das respostas, há indicação pela preferência pela ênclise em contexto de fala e de escrita informal – valores 2 e 3 do inquérito. O percentual comprova a força dessa posição pronominal no português europeu.

Cabe observar que a frase destacada foi por nós analisada como próclise ao verbo no infinitivo. Para isso, consideramos a ausência do hífen para não a classificar como ênclise ao verbo *ir*. Porém acreditamos que vários alunos devam ter feito a seguinte interpretação à frase: “Não te preocupas, vou-lhe ajudar.” Essa possibilidade de interpretação confirma-se quando observamos a tabela, referente à sentença “Não te preocupas, eu vou ajudar-lhe.” Notamos que até então, das duas variantes analisadas, em nenhum dos fatores condicionantes uma variante teve mais de 50% dos julgamentos positivos. Atribuímos isso ao fato de haver uma associação do clítico à ênclise, como dito anteriormente, ocorrendo muitas vezes uma espécie de hipercorreção, a qual adota essa posição até mesmo em contextos proclíticos, conforme veremos na análise com a forma simples.

Por fim, explicamos que não testamos verbos em mesóclise, pois esta já não é usada na fala coloquial portuguesa, uma vez que os verbos de futuro simples, tanto no presente, quanto no pretérito foram substituídos por perífrases. Esse fato é tão notório que apenas um aluno, de 412 inquiridos, remeteu ao uso da mesóclise em substituição à perífrase formada por *ir* + infinitivo.

Síntese conclusiva do capítulo

Neste capítulo, fizemos uma análise quantitativa e qualitativa dos dados do teste feito com estudantes da Universidade da Madeira sobre a percepção e a avaliação dada a cada uma das variantes.

No que se refere à avaliação do uso, o pronome *ele* foi considerado o mais estigmatizado, seguido do clítico *lhe*. Observamos, ainda, que a anáfora zero tem o maior percentual de “*Essa é a forma correta*” entre as variantes não padrão, sendo, portanto, amplamente aceita na fala e na escrita informal.

Relacionando as variantes aos princípios funcionalistas, temos os pronomes não padrão como marcados num domínio funcional em que o clítico padrão é o mais frequente e a estratégia preferencial de uso dos entrevistados. A anáfora, por ser um fenômeno discursivo, apresenta-se como a forma com o menor grau de marcação, ilustrando os princípios da expressividade e da modularidade, através dos quais uma forma marcada pode atuar num contexto não marcado e vice-versa, para garantir equilíbrio cognitivo-contextual.

Este capítulo deu início à descrição e à análise do comportamento linguístico de um sistema pronominal em mudança. Diante dos fatos expostos, se para Givón (1979) a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem, podemos dizer, parafraseando-o, a partir dos dados, que a morfossintaxe de hoje é o componente pragmático de ontem. Com base nisso, o capítulo que se segue aprofunda a investigação dessa mudança linguística através de análise em tempo real, voltando a textos jornalísticos escritos nas últimas cinco décadas, e em tempo aparente, analisando a fala de três grupos etários distintos, a fim de entendermos melhor os usos linguísticos do sistema de casos dos pronomes pessoais de terceira pessoa do português.

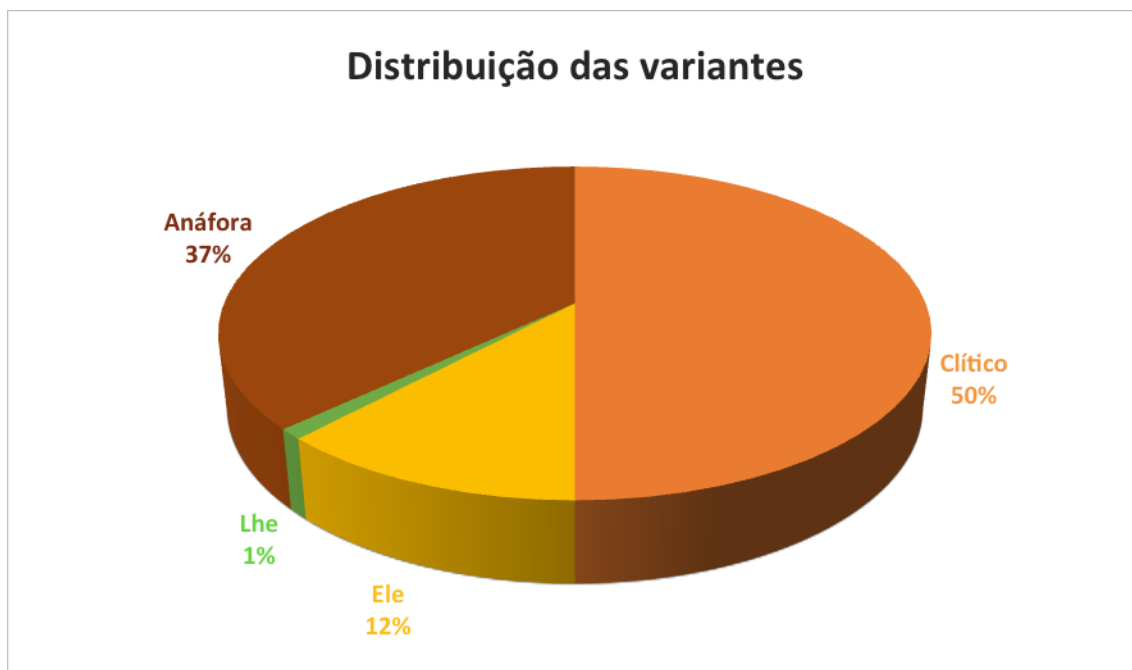
6. VARIAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA NOS PRONOMES PESSOAIS DE TERCEIRA PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.
(Oswald de Andrade)

Este capítulo tem por objetivo descrever e analisar os dados referentes ao português brasileiro e ao português europeu presentes em nossos *corpora*. Por tratar-se de amostras de naturezas distintas e em função dos fatores condicionantes, três rodadas estatísticas foram feitas: primeiramente, foram selecionados os dados escritos (jornalísticos) em função do período histórico e do gênero textual. Em seguida, averiguamos os dados orais, provenientes de entrevistas, para explorarmos faixa etária, nível de escolaridade e sexo. Por fim, foi feita uma rodada com os dados das entrevistas e dos jornais para a investigação dos fatores fala versus escrita; traço semântico do objeto direto de referência, tipo da forma verbal, posição do pronome e localidade.

Esses grupos foram escolhidos, pautados em pesquisas anteriores como as de Duarte (1989), Freire (2005), Aveiro e Sousa (2014), Nóbrega e Coelho (2014) e Andrade (2014), as quais estudaram o caso acusativo nos pronomes pessoais. A partir desses fatores anteriormente testados, buscamos testar as nossas hipóteses, a fim de observarmos se com o nosso recorte teórico-metodológico chegar-se-á a resultados próximos ao desses autores em nossos dados. Houve 668 ocorrências distribuídas conforme o gráfico 2.

Gráfico 02: distribuição das variantes na amostra analisada



Fonte: dados da pesquisa

A grande frequência do clítico²⁹ e da anáfora justifica-se pelo fato de que, nos dados escritos, apenas essas duas formas ocorreram. Dos 335 exemplares do clítico, 261 (78%) são de escrita. Das 246 ocorrências da anáfora zero, 202 (82%) estavam presentes na fala. Nas entrevistas, ocorreram ainda 81 casos do pronome *ele* (*ela/eles/elas*) e apenas 06 do pronome *lhe*. Cabe observar que retiramos da amostra uma ocorrência recorrente no PB, o marcador discursivo “*entendeu?*”, por compreendermos que é um uso em que as demais variantes não ocorreriam.

Os dados foram analisados em nove seções, dedicadas a cada um dos grupos de fatores condicionantes, em simetria com o capítulo anterior. A opção por apresentar os grupos de fatores em relação à cada uma das variantes deve-se ao fato de que, ao verificarmos os resultados estatísticos, percebemos um comportamento similar entre pares de variantes, o qual apresentaremos em comparação para argumentarmos em prol de que tais características estão ligadas aos princípios funcionalistas de marcação e de iconicidade que agem dentro desse domínio funcional.

²⁹ Chamaremos de “clítico” o pronome padrão de acusativo *o* (*a/os/as*). Ao clítico, tradicionalmente, dativo, referimo-nos como “pronome *lhe*”.

A apresentação dos grupos dar-se-á pela ordem de significância estatística em relação ao clítico, forma com maior percentual de frequência, bem como com maior número de fatores selecionados.

6.1. Localidade

A localidade foi o primeiro grupo de fatores com significância estatística em relação ao clítico, ao fim da terceira rodada, a qual diz respeito a dados de fala e de escrita. Este grupo também foi selecionado para as variantes anáfora zero e *ele* (*ela/eles/elas*), sendo o segundo fator escolhido para este e terceiro para aquele. O grupo não foi selecionado estatisticamente para o pronome *lhe*.

Ao observarmos o fator extralinguístico localidade, tínhamos como objetivo testarmos a hipótese de que a frequência de produção do clítico será maior no PE, tanto na fala quanto na escrita. O pronome pleno seria amplamente utilizado na fala brasileira e o *lhe* na madeirense. No que se refere aos dados do Funchal, notaremos uma frequência, relativamente alta, em comparação com os dados de Lisboa, das variantes estigmatizadas e consideradas como “brasileirismos”.

No que se refere à frequência do clítico, conforme observamos na tabela 10, a maior foi de fato no português europeu, em que as duas variantes geográficas foram selecionadas estatisticamente. Porém, esperávamos que, na amostra continental, essa forma se sobrepusesse em relação aos dados insulares, fato que não ocorreu, uma vez que a relevância estatística foi maior na Madeira, revelando maior conservadorismo linguístico.

Tabela 10: Influência do fator *localidade* no uso do clítico em oposição às demais formas

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Funchal	183/335	54,6%	0.829
Lisboa	97/335	29%	0.684
Rio de Janeiro	55/335	16,4%	0.167

Fonte: dados da pesquisa

Os ocorrências a seguir mostram, respectivamente, o uso do clítico pelos falantes do Funchal, de Lisboa e do Rio de Janeiro.

(40) eram outros tempos ehh eram outras circunstâncias uma pessoa tava mais sujeita ehh a ter que ajudar em casa ehh o meu pai sempre foi uma pessoa muito prontos desculpe o termo possessiva e muitas vezes ehh era obrigado ehh a ajudá-**lo** em determinadas tarefas domésticas apesar de também ter estudado não tanto quanto queria mas pronto a vida assim não **o** permitiu (FNC-C-2-H)

(41) eu acho que - eu acho que não traz influências negativas as pessoas podem é torná-**la** negativa ah - a televisão hum – informa também mostra o que que há aí fora informa e até – dá dicas ou ajuda como é que a pessoa deve fazer se a pessoa ali se encontrar já é um problema da pessoa não acho que seja uma influência negativa – nesse nessas nesse assunto não é? (LIS-B-2-M)

(42) só não vale é botar um monte de criança no mundo e não ter como fazer para / para fazê-**lo** ge / gente grande [gente descente ... (RIO-3-C-M)

Vale fazer uma ressalva: o tamanho da amostra do Rio de Janeiro deve-se majoritariamente aos dados de escrita, uma vez que, na fala fluminense, apenas dois dados foram relativos ao clítico. A variante mais produtiva na localidade foi a anáfora zero, segundo podemos conferir na tabela 11. Aliado à alta frequência da forma, o peso relativo de 0.644 aponta que o objeto nulo é favorecido no português brasileiro, resultado que dialoga com as pesquisas de Duarte (1989) e de Freire (2005).

Tabela 11: Influência do fator *localidade* no uso da anáfora zero em relação às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Funchal	62/246	25,2%	0.379
Lisboa	42/246	17%	0.451
Rio de Janeiro	142/246	57,7%	0.644

Fonte: dados da pesquisa

Os exemplos a seguir mostram a realização da anáfora no Funchal (cf. exemplo (43)); em Lisboa (cf. exemplo (44)) e no Rio de Janeiro (cf. exemplo (45)).

(43) porque no meu caso hum hum o meu pai falava comuigue [comigo] e eu ϕ ouvuia [ouvia] logue [logo] tinha que ouvir [ouvir] ϕ senão tinha umas chapadas no focenhe [focinho] (FNC-A-1-M)

(43) adoro ϕ {o trabalho} (LIS-A-3-M)

(45) o PROCON... eh:/ eu resolvi tudo até resolvi/ teve/ teve uma época que resolvi... fui aí o moço falou assim “ah você compra hidrômetro” aí ele pediu não sei quanto aí eu achei que ele tava era trapaceando aí então peguei ϕ e não aceitei ϕ ele³⁰ ia fazer só pra mim... aí fechou aí não fez nada deveria até ter dado né (RIO-2-C-M)

Em semelhança com as duas variantes anteriores, o pronome pleno ocorreu nas três localidades, porém, como dito anteriormente, diferente das variantes de prestígio, os exemplares foram totalmente encontrados nos dados de fala. A tabela 12 confirma duas de nossas hipóteses: o *ele* como pronome muito produtivo no português brasileiro e a notável diferença percentual do uso da forma no português europeu insular e no português europeu continental. Porém, mesmo com relativa frequência nos dados funchalenses, o pronome pleno somente é favorecido estatisticamente na variante brasileira.

Tabela 12: Influência do fator *localidade* no uso do pronome *ele* em relação às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Funchal	15/81	18,5%	0.477
Lisboa	01/81	1,3%	0.039
Rio de Janeiro	65/81	80,2%	0.871

Fonte: dados da pesquisa

³⁰ Apresentamos os exemplos de acordo com a transcrição da fala, não havendo, dessa forma, sinais de pontuação. No exemplo (45), o pronome *ele* é realizado como sujeito da oração seguinte e não como objeto direto do verbo “aceitar”.

Similarmente à frequência do clítico na fala brasileira, o pronome pleno *ele* só teve uma única recorrência na fala lisboeta. Os exemplos, a seguir, ilustram o uso dessa forma em Funchal, em Lisboa e no Rio de Janeiro, respectivamente.

(46) quando minha mãe ia chegando a casa o meu pai eeh ouve minha mãe ouviu **eles** a dizer ah coitada não sabe_ e pensavo [pensavam] ca gente se tinha dado uma pancadaria a meu pai que tinha matado **ele** e aconforme ela ia chegando ao pé de casa sempre a dizer quando ela chegou a casa que era meu avô tinha morrido depois de meu avô ter morrido meu pai foi boa pessoa que fez bem quer dizer já era bom se meu avô não morresse (FNC_B_1_M)

(47) mas tenho o meu marido como tem um trabalho que anda na rua aproveita - pega **ele** leva para o trabalho dele eu quando saio vou buscá-lo ao trabalho dele. (LIS_B_1_M)

(48) eu gosto muito admiro muito **ele** [Lula] (RIO_2_B_M)

O estudo do sistema de casos nos pronomes de terceira pessoa, em nossa tese, foi redimensionado ao estudarmos, também, a variedade madeirense. Além de encontrarmos no espaço europeu uma comunidade com comportamento sintático semelhante ao brasileiro no que se refere ao pronome *ele*, ainda nos foi apresentado o pronome *lhe* assumindo função de acusativo de terceira pessoa. No teste de avaliação e percepção apresentado no capítulo anterior, postulamos que essa variante tivesse um menor grau de estigma pelo fato de os falantes reconhecerem-na como um regionalismo da Ilha. Após esse estudo inicial, esperávamos que apenas nos dados do Funchal ocorresse o *lhe*, porém, na amostra de Lisboa, também houve casos de uso da forma³¹, conforme ilustra a tabela 13.

³¹ Não houve ocorrência de dados de *lhe* na amostra do Rio de Janeiro. Desse modo, introduzimos um dado para desfazer o nocaute na análise geral da amostra. Em seguida, o dado foi retirado para não influenciar o comportamento da variante em relação aos demais fatores condicionantes.

Tabela 13: Influência do fator *localidade* no uso do pronome *lhe* em relação às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
Funchal	4/7	57,14%
Lisboa	2/7	28,57%
Rio de Janeiro	1/7	14,29%

Fonte: dados da pesquisa

Os exemplos (49) e (50) são, respectivamente da amostra madeirense e da lisboeta.

(49) como começou foi tão romântique [romântico] _ foi assim_ a minha cunhada a minha cunhada ah namora [namorada] a melher [mulher] do meu irmão o fábio é irmã de do homem qu`eu [que eu] tou [estou] agora foi esse actual mo meu namorado _ e e o nessa altura eu não gostava dele nem **lhe** podia ver a frente _ (FNC-A-1-M)

(50) neste momento têm uma língua praticamente deles é o oficial é português mas têm uma língua deles praticamente eles falam entre si e ninguém ninguém **lhes** {os africanos} percebe / agora a cultura deles temos que respeitar isso se vocês estão a desenvolver uma língua (LIS_B_1_H)

A presença do pronome *lhe* na amostra de Lisboa, por falantes diferentes, contrariou nossa expectativa, uma vez que não existem estudos que deem conta desse uso. Porém, somente a partir de estudos mais aprofundados é que podemos afirmar que essa seja uma variante específica da comunidade, tendo em vista o número reduzido de dados em nossa amostra.

Em termos gerais, porém, esses resultados vão ao encontro a nossa tese de que há características partilhadas pelas variedades do português que consideramos pós-colonial, destacando-se aquelas que se referem às variantes não prestigiadas

socialmente. Observamos, na fala brasileira, apenas dois exemplos da forma padrão, enquanto, na fala lisboeta, as variantes estigmatizadas também foram mínimas. A Madeira, ainda que mantenha a variante padrão como sua forma de prestígio, foi a única localidade a apresentar as quatro formas em variação, manifestando-se frequentemente usos do *ele* e do *lheísmo* próprios do português arcaico, assim como no Brasil.

6.2. Faixa etária

A faixa etária foi a segunda a ser selecionada como relevante ao uso do clítico. Esse grupo de fator também foi o segundo mais relevante para a anáfora zero e o quarto no que se refere ao pronome *ele*. O grupo não foi selecionado estatisticamente para o pronome *lhe*.

De acordo com o que foi dito anteriormente, o grupo faixa etária foi controlado nos dados orais apenas. Diferentemente da amostra total, quando isoladas apenas as realizações na fala, o clítico passa a ser a segunda variante de maior frequência: 20,4% dos 363 exemplares, conforme ilustra a tabela 14.

Tabela 14: Influência do fator *faixa etária* no uso do clítico em oposição às demais variantes³²

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
18 a 35 anos	18/74	24,3%	0.377
36 a 55 anos	30/74	40,5%	0.454
56 a 75 anos	26/74	35,2%	0.777

Fonte: dados da pesquisa

³² A diferença entre pesos relativos e percentuais pode indicar influência de outras variáveis, sobreposição de grupos de fatores ou, ainda, junção de fenômenos diferentes em diferentes comunidades. Essa diferença ocorreu apenas com a variante *o (a/os/as)* em outros dois grupos de fatores: grau de escolaridade (cf. seção 6.4) e período histórico (cf. seção 6.7). Acreditamos que o problema possa ter ocorrido pela maior quantidade de dados dessa variante na amostra. Dessa forma, por conta dessa incongruência, talvez os números não reflitam a significância do fenômeno nessa comunidade.

De acordo com a tabela, ainda que a frequência na segunda faixa etária seja maior, é no grupo de falantes mais velhos que o clítico é favorecido. Pela forte presença do clítico em relação às variantes inovadoras no estudo do tempo aparente, não podemos falar de uma mudança em geral ou mudança comunitária, mas em **gradação etária**, isto é, os indivíduos mudam seu comportamento linguístico durante todo o tempo de suas vidas, mas a comunidade como um todo não muda (LABOV, 1994). Esse fato contraria a nossa hipótese, uma vez que prevíamos a estabilidade no PE continental e uma mudança em geral nas demais localidades, porém as tabelas 15, 16 e 17, assim como os exemplos que as seguem, mostram que as variantes inovadoras – estigmatizadas ou não – estão em variação nas três gerações da amostra.

Diferentemente de que acontece com o clítico, segundo a tabela a seguir, a anáfora zero é favorecida quando usada pelos falantes mais jovens

Tabela 15: Influência do fator *faixa etária* no uso da anáfora zero em oposição às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
18 a 35 anos	108/202	53,5%	0.702
36 a 55 anos	73/202	36,1%	0.410
56 a 75 anos	21/202	10,4%	0.237

Fonte: dados da pesquisa

(51) foi do meu irmão... quando ele: ... sofreu acidente ... e: pra: atender ϕ ... demorou muito ... para atender ele ... e quando veio ... até que enfim que Deus botou um bom médico né ... foi [um] atendimento bom (RIO-1-A-M)

(52) é:: mas você sabe que o problema gay é/é grande você meus filhos não é mais é assim: teria um amigo fica frequentando andando com ele ia leva a fama também existe isso se eu tivesse um filho eu não renegaria ϕ ... mas... a gente tem que aceitar ϕ ... (RIO-1-B-M)

(53) não estou a ver ϕ - não estou a-- pensar nada em-- não estou a ver ϕ . (LIS-C-2-M)

No que diz respeito ao pronome reto, mesmo sem prestígio social, foi produtivo em todas as faixas etárias, sendo a segunda e a terceira gerações de falantes as que apresentam relevância estatística para o uso da forma como OD, conforme vemos na tabela e nos exemplos de (54) a (56).

Tabela 16: Influência do fator *faixa etária* no uso do pronome *ele* em oposição às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
18 a 35 anos	57/81	23,5%	0.309
36 a 55 anos	15/81	60,5%	0.667
56 a 75 anos	09/81	16%	0.527

Fonte: dados da pesquisa

(54) um dia tamém [também] vi **ele** _ a ir pa pa [para a] paragem e quem tava lá? ela qu'ê [que eu] fui loge [logo] atrás dele e vi ϕ mas não apanhei nada só vi **ele** a passar ao pé dela e e ele falou qualquer coisa pa [para] ela e nesse dia houve confusão puxei-lhe as gadalhas [o cabelo] teve que ser eu já lhe tinha eu já lhe tinha avisade [avisado] mais que uma vez não é? quem gosta d' um [de um] homem tem que lutar por ele minha filha e assim fui eu. (FNC-A-1-M)

(55) vê defeito em filho eu tenho uma prima que eu amo de paixão o irmão dela é gay eu adoro **ele**... só que quando a gente ama uma pessoa como eu amo esse:: irmão da minha prima você: você conversando ali você até esquece que a pessoa é gay... tá entendendo? (RIO-1-B-M)

(56) eu sei é arriscado pra mim... mas se ele chegar aqui dentro da minha loja aqui ou se eu tiver andando se ele falar assim que é um assalto... eu acho que eu vou topar com ele... se der... se ele me der uma oportunidade de eu enfiar a mão na arma dele e tomar a arma dele eu vou tomar a arma dele e vou quebrar **ele**... isso eu digo pra qualquer um digo pra vários amigos meus que é policial eu posso ir preso amanhã mas eu vou quebrar **ele**... porque senão ele vem me assaltar se eu/ se eu reagir ele vai me matar

então eu mato **ele** primeiro... é: esse o meu ponto de vista... [tá entendendo? (NIG-1-C-H)

No que diz respeito à variante *lhe*, não houve realizações na faixa etária³³ mais elevada, bem como poucos dados em número similar nas demais faixas, o que, possivelmente, levou esse grupo a não ser selecionado estatisticamente, conforme observamos na tabela 17.

Tabela 17: Influência do fator *faixa etária* no uso do pronome *lhe* em oposição às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
18 a 35 anos	04/07	57,14%
36 a 55 anos	02/07	28,57%
56 a 75 anos	01/07	14,29%

Fonte: dados da pesquisa

No que se refere a nossa tese sobre fatores cognitivos e culturais compartilhados em relação à mudança linguística, observamos os princípios de marcação e de iconicidade fortemente ligados às variantes aqui estudadas, tanto no que compete à frequência como à complexidade estrutural e aos fatores subjetivos de valoração das formas dentro do domínio funcional. Assim, no grupo etário mais velho, prevalece a oposição entre a forma padrão e a forma marcada *ele*, porém os mais jovens optam pelo uso da variante inovadora sem marcas avaliativas em toda a comunidade de fala, ganhando espaço cada vez maior dentro do domínio dos pronomes pessoais.

³³ Também não houve realizações do pronome *lhe* no nível de escolaridade mais elevado, nem entre os falantes do Rio de Janeiro. Para solucionar o nocaute estatístico, inserimos um dado não real na amostra e, após a rodada, fizemos uma análise apenas do fator que caracterizou a variante em pauta.

6.3. Traço semântico do OD

O grupo linguístico traço semântico do objeto direto de referência foi selecionado por todas as variantes, enquanto para o clítico o grupo foi apenas o terceiro selecionado, para as outras três formas, esse foi o primeiro fator de relevância estatística.

Nossa hipótese sobre a relação entre a variação dos pronomes pessoais na função acusativa e o traço semântico do OD é que os pronomes *ele* e *lhe* teriam alargado o seu domínio de atuação para sistemas em que variam com clítico *o*; essas três formas, por seu caráter referencial, estariam ligadas ao traço [\pm humano], enquanto a anáfora, por não ser um item referencial fônico, não teria influência desse traço para seu uso, com base nos estudos de Cyrino, Duarte e Kato (2000) e no estudo de Freire (2005) sobre o acusativo e o dativo anafórico de terceira pessoa. Tanto os resultados do teste de avaliação e percepção, quanto a análise dessa relação sintático-semântica confirmam o exposto.

O traço semântico do objeto direto foi o único fator de controle com relevância em todas as quatro variantes. Assim sendo, apresentaremos, primeiramente, as variantes motivadas pelo fator [+ humano] e, em seguida, a anáfora, favorecida pelo fator [- humano], a partir de exemplos de usos e dos resultados estatísticos.

Tabela 18: Influência do fator *traço semântico do OD* no uso do clítico em relação às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
[+ HUMANO]	157/335	46,9%	0.712
[- HUMANO]	178/335	53,1%	0.338

Fonte: dados da pesquisa

Os exemplos a seguir são de usos do clítico: no primeiro exemplo, vemos o clítico referindo-se ao interlocutor, a quem é feita a pergunta; já no segundo exemplo, as realizações do clítico retomam o substantivo *restrições*.

(57) – O boicote que diz haver à sua tentativa de intervenção na política nacional vai fazê-lo desistir? (DNM – 01/01/1990)

(58) Contudo, estão conscientes de que tais restrições como lapsos acidentais; não **as** consideram naturais ou inevitáveis, sendo este o caso noutras formas de sociedade; e não têm de apelar para uma ideologia estranha para encontrar um padrão pelo qual **as** possam julgar. (DNM – 24/07/1980)

Os exemplos (59) e (60) são referentes ao pronome *ele*. As três realizações do primeiro referem-se a seres humanos, enquanto, no segundo exemplo, o falante retoma o referente *meta do dia* mencionado por seu interlocutor. Apesar de ambos valores semânticos serem codificados por tal forma, a tabela 19 mostra que o fator [+ humano] é predominante nos usos dessa variante.

(59) :ehh como é que foi? _ ah portanto _ a gorete _ ah veio veio pedir **ela** [em casamento] mas _ quer dizer ele veio pedir **ela** _ mas como ele era do estreito a minha mãe não conhecia **ele** (FNC-B-1-M)

(60) senão você acumula **ela** [a meta do dia] (aí) já era... (RIO_3_B_H)

Tabela 19: Influência do fator *traço semântico do OD* no uso do pronome *ele* às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
[+ HUMANO]	78/81	96,3%	0.930
[- HUMANO]	03/81	3,7%	0.128

Fonte: dados da pesquisa

Comportamento semelhante ao uso da variante *ele* é o do pronome *lhe*, exemplificado em (61) e (62).

(61) mas os dias foi [foram] passando ele ia me provocando e tá a ver a melher [mulher] gosta de ser provocada e por acaso eu gostei de ser provocada e e ele provocava-me e eu tamém [também] **lhe** provocava e no fim disto tudo a gente ficámos amigues [amigos] (FNC-A-1-M)

(62) ele batia no chão minha mãe já sabia que ele que vinha tava minha mãe tirava-lhe o comer e dava-**lhe** a ele e lavava-lhe a roupa. (FNC-B-1-M)

A tabela 20 mostra que apenas um dado na amostra da forma *lhe* pertence ao fator [- humano]. Vejamos:

Tabela 20: Influência do fator *traço semântico do OD* no uso do pronome *lhe* em relação às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
[+ HUMANO]	5/6	83,3%	0.798
[- HUMANO]	1/6	16,7%	0.265

Fonte: dados da pesquisa

Os números das tabelas 18, 19 e 20 mostram que o fator [+ humano] domina as realizações das variantes pronominais. Assim, ao compararmos apenas as três variantes inovadoras, observamos que os pronomes não se dissociam de um referente, quer contextual, quer cotextual, com traços em comum. Já a variante anafórica, como dito anteriormente, por ser uma variante discursiva, despe-se de qualquer marcação e seu comportamento diferencia-se de *lhe* e *ele*. Essa seria uma das razões para o alargamento de sua codificação dentro desse domínio funcional.

A tabela 21 e os exemplos (63) e (64) dão conta das realizações do objeto nulo com traços [+ humano] e [- humano], respectivamente.

Tabela 21: Influência do fator *traço semântico do OD* no uso da anáfora zero em relação às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
[+ HUMANO]	43/246	17,5%	0.136
[- HUMANO]	203/246	82,5%	0.798

Fonte: dados da pesquisa

(63) – Não, não conhecia ϕ [a mulher]. (DN – 06/01/1970)

(64) - Além do que já disse, não aceitamos ϕ [o convite] por respeito à decisão popular. (DNM – 09/02/2015)

Na tabela 21, observamos que o traço [- humano] favorece a escolha da anáfora zero. Acreditamos que isso esteja ligado à nossa hipótese que relaciona o traço [+ humano] ao pronome *ele*, que carrega os traços semânticos associados ao sujeito, como agentivo, causativo entre outros, e, desse modo, relacionar-se-ia ao pronome *ele*, primitivamente sujeito e, por extensão, temos as relações entre o [- humano] e a anáfora zero, como formas menos marcadas cognitivamente.

Em relação à nossa tese que busca explicar os fatores da mudança linguística dentro do domínio dos pronomes pessoais, a introdução de um grupo de fator linguístico delimita fortemente a ideia de que a inovação linguística parte do discurso em direção à gramática. De um lado, temos três formas pronominais presentes na língua oriundas do latim e que compartilham traços semânticos desde suas funções iniciais dentro do sistema de casos. Postulamos, a partir desse fator, que a não marcação do objeto anafórico se dê por conta de que essa variante é favorecida por traços opostos à variante de prestígio, ainda com uma alta frequência dentro do sistema linguístico, enquanto os pronomes *ele* e *lhe* competem diretamente a usos análogos ao da forma padrão, tornando-se fortemente marcados no uso não padrão.

6.4. Grau de escolaridade

O grau de escolaridade foi o quarto grupo de fatores com relevância estatística para o uso do clítico e terceiro para o pronome *ele*. Nas rodadas em que anáfora zero e pronome *lhe* foram valores de aplicação, essa variável extralinguística não foi estatisticamente selecionada.

O efeito na escolarização foi testado em nossa pesquisa sob a hipótese de que o clítico e a anáfora tenham o *status* de variante de prestígio, sendo a estratégia adotada por falantes mais escolarizados, e os pronomes *ele* e *lhe* sejam menos comuns em discursos/textos de pessoas com maior escolaridade. Essa hipótese foi confirmada pelos pesos relativos da variante não marcada (clítico) e da variante mais marcada *ele*, conforme mostram as tabelas 22 e 23, e pelos percentuais de uso da anáfora e de *lhe* por falantes de Ensino Fundamental, como pode ser conferido nas tabelas 24 e 25.

Tabela 22: Influência do fator *grau de escolaridade* no uso do clítico em oposição às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Fundamental	24/74	32,4%	0.256
Médio	19/74	25,7%	0.665
Superior	31/74	41,9%	0.781

Fonte: dados da pesquisa

Os dois níveis de escolaridade mais elevados, Ensino Médio e Ensino Superior, foram estatisticamente relevantes para o uso do clítico, tendo a maior significância estatística o último grau de escolaridade. Os exemplos (65), (66) e (67) ilustram a realização das formas variantes nos três níveis, gradativamente.

(65) a- para já não tenho muitos-- agora é passear com a minha namorada- levá-la ao cinema e não há muito mais (LIS-A-1-H)

(66) não depois forçaram-**no**- e levaram-**no** [o porco]-- mas ele- não queria ir (OIA-C-2-M)

(67) a primeira vez _ que fiz essa audição ehh _ não passei _houve umas músicas que entretanto depois esqueci-me das letras e eu não consegui cantá-**las** _ e ficou para uma segunda oportunidade _ uma semana depois _ e depois acabei por _ estudar pra essa audição como se fosse para um exame e decorei as letras das músicas todas e acabou por correr melhor correu bem passei passei a caloiro nessa altura e comecei a usar o traje _ e pronto_ foi isso (FNC-A-3-H)

Votre (2012) diz que outros fatores incidem sobre a escolarização, um desses fatores é a consciência do prestígio da variante. No capítulo anterior, observamos, no teste de avaliação com os alunos da Universidade da Madeira, o grau de valoração das formas, em que eles deveriam atribuir valores a cada variante, observando os seguintes critérios de análise: o valor 1 significava que aquela sentença era uma forma errada de fala e de escrita; o 2 que a forma era própria de contextos mais informais de fala e de escrita; o 3 para que aquela forma era apenas usada na fala, mas não escrita e o 4 para a variante considerada como a correta. Na análise das respostas, observou-se que a ordem de prestígio das variantes fora o clítico, a anáfora, o *lhe* e *ele*. Desse modo, a análise do *corpus* oral apenas constatou, em outros meios, a avaliação dada a cada estratégia de realização da categoria caso acusativo de 3^a. pessoa.

Essa consciência do prestígio reflete-se na marcação funcional das formas: enquanto a forma não marcada socialmente é usada pelos falantes mais escolarizados, a variante mais marcada socialmente, alvo da prescrição escolar, é estatisticamente mais relevante na fala de indivíduos menos escolarizados, como observamos na tabela 23.

Tabela 23: Influência do fator *grau de escolaridade* no uso do pronome *ele* em oposição às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Fundamental	57/81	70,4%	0.705
Médio	15/81	18,5%	0.416
Superior	09/81	11,5%	0.232

Fonte: dados da pesquisa

Os exemplos (68), (69) e (70) mostram, respectivamente, a fala de um sujeito do Nível Fundamental, do Nível Médio e do Nível Superior.

(68) a minha relação com ela? ... por exemplo ... eu saio de manhã: ... vou trabalhar deixo **ela** dormindo ... quando eu chego ... às vezes encontro até já **ela** já dormindo também ... é muito raro ... e o que me preocupa é quando ela vai para escola ... estuda à noite né quando vai para a escola ... demora a chegar (o que) me preocupa mais (RIO-1-A-M)

(69) meu netinho vai ser cruel cara... eu imagino **ele** porque depende/ se ensina assim mas ele: pode até: melhorar né... mas ele é: muito rebelde o garotinho cara... (RIO-2-C-H)

(70) aí se eu não mato **ele** [um leão] hoje aí amanhã tem um: e o outro... tem um e meio (NIG_3_B_H)

Nossa hipótese foi contrariada no que se refere ao uso da anáfora zero, uma vez que esperávamos que a variante fosse a estratégia preferencial de pessoas mais escolarizadas, fato que não ocorreu, conforme podemos observar na tabela 24.

Tabela 24: Influência do fator *grau de escolaridade* no uso da anáfora zero em oposição às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
Fundamental	92/202	45,5%
Médio	44/202	21,8%
Superior	66/202	32,7%

Fonte: dados da pesquisa

Os exemplos de (71) a (73) apontam o uso da anáfora em todos os graus de escolaridade, do mais baixo ao mais alto, respectivamente.

(71) a nível familiar eu sinceramente eu acho que hoje em dia os pais como não estão muito presentes com os filhos dão muito mais liberdade e ao dar a liberdade aos filhos hoje em dia acho que os filhos não respeitam tanto os pais como nós respeitávamos ϕ antigamente_ _ _ até os filhos já tratam por tu ao pai_ao pai ou à mãe _isso na minha educação era senhor ou senhora (FNC-A-1-H)

(72) mas os cara que vem de fora para assaltar não é pessoa daqui...porque os que passa aqui (daqui) ou morre ou eles caçam ϕ ... (RIO-2-C-H)

(73) ontem e anteontem usei ϕ [os aparelhos de ginástica] e hoje também vou usar ϕ (LIS-A-3-H)

Os exemplos e os números da tabela 24 mostram que a anáfora foi produtiva em todo o grupo. Juntando a isso, o fato de o programa estatístico não ter selecionado um grau específico, remete-nos aos fundamentos empíricos para a investigação da mudança de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]). Os autores supõem *encaixamento e avaliação positiva* antes da *implementação* da mudança: a anáfora já é uma variante encaixada tanto na estrutura social, quanto na estrutura linguística do português, fato comprovado pelas avaliações positivas dadas a ela em nosso teste, bem como nas pesquisas sobre o PB, que a apontam como estratégia preferencial de marcação do caso acusativo pelo brasileiro.

Por fim, a tabela 25³⁴ mostra-nos os números do pronome *lhe* em relação ao grau de escolaridade.

Tabela 25: Influência do fator *grau de escolaridade* no uso do pronome *lhe* em oposição às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
Fundamental	5/7	71,4%
Médio	1/7	14,3%
Superior	1/7	14,3%

Fonte: dados da pesquisa

A baixa frequência dos dados e a concentração de usos por falantes com o menor grau de escolaridade comprovam a nossa hipótese, bem como reforçam a análise do teste do capítulo anterior, no qual alunos de Nível Superior consideraram a variante *lhe*, em seu uso na função acusativa, como a mais estigmatizada. A tabela acima confirma a avaliação negativa dada pelos alunos da Universidade da Madeira, uma vez que nenhum falante do grau mais elevado fez uso do pronome como acusativo de 3^a. pessoa.

6.5. Tipo da forma verbal

O fator tipo da forma verbal foi selecionado como relevante estatisticamente para as variantes *o (a,os,as)* e para a anáfora zero. Para a primeira, o grupo foi o quinto em significância e, para a segunda, o quarto estatisticamente selecionado.

Ao configurarmos o grupo de fatores tipo da forma verbal, relacionamos a quantidade de formas estruturais – uma forma versus duas ou mais formas – e a relação de marcação das variantes, isto é, a partir desse fator condicionante, observamos se a complexidade estrutural produzida pela codificação de uma forma composta, refletir-se-

³⁴ Por haver apenas 06 exemplares do pronome *lhe* na amostra, para não repetirmos os dados, ilustraremos as ocorrências do pronome apenas nos fatores de controle em que o comportamento da variante é mais peculiar ou há maior significância estatística.

ia na escolha de formas mais marcadas em cada contexto. Os exemplos abaixo ilustram o emprego do pronome pessoal oblíquo com formas simples e compostas do verbo, respectivamente. Aos exemplos, seguem-se os resultados na tabela 26.

(74) (...) assim para que um povo demonstre exatamente o que vale (em vez de se especializar no fornecimento ao país de uma mão-de-obra não qualificada e pouco exigente) haverá, sem dúvida, que educá-**los**. (DN – 06/01/1970)

(75) (...) a mandato, enfim, da própria honra dado que a essas populações africanas – ou melhor: luso-africanas – os portugueses da Europa não podem abandoná-**las** à anarquia e ao massacre. (DN – 06/01/1970)

Tabela 26: Influência do fator *tipo da forma verbal* no uso do clítico em relação às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Simple	235/335	66,1%	0.447
Composta	100/335	33,9%	0.687

Fonte: dados da pesquisa

Ao compararmos os dados das tabelas 26 e 27, notamos que as formas compostas favorecem o uso do clítico e as formas simples favorecem o uso da anáfora zero, contrariando nossa hipótese de que construções menos gramaticalizadas, como as perífrases verbais, formam um paradigma mais propício ao uso de novas variantes em um determinado domínio funcional, enquanto as formas simples compõem um paradigma mais fechado a mudanças linguísticas e, ao fazer uso de formas inovadoras, o falante torna a sentença mais marcada.

Tabela 27: Influência do fator *tipo da forma verbal* no uso da anáfora zero em relação às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Simples	217/246	88,2%	0.573
Composta	29/246	11,8%	0.272

Fonte: dados da pesquisa

A título de ilustração, apresentamos os exemplos (76) e (77): realizações do objeto direto anafórico nulo diante de formas simples e compostas do verbo.

(76) E o grupo que controlava ϕ [a educação], fazem-no com vários graus de consciência. (DN – 24/07/1980)

(77) ela tem: o mundo nas mãos mas... é preciso conduzir ϕ (NIG_3_B_H)

No que se refere às variantes *ele* e *lhe*, apesar de não apresentarem relevância estatística, ocorreram em maior frequência nas formas compostas como mostram as tabelas 28 e 29.

Tabela 28: Influência do fator *tipo da forma verbal* no uso do pronome *ele* em relação às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
Simples	22/81	27,2%
Composta	59/81	72,8%

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 29: Influência do fator *tipo da forma verbal* no uso do pronome *lhe* em relação às demais variantes

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
Simples	1/6	16,7%
Composta	5/6	83,3%

Fonte: dados da pesquisa

Conforme explicitado no capítulo anterior, acreditávamos que, pelo fato de os pronomes *ele* e *lhe* serem formas marcadas quando codificam a função de OD, haveria maior incidência de uso com formas simples para não aumentar ainda mais a complexidade cognitiva do sintagma verbal. Entretanto, diante dos números apresentados, podemos supor que tal complexidade é mais uma das características que reforça a marcação dessas formas.

6.6. *Continuum* fala x escrita

Apenas duas variantes foram presentes na escrita, como dito anteriormente, desse modo, somente o clítico e anáfora zero ocorreram tanto nos dados falados como nos escritos, sendo um grupo selecionado para ambas as formas. No que se refere à primeira variante (clítico), foi o sexto fator em ordem de significância e o quinto para a segunda (anáfora zero). Apesar de apresentarmos, em primeiro momento, um resultado dicotômico entre fala e escrita, falamos em um *continuum*, pois, dentro da escrita controlamos gêneros textuais diferentes com base numa gradação em relação ao grau de formalidade.

A variante padrão (-o/a/os/as) foi altamente produtiva tanto na fala quanto na escrita, conforme ilustram os exemplos (79) e (80), no entanto a tabela 30 mostra que a escrita favorece a variante, a partir dos números de sua frequência e peso relativo.

(79) No Rio de Janeiro, tomou um navio para Natal, levando consigo alguns dos seminaristas que desejaram acompanhá-**lo** para o Nordeste. (Jornal do Brasil – 01/01/1970)

(80) ...a primeira classe é que foi mais complicado porque a professora esteve doente – mas agora tem sido sempre a mesma e é uma excelente professora e graças a Deus **tem-no** ajudado imenso (OEI-A-1-M)

Tabela 30: Influência do registo, *fala x escrita*, no uso do clítico em oposição à anáfora

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Fala	74/335	22%	0.133
Escrita	261/335	78%	0.900

Fonte: dados da pesquisa

Segundo nossa hipótese, a mudança linguística em progresso no sistema de terceira pessoa dos pronomes do caso reto teria partido da fala para a escrita, assim era esperado que a escrita fosse mais conservadora em relação ao clítico como comprovado em nossos dados: 78% de ocorrência da variante; além disso, a escrita mostra-se como forte condicionamento para o uso do clítico com peso de 0.900.

No que se refere à totalidade dos dados, observamos, no gráfico 2, citado à página 109, que clítico e anáfora compõem 87% da amostra. Nossos resultados corroboram os achados de pesquisas anteriores: Duarte (1989), por exemplo, verificou que, na fala do PB, há maior incidência da anáfora zero; Freire (2005), com dados de escrita do PB em comparação como PE continental, observou uso do clítico com percentual acima de três quartos na amostra europeia e próximo a 50% dos dados brasileiros; Aveiro e Sousa (2015), em amostra com três informantes madeirenses, detectaram que a variante padrão é a que tem menor índice de realização, tendendo os informantes ao uso da anáfora zero.

Acreditamos que a alta produtividade do clítico acusativo tenha ocorrido pela natureza de nossos *corpora*, um deles de registo escrito, e pela grande incidência do clítico na fala do português europeu, tanto continental, quanto insular. Conforme observado na metodologia, os jornais portugueses, até ao relatar a fala de brasileiros, utilizam-se de clíticos não usuais no PB. Um outro dado que merece destaque e que comprova a grande força na norma europeia é o uso de *ma* (fusão dos pronomes *me* e *a*) presente na fala de um dos informantes lisboetas, conforme exemplo³⁵ abaixo, fato improvável no PB.

(81) olha foi a tua mãe que **ma** apresentou- é verdade a- conheci conheci-a [a esposa] numas férias de Verão (LIS-B-3-H)

³⁵ Esse dado foi incluído na amostra como as demais realizações do pronome *clítico*.

A partir do exemplo (81), podemos observar que, mesmo a escrita prevalecendo como condicionamento de uso do clítico, este foi produtivo em toda a amostra. Conforme vimos ao tratarmos dos grupos fatores, nas seções anteriores, podemos observar que a variante padrão está fortemente ligada a pessoas mais escolarizadas, mais velhas, além do fato de pertencerem à comunidade de fala do PE. Sendo assim, a noção de forma não marcada referente ao clítico, em oposição às demais variantes, continua se sustentando em quase todos os contextos, principalmente, quando envolvemos o critério da alta frequência.

Ainda em relação à confirmação de nossa hipótese, a tabela 31 revela que, na fala, a anáfora é a variante com maior grau de relevância. Seguem-se à tabela exemplos de uso da variante.

Tabela 31: Influência do registro *fala x escrita* no uso da anáfora zero em oposição ao clítico.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Fala	202/246	82,1%	0.809
Escrita	44/246	17,9%	0.156

Fonte: a própria pesquisadora

(82) aprendi ϕ ... graças a Deus aprendi ϕ [o ofício] bastante (RIO-1-A-H)

(83) E o grupo que controlava ϕ [a educação], fazem-no com vários graus de consciência. (DN – 24/07/1980)

Como citamos anteriormente, de acordo com Neves (2012), ao analisarmos a iconicidade na língua em uso, devemos ter em conta duas categorias, a informatividade e a economia. A estratégia comunicativa que envolve o uso da anáfora para representar o objeto direto é um dos casos de economia, sendo característica desse uso a perda de forma fônica, a simplicidade, a rapidez do enunciado e a relação frouxa entre a forma linguística e a estrutura da experiência. Desse modo, ao fazer uso da anáfora zero,

requeremos maior colaboração de nosso interlocutor, uma vez que, por conta da velocidade de processamento, resultando na redução do contexto discursivo, o conteúdo dessa forma não possa ser facilmente recuperado, trazendo ao processo comunicativo opacidade no que se refere ao princípio da iconicidade. Por essa razão, é esperado que, no texto escrito formal, como é o caso do nosso *corpus*, a frequência de uso da anáfora zero seja menor, pois o texto jornalístico tem, em sua essência, a função informativa, em que há necessidade de maior clareza e a existência de marcas cotextuais.

Em se tratando da escrita jornalística, controlamos os usos do acusativo anafórico em gêneros textuais de diferentes graus de formalidades, do mais formal (editorial) ao menos formal (entrevista). Na rodada com o clítico como valor de aplicação, cujos resultados seguem na tabela 12, esse grupo de fatores foi o sexto selecionado pelo GOLDVARB.

Tabela 32: Influência do fator *gênero textual* no uso do clítico em oposição à anáfora zero

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Notícia	48/261	18,4%	0.539
Entrevista	149/261	57%	0.364
Editorial	64/261	24,6%	0.794

Fonte: dados da pesquisa

Os valores expressos na tabela 32 mostram a ocorrência de clíticos em todos os gêneros por nós pesquisados, como atestam a entrevista, em (84), a notícia, em (85), e o editorial, em (86).

(84) Tem uma equipa do PNR a apoiá-lo na Madeira? (DNM – 13/02/2015)

(85) Aquele diplomata [João Cabral de Melo Neto] transitou do avião da Ibéria para o da Varig, que, por esse motivo, atrasara alguns minutos a partida, pelo que não lhe foi impossível deslocar-se ao Algarve, onde alguns amigos o aguardavam. (DN – 04/01/1970)

(86) Têm-se assistidos aos termos de alguns totalitarismos, ao reconhecimento de direitos humanos, há meio século, era impossível de defende-**los**. (DNM – 01/01/1992)

Observamos, nos exemplos apresentados acima, sequências textuais distintas, o primeiro pertencente à tipologia dialogal, o segundo ao tipo narrativo e o terceiro à sequência expositiva. Por ser o clítico a variante de prestígio, já era esperado que ele ocorresse em todos os textos escritos de forma sistemática. Notamos, no entanto, que o percentual de ocorrências é maior no gênero entrevista. Recorremos mais uma vez ao volume textual, uma vez que a entrevista é um texto mais longo que os demais.

Conforme nossa hipótese, os textos mais formais beneficiariam o clítico, enquanto os menos formais, as demais variantes. A partir dos resultados das tabelas 32 e 33, verifica-se que não se trata especificamente do grau de formalidade, mas da sequência, uma vez que apenas a sequência dialogal favoreceu o uso da anáfora.

Tabela 33: Influência do grupo de fatores *gênero textual* no uso da anáfora zero em oposição ao clítico

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Notícia	06/44	13,6%	0.461
Entrevista	33/44	75%	0.636
Editorial	05/44	11,4%	0.206

Fonte: dados da pesquisa

Notemos, nos exemplos abaixo, que a anáfora é recuperável pelo cotexto ou pelo contexto. Por exemplo, em (87), por tratar-se de uma reprodução da fala, o verbo *haver* ocorre com objeto zero recuperável no contexto da entrevista, não sendo realizado em nenhum momento na fala do entrevistado. Em (88), no entanto, percebemos que as duas anáforas apresentadas se referem ao cotexto, retomando a palavra *verdade*, expressa na oração anterior.

(87) – Houve ϕ [conjugação de estratégias], com certeza. Articulámo-nos bem com a presidência francesa; tivemos várias reuniões e está marcada outra para meados do mês de janeiro. (ENTREVISTA – DNM – 01/01/2000)

(88) Eis uma interrogação que teria determinada ou mal definida resposta a qual, por certo, muitos perfilhavam aceitando-a como uma verdade dogmática, porque o astrólogo interpretou ϕ e revelou ϕ , e a palavra do astrólogo não pressupõe dúvida. (EDITORIAL- DNM – 01/01/1977)

A adoção do gênero entrevista em nossa metodologia pretendia flagrar a transcrição da fala e, dessa forma, buscarmos nela a ocorrência das variantes inovadoras, no entanto, apenas a anáfora apareceu. Isso deve-se ao fato de que, na sequência dialogal escrita, a não realização do objeto não é estigmatizada, mas a realização dos pronomes *ele* e *lhe* poderia ser. Esse fato mostra que ambas as formas não estigmatizadas (clítico e anáfora zero) apresentam um modelo análogo de distribuição nesse domínio funcional.

6.7. Período histórico

O fator período histórico, por ser exclusivo dos textos escritos, também apresentou apenas duas variantes, o clítico e a anáfora zero. O programa selecionou esse grupo como sétimo em ordem de relevância para o clítico e sexto para a anáfora. A tabela 34 mostra que as décadas de 1970 e de 2000 foram selecionadas pelo programa estatístico como o período de relevância do uso do clítico.

Tabela 34: Influência do *período histórico* no uso do clítico em oposição à anáfora

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
1970	116/261	44,4%	0.670
1980	38/261	14,5%	0.386
1990	39/261	14,9%	0.360
2000	38/261	14,5%	0.632
2010	30/261	11,7%	0.190

Fonte: dados da pesquisa

Nossa hipótese, ao analisarmos esse grupo extralinguístico, dizia que a não distinção da categoria caso aumentaria com o passar do tempo, tornando o paradigma desse domínio funcional cada vez mais instável, uma vez que, conforme Lehman (1995 [1982]), o grau de variabilidade paradigmática menor e a possibilidade de escolher signos diferentes para uma função tornam-se menos frequentes ao passo que a mudança linguística avança. Porém nossa hipótese não se comprovou; conforme vimos, a escrita mostrou-se extremamente conservadora e sem grande espaço para as demais formas, ocorrendo apenas a variante não estigmatizada.

Ao considerarmos controlar o período de histórico, buscamos flagrar o avanço das variantes inovadoras ao longo do tempo; a tabela 35 mostra porém que, apesar de a década de 2010 ser a de mais uso da anáfora zero, esse aumento na frequência não foi gradual ao longo das décadas.

Tabela 35: Influência do fator *período histórico* no uso da anáfora zero em oposição ao clítico

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
1970	11/44	25%	0.330
1980	07/44	15,9%	0.614
1990	05/44	11,4%	0.640
2000	05/44	11,4%	0.368
2010	16/44	36,3%	0.810

Fonte: dados da pesquisa

Três décadas favoreceram o uso da anáfora zero: 1980, 1990 e 2010. Conforme vimos no capítulo anterior, em que investigamos o nível de estigmatização a partir de avaliação feita por estudantes de nível superior da Universidade da Madeira, bem como em pesquisas sobre o PB – como em Duarte (1989) – a anáfora é a estratégia de uso mais recorrente, portanto seria esperado que o uso dessa variante se alargasse ao longo do tempo, uma vez que, dentre as variantes não padrão, ela é a forma não marcada. Contudo, ao compararmos as duas tabelas vemos que o clítico se manteve constante em relação à frequência, enquanto a anáfora zero manteve-se, em 2000, com os mesmos números percentuais da década anterior, mas na década seguinte, a frequência foi triplicada. Acreditamos que, para esse grupo específico, a frequência de uso está diretamente ligada aos pesos relativos.

Chamamos a atenção ao fato de que, na década de 1970, no *Diário de Notícias da Madeira*, não houve uma ocorrência sequer da anáfora. A escolha da variante mais conservadora longe da Capital poderia ser explicada em analogia ao que ocorre com uma variante caipira no português brasileiro: a língua falada nas Ilhas, no PE, é geralmente estigmatizada em piadas, programas de TV, entre outros. Tendo a população consciência desse fato, tenta fugir desse preconceito linguístico, principalmente a imprensa funchalense, representante dessa norma padrão.

A esse respeito podemos citar a pesquisa de Andrade (2014), que avaliou a agradabilidade de diversas variantes do PE através das seguintes perguntas: “Qual a fala mais bonita?” e “Qual fala se compreende melhor?”. Os moradores da Ilha escolheram a forma de falar madeirense à frente da lisboeta, porém esses números foram inversos entre os sujeitos com nível superior de escolaridade, os quais escolheram como variante mais agradável a da capital. Essa pesquisa reforça nosso argumento de que a imprensa do Funchal tende a optar pelo uso do clítico visando à fuga a estigmas sociolinguísticos.

Em relação à nossa tese sobre uma sintaxe pós-colonial de língua portuguesa, relacionando os grupos de fatores exclusivos da escrita, observamos que essa forma de registro é a responsável em perpetuar o vínculo da língua portuguesa europeia às demais variedades, via imprensa, propagadora da norma padrão, ao longo dos tempos.

6.8. Sexo do informante

O objetivo do estudo estatístico sobre o sexo do informante visava a testar a hipótese clássica da sociolinguística laboviana de que mulheres são mais conservadoras quando há valoração social das variantes. Assim, as mulheres tenderiam a se esquivar das variantes estigmatizadas e usar aquelas que gozam de prestígio social. Porém as tabelas 36 e 37, relativas às variantes estigmatizadas *ele* e *lhe*, vão de encontro à hipótese.

A variante *ele* foi a única forma que obteve significância estatística na escolha desse grupo de controle, sendo o quinto grupo de fator escolhido pelo GOLDVARB. A escolha desse fator, conforme observamos na tabela 36, mostra que o uso do pronome é favorecido por falantes do sexo feminino, como ilustra o dado (89), embora também seja usado por falantes do sexo masculino, conforme exemplo (90).

Tabela 36: Influência do fator *sexo do informante* no uso do pronome *ele* em relação às demais variantes.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL	PESO RELATIVO
Masculino	31/81	38,2%	0.366
Feminino	50/81	61,8%	0.633

Fonte: dados da pesquisa

Os exemplos a seguir são de um falante homem e de uma falante mulher, respectivamente.

(89) é sorte é: Deus... porque você sair/ sair de manhã bem cedo é só Deus mesmo porque eu já (via) casos de gente que foi agarrado estuprado bem ali na frente sem ninguém pra socorrer... e a moça mesmo falava que a empregada mesmo dela foi... a empregada chegava cedo... quase sete horas... o cara agarrou **ela** ali (RIO-2-C-M)

(90) eu tenho um cliente... que ele: falava assim... eh: engraçadão cara ele...ele ele foi ele foi segundo lugar/ ele ele era amigo do João do Pulo... ele era atleta... ele tem um bar

lá lá no treze... conheci **ele** outro dia... encontrei **ele** agora...ele falou assim pra mim... “você sabe quem eu sou?”... (RIO_3_B_H)

Considerando a relação entre lutas feministas e discurso das mulheres, Freitag (2015) rediscute o papel do sexo/gênero nos estudos sociolinguísticos, chamando-nos a atenção de que as conquistas das mulheres não são apenas sociais, mas são refletidas na estrutura linguística. Dessa forma, quando a hipótese classe falha, faz-se necessário discutir e observar o papel da mulher na comunidade estudada.

Partindo desse princípio, chamamos a atenção para o fato de que duas de nossas variantes geográficas, Lisboa e Rio de Janeiro, são comunidades mais dinâmicas em suas relações sociais no que se refere à luta pela paridade de gênero, abrindo margem a uma maior mobilidade nos papéis de homens e mulheres na sociedade. Baseando-nos nesse fato, se mulheres usam a variante padrão para um *status* que lhe foi negado, com a maior participação delas no mercado de trabalho (cf. IBGE) e uma legislação que ampara a equiparação de cargos, funções e ganhos (como em Lisboa), não há mais a necessidade de evitar determinada variante (FREITAG, 2015). Acreditamos que seja essa a explicação para o fato de o pronome *ele* ter relevância estatística nos usos de mulheres.

Porém, segundo Andrade (2014) e Bazenga (2014), a mulher madeirense não encontra essas mesmas oportunidades de igualdade, principalmente aquelas com menor nível de escolarização. Ainda que no teste de percepção e avaliação com aluno de nível superior a variante *lhe* tenha sido claramente rejeitada pelas mulheres, dois terços dos usos do pronome *lhe* o foram por mulheres, além disso, os dois dados que apresentam a variante por falantes do sexo masculino são da amostra lisboeta.

Relacionando ainda o encaixamento linguístico na estrutura social, destacamos que os quatro dados provenientes de mulheres pertencem aquelas de menor nível de escolaridade, levando-nos a crer que, numa sociedade em que a mulher não tem um papel de destaque nem mesmo consciência do estigma da forma, ela a usa, quer pela baixa escolaridade, que pela perspectiva de um empoderamento linguístico e social.

Tabela 37: Influência do fator *sexo do informante* no uso do pronome *lhe* em relação às demais variantes.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
Masculino	2/6	33,3%
Feminino	4/6	66,7%

Fonte: dados da pesquisa

O sexo do informante também não foi elencado como grupo relevante para o clítico “o e para a anáfora zero, conforme revelam os números das tabelas 38 e 39. Notemos que, em ambos os casos, os valores percentuais ficaram bem próximos no que diz respeito à frequência de uso entre homens e mulheres, ocorrências exemplificadas, em (91) e (92), com o clítico, e, em (93) e (94), com a anáfora.

Tabela 38: Influência do fator *sexo do informante* no uso do clítico em relação às demais variantes.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
Masculino	42/74	56,7%
Feminino	32/74	43,3%

Fonte: dados da pesquisa

(91) é assim aproveitam imagina que estes óculos estão a estão a cinquenta euros mas querem aumentá-**los** para sessenta e cinco - então metem o preço em cima sessenta e cinco euros e depois metem riscado os os cinquenta euros tipo a dizer que está em promoção estás a perceber (LIS-A-3-H)

(92) e às tantas nós temos prazos pra cumprir e não conseguimos às vezes lidar lidar conseguimos temos é alguma dificuldade em resolvê-**los** [os problemas] todos (OIA-B-3-M)

Tabela 39: Influência do fator *sexo do informante* no uso da anáfora zero em relação às demais variantes.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
Masculino	106/202	52,5%
Feminino	96/202	47,5%

Fonte: dados da pesquisa

(93) não ... é o que eu tou falando ... de estruturas estão: se esforçando ... entendeu? mas o que acontece é isso ... os próprios alunos que: deterioram o colégio ... nós temos um ...qual é .. não é colégio não ... é um local onde que tinha internet grátis .. eh ... internet grátis ... e roubaram ϕ (RIO-3-A-H)

(94) ah o meu marido eu de manhã arranjo o meu marido leva ϕ [o filho] e vai buscá-lo às cinco e meia depois eu vou buscá-lo ao trabalho do meu marido. (LIS_B_1_M)

Conforme explanamos anteriormente, ao tratarmos das variantes estigmatizadas, ao adotarmos o posicionamento teórico de que a luta pela equidade de gêneros na sociedade confere às mulheres um empoderamento linguístico, o fato de a frequência de uso do clítico e da anáfora ser quase 50% para o sexo feminino e para o sexo masculino é mostra do reflexo da busca pela igualdade entre os gêneros também dentro da questão linguística.

7.9. Posição pronominal

Como apenas o clítico acusativo padrão e o pronome *lhe* podem realizar-se em diferentes posições em relação ao verbo, as seções a seguir apresentam o resultado estatístico dessas variantes, mesmo que o grupo não tenha sido selecionado pelo programa estatístico. As sentenças em (95), (96) e (97) apresentam exemplos de ênclise, próclise e mesóclise, respectivamente:

(95) – Desde que abandonou as funções governativas tem estado ausente da actividade política. Foi obrigado a fazê-lo pelas circunstâncias ou fê-lo por vontade própria? (31/01/2000)

(96) O relatório da Comissão devia ser apresentado até ao final de 99 e, até à data (29 de dezembro), ainda não o foi. (DNM – 01/01/2000)

(97) É óbvio que a manutenção de bancos autónomos dá trabalho e tem custos. Até agora tem-se mostrado benéfico. Quando se vier a manifestar conveniente o acerto dessa estratégia fá-lo-emos. Não somos dogmáticos. (DNM – 03/01/2000)

Conforme o esperado, observamos que a maior frequência tenha ocorrido em forma crescente da ênclise para a mesóclise, passando pela próclise, conforme ilustra a tabela 40.

Tabela 40: Influência do fator *posição pronominal* no uso do clítico em oposição ao pronome *lhe*

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
Próclise	82/335	24,5%
Ênclise	247/335	73,7%
Mesóclise	05/335	1,8%

Fonte: dados da pesquisa

Segundo já ilustrado no referencial teórico e retomado na análise dos dados do teste, o PE estabelece o uso da ênclise, inclusive em contextos de próclise, como é o caso da palavra negativa “não”, conforme exemplificado em (98):

(98) Pois, não esqueçamo-lo: o direito à informação compreende o direito a informar e o direito a ser informado. (DNM – 07/01/1993)

Ao relacionarmos a variante inovadora *lhe* na função de objeto direto com o princípio da marcação, consideramos que ela fazia parte do grupo de formas marcadas estruturalmente e cognitivamente, tanto por sua baixa frequência, quanto pela opacidade da codificação dentro de um paradigma variado. Porém, no que se refere à posição, o pronome realiza-se de acordo com a norma europeia, conforme ilustra a tabela 41.

Tabela 41: Influência do fator *posição pronominal* no uso do pronome *lhe* em relação ao clítico acusativo padrão

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PERCENTUAL
Próclise	2/7	28,57%
Ênclise	4/7	57,14%
Mesóclise	1/7	14,29%

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com os nossos pressupostos teóricos, os resultados para o grupo *posição do pronome* estão dentro do esperado. Em nossas hipóteses, afirmamos que a alta incidência da ênclise faz com que o sistema do PE – insular avalie positivamente o pronome *lhe*, capaz de realizar-se nessa posição sem demandar uma maior complexidade cognitiva, em oposição ao pronome *ele*. Essa relação entre as variantes, de prestígio ou não, bem como o caráter inovador do uso da anáfora zero dentro de um sistema pronominal em mudança será correlacionada, a seguir, aos resultados apresentados.

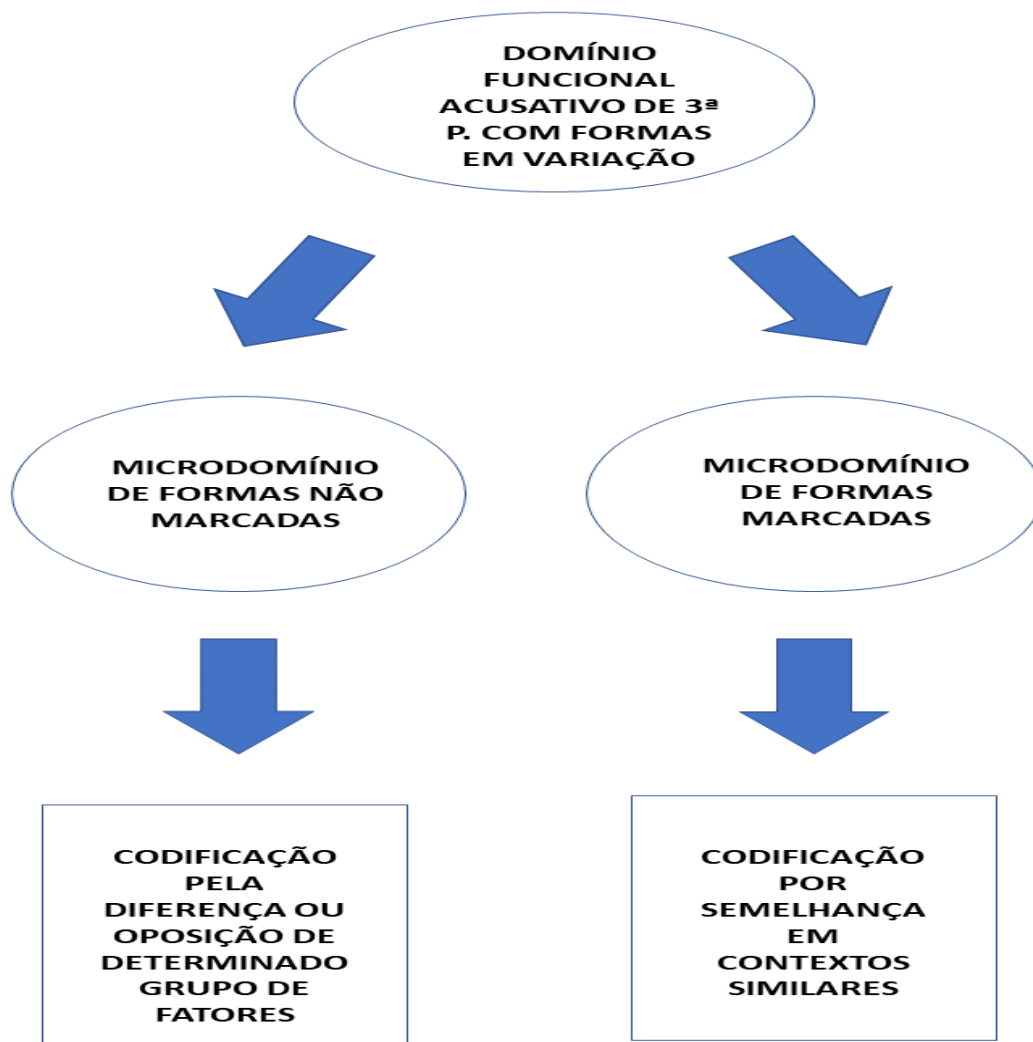
Apresentadas as variantes e os fatores de controle, convém sistematizar o comportamento das formas dentro do domínio funcional do acusativo de terceira pessoa. No que compete ao princípio da marcação, nossos dados apontam para a formação de dois microdomínios, nos quais as formas são divididas não apenas por serem marcadas ou não marcadas, mas pelo comportamento linguístico de semelhança ou diferença de uso em contextos, linguísticos ou extralinguísticos.

Assim, de um lado, temos as formas variantes não marcadas, o clítico padrão e a anáfora zero inovadora. Ambas apresentam alta frequência, mas comportamentos opostos dentro de um mesmo grupo de fatores condicionantes. Enquanto a primeira é condicionada pela escrita, a segunda é pela fala. Falantes mais velhos com um maior nível de escolaridade usam com mais frequência a forma pronominal, enquanto indivíduos mais jovens e com menor escolaridade usam com mais frequência a anáfora. Nos textos do domínio jornalístico analisados, o clítico acusativo é favorecido por gêneros de sequências mais formais, como a notícia e o editorial; já o objeto nulo é favorecido pela a entrevista, texto formado em maior parte pela sequência dialogal. No que se refere ao período histórico, a forma padrão mostrou relevante nas décadas de 1970 e 2000 e a forma inovadora, nas décadas de 1980, 1990 e 2010. Enquanto o pronome *o* foi a estratégia de uso preferida quando diante de formas compostas e retomando um objeto direto [+ humano]; a anáfora foi selecionada para formas simples e objetos com o traço [- humano].

Por outro lado, temos as variantes marcadas, com baixa frequência em relação à do outro microdomínio e com comportamento análogo entre si, além do que, por vezes, o fator motivador coincide com o que motiva as formas não marcadas. Em nossa análise, uma das variantes, o pronome *lhe*, somente foi relacionado estatisticamente ao traço semântico do objeto direto, coincidindo tanto com a variante de prestígio, como o pronome *ele*. Quando ambas as variantes marcadas são relacionadas à fala, há maior frequência de uso delas por mulheres de baixo nível de escolarização, além de ocorrerem diante da forma composta. No que se refere a suas especificidades na variação com a norma padrão, cada uma atua dentro de um sistema específico: o pronome *ele* é a variante estigmatizada usada como estratégia preferencial por falantes brasileiros e o *lhe*, por falantes madeirenses.

Diante do exposto, elaboramos a figura 07, que esquematiza um domínio funcional para marcação do caso acusativo de 3^a. P, com formas em variação dentro de microdomínios a ele associados.

FIGURA 07: Microdomínios funcionais com formas em variação



Fonte: dados da pesquisa

Relacionando os domínios funcionais à estrutura social, nossa tese de relacionar os pronomes *ele* e *lhe* a uma estrutura sintática comum a uma variedade do português pós-colonial continua a sustentar-se, observando a similaridade da relação de codificação e características linguísticas em espaços distintos da lusofonia, observando-se as peculiaridades de cada comunidade de fala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo, analisamos os dados dos nossos *corpora* formados por textos orais e escritos do português brasileiro e do português europeu. Dividimos as seções por fatores condicionantes em relação a cada uma das variantes. Essa divisão deu-se por analogia à análise feita no capítulo anterior.

Para a variante *o*, a mais produtiva nos dados, foram selecionados os seguintes grupos: a) continuum fala x escrita, em que a escrita favoreceu o uso da variante e apontou os gêneros notícia e editorial como contextos mais propícios para o seu uso; b) faixa etária, sendo a variante favorecida pelos falantes mais velhos; c) localidade, em que os dados de Lisboa e Funchal mostram-se estatisticamente mais propícios ao uso do clítico; d) grau de escolaridade, em que o nível fundamental e o nível médio favoreceram a variante padrão; e) propriedades semânticas do objeto direto, através do qual a forma foi favorecida pelo fator [+ humano]; f) tipo da forma verbal, em que prevaleceu o uso do clítico com formas compostas e g) período histórico, com relevância nas décadas de 1970 e 2000.

Para a anáfora zero, quatro fatores foram selecionados, a saber: a) *continuum* fala x escrita, sendo a variante favorecida pela fala e pelo gênero textual de sequência dialogal, a entrevista; b) propriedade semântica do OD, a partir do grupo [- humano]; c) localidade, onde os dados fluminenses favoreceram o uso da variante inovadora e d) período histórico, havendo significância estatística para uso da anáfora nas décadas de 1980, 1990 e 2010; e) faixa etária, em que falantes da faixa etária entre 18 a 35 favorecem-na e f) tipo da forma verbal, através do uso junto à formas simples.

Para o pronome *ele*, cinco fatores foram selecionados, a saber: a) faixa etária, sendo a forma favorecida pelas duas faixa etárias mais velhas (36 a 55 e 56 a 75); b) grau escolaridade, em que a variante é a estratégia de uso mais adotada pelos falantes com apenas ensino fundamental; c) sexo do informante, tendo o uso favorecido por falantes mulheres; d) localidade, confirmando a hipótese de que o *ele* é uma forma própria do PB (Rio de Janeiro) e e) propriedade semântica do OD, favorecido pela retomada de objetos diretos com o traço [+ humano]. Para o pronome *lhe*, apenas um fator condicionante foi selecionado, a propriedade semântica do objeto, em seu traço [+ humano].

Por fim, lançamos mão à ideia de um domínio funcional para o acusativo de 3ª. pessoa, com formas em variação em dois microdomínios distintos, caracterizados ou não por marcação (em alusão ao princípio da marcação), bem como por oposições e similaridades motivacionais (considerando-se grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos). Essas últimas serviram-nos, mais uma vez, para sustentar a tese sobre a existência de traços comuns a uma sintaxe da língua portuguesa pós-colonial.

7. CONCLUSÕES

O objeto da observação se recusa a ficar imóvel, as palavras deslizam para fora da vivência e o que resta no papel no final não passa de um monte de contradições (Pascal Mercier)

Esta tese tratou da variação e da mudança linguística nos pronomes pessoais de terceira pessoa no que se refere à categoria de caso no português brasileiro e no português europeu em suas variantes continental e insular, a partir da análise de dois *corpora*, um formado por textos escritos de diferentes gêneros da esfera jornalística ao longo de cinco décadas e outro formado por entrevistas sociolinguísticas.

O primeiro capítulo é a introdução de nossa pesquisa, em que delimitamos e justificamos o objeto de estudo, a categoria caso. Os dois capítulos seguintes correspondem à revisão da literatura. No capítulo dois, falamos sobre as mudanças linguísticas em língua portuguesa, considerando as variantes geográficas, bem como as normas e os usos dos pronomes em língua portuguesa. No terceiro capítulo, discutimos conceitos e categorias das duas teorias que serviram de base para este estudo: a Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006; LABOV, 1978, 1994, 2001, 2008 e 2010) e o Funcionalismo linguístico (GIVÓN, 1979b, 1984 e 1995, 2002, 2005, 2009 e 2011; DUBOIS; VOTRE, 2011), para, por fim, alinhar as noções conciliáveis entre eles, sob a ótica sociofuncionalista.

Em seguida, dedicamos o quarto capítulo aos procedimentos teórico-metodológicos. Nosso envelope de variação foi delimitado pela variável *marcação do caso acusativo em terceira pessoa*, a partir de quatro variantes: o clítico acusativo padrão *o (a/os/as)*, o pronome *ele*, o pronome *lhe* e a anáfora zero. Partimos da hipótese geral de que as mudanças ocorridas no sistema pronominal do português brasileiro, na categoria caso, são semelhantes às ocorridas no português falado na ilha da Madeira. Testamos essa tese estabelecendo como fatores de controle o *continuum* fala/escrita; a propriedade semântica do OD, o tipo da forma verbal que o acusativo completa, a posição do pronome, o período histórico, o sexo do informante, o nível de escolaridade, a idade e a localidade. Para tanto, investigamos dois *corpora*, um oral, formado por entrevistas estratificadas em perspectiva sociolinguística de informantes fluminenses,

lisboetas e funchalenses; e outro *corpus* formado por dados escritos de textos jornalísticos da imprensa do Rio de Janeiro, de Lisboa e do Funchal.

No primeiro momento de nossa pesquisa, foi feito um teste de avaliação e percepção das variantes com alunos da Universidade da Madeira. O intuito inicial do estudo foi verificar a existência e a aceitação do uso do pronome *lhe* como acusativo de terceira pessoa, uma vez que a forma apenas era atestada por Andrade (2014); enquanto no Brasil, o pronome é usado como objeto direto de segunda pessoa, em variação com o *te* ((MENON, 1995), (ARAÚJO; CARVALHO (2014)). O teste consistia em os alunos atribuírem valores de acordo com o uso que faziam de cada variante, para isso foi pedido que eles respondessem o questionário com quatro opções possíveis: 1- *não falo/escrevo desse jeito, porque é a forma errada*; 2- *Uso essa forma na fala e na escrita em contextos informais*; 3- *Falo dessa forma, mas não escrevo* e 4- *Essa é forma correta de falar e de escrever*.

Por ordem de prestígio, isto é, receberam o maior número de avaliações como “a forma correta de falar e de escrever”, o clítico *o*, a anáfora, o pronome *lhe* e o pronome *ele*. Considerando que investigamos uma comunidade de prática, a universitária, era esperado que as variantes *ele* e *lhe* tivessem alto índice de estigmatização em relação à variante de prestígio padrão, uma vez que, conforme Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), no processo de mudança linguística, a questão de avaliação mostra o nível de consciência da comunidade sobre os valores relativos a usos linguísticos. Assim, percebemos, através das respostas dos estudantes, os pronomes *ele* e *lhe* como formas marcadas no contexto avaliativo formal dos universitários. O oposto ocorreu com o uso do objeto direto anafórico, amplamente aceito entre os sujeitos da pesquisa.

Em comparação com os estudos de Duarte (1989) e Freire (2005) sobre o português brasileiro, observamos resultados semelhantes nessa primeira etapa de observação das variantes no PE – insular. Com os primeiros resultados, começamos a pensar no conceito de **sintaxe pós-colonial da língua portuguesa**, em comparação com o conceito de língua espanhola do atlântico (CATALÁN (1958); IZQUIERDO; UTRILLA (2010) e MUÑOZ (2012)). Os termos “sintaxe” e “pós-colonial” foram empregados em contraste com “língua” e “atlântico” pelas identidades próprias da história da língua portuguesa nos espaços outrora ocupados pelos portugueses. Em relação ao primeiro termo, Carrilho e Pereira (2011), ao elencar distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão em português europeu, apontam usos no PE –

insular semelhantes ao PB, incluindo o uso do *ele* como objeto direto; levando em consideração essas identidades, falamos em uma sintaxe comum à Madeira e ao Brasil. Em relação ao segundo termo, diferente do espanhol, a língua portuguesa espalhou-se além do Atlântico e, no que se refere aos pronomes pessoais, o português falado em Moçambique compartilha o *lhe* na terceira pessoa na função de objeto direto, conforme César (2014), Gonçalves (2015), Wess (2015) e Figueiredo, Jorge e Oliveira (2016).

Passada a avaliação, analisamos as respostas em relação ao sexo do estudante, à permanência na ilha, ao gênero do objeto direto, ao tipo da forma verbal e à posição dos pronomes. Levando em consideração a natureza do teste, formado por sentenças escritas, e o grau de escolaridade dos informantes, o clítico padrão foi a forma avaliada como correta na maioria absoluta dos casos. Mas, ao avaliarmos a aceitação do uso nos questionários, houve diferença estatística, no grupo *sexo*: a variante *lhe* foi aceita em sua maioria por homens. No grupo *permanência da ilha*, o pronome *lhe* foi a estratégia preferida por aqueles que nunca moraram fora da Madeira, enquanto o pronome *ele*, a estratégia dos que já viveram fora. Para o fator *propriedade semântica do OD*, os pronomes *ele* e *lhe* foram avaliados positivamente quando se referiam a um OD [+ humano] e a anáfora quando se referia ao traço [- humano]. O tipo da forma verbal que favoreceu o uso do pronome *ele* e da anáfora foi a simples e do pronome *lhe*, a composta. Ficou evidente ainda a força da ênclise no português europeu insular. Além disso, o *gênero do objeto direto* não se mostrou um fator relevante, visto que nem todas as variantes são marcadas formalmente em gênero.

Diante dos resultados das respostas do teste, observamos que, enquanto os subprincípios da marcação atuavam nas formas pronominais, os princípios da expressividade e da modularidade interviam na anáfora zero. Nas variantes pronominais, temos a forma não marcada padrão em variação com *ele* e *lhe*, formas marcadas tanto socialmente, conforme vimos em seu elevado índice de estigmatização, e formalmente, uma vez que ampliam sua codificação com mais uma função sintática dentro do domínio funcional a que pertencem originalmente. Já a anáfora, variante de caráter discursivo, apresenta-se como forma não marcada tanto estruturalmente como socialmente, porém ligada a outros grupos marcados como o valor semântico do objeto direto, atuando em contextos marcados para manter o equilíbrio cognitivo-contextual.

A partir desses primeiros resultados, procedemos para a análise dos *corpora* oral e escrito. A frequência das variantes ficou assim distribuída: 50% de uso do clítico *o*;

37% de ocorrências do objeto direto anafórico; 12% do pronome *ele* e 1% do pronome *lhe*. A grande frequência do clítico e da anáfora deve-se ao fato de que somente essas duas formas ocorreram nos dados de escrita. Para a variante *o*, foram selecionados os seguintes grupos de fatores como condicionantes: a) faixa etária (56 a 75); b) grau de escolaridade (ensino médio e ensino superior); c) gênero textual (notícia e editorial); d) período histórico (décadas de 70 e de 2000); e) propriedade semântica do objeto direto (+ humano); f) tipo da forma verbal (composta); g) localidade (Lisboa e Funchal) e h) *continuum* fala x escrita (escrita). Para o pronome *ele*, cinco fatores foram selecionados, a saber: a) faixa etária (36 a 55 e 56 a 75); b) escolaridade (ensino fundamental); c) sexo do informante (feminino); d) localidade (Rio de Janeiro) e e) propriedade semântica do OD (+ humano). Para a anáfora zero, foram selecionados os fatores a) faixa etária (18 a 35); b) gênero textual (entrevista); c) *continuum* fala x escrita (fala); d) período histórico (décadas de 80, 90, 2010); e) localidade (Rio de Janeiro); f) traço semântico do objeto (- humano) e g) tipo da forma verbal (simples). Para o pronome *lhe*, apenas um fator condicionante foi selecionado, a propriedade semântica do objeto (+ humano).

Após esses resultados, retomamos a ideia de que há uma relação entre as variantes, de um lado, estão o clítico e a anáfora zero, as variantes não marcadas, apresentando alta frequência, mas motivações opostas; por outro lado, as variantes marcadas cognitivamente e socialmente, *ele* e *lhe*, apresentam baixa frequência e comportamento análogo entre si. Entendemos que esses dois comportamentos surgem a partir da formação de microdomínios dentro de um domínio maior de formas em variação, como ocorre na função acusativa dos pronomes pessoais de terceira pessoa.

Neste trabalho, optamos em estudar as formas de terceira pessoa, mas diante dos resultados mencionados, abrimos o espaço para pesquisas futuras que visem a investigar outros domínios funcionais tanto na classe dos pronomes, quanto de outras funções sintáticas ou outras pessoas do discurso, a fim de expandir os estudos da sintaxe pós-colonial de língua portuguesa, buscando entender melhor os princípios de convergência e divergência (LABOV, 2010) que identificam os vários espaços da lusofonia.

REFERÊNCIA

- ANDRADE, C. G. G. **Crenças, Percepção e Atitudes Linguísticas de Falantes Madeirenses**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais). Funchal: UMa, 2014.
- ARAÚJO, F.J.N. de; CARVALHO, H. M. A alternância das formas pronominais *te* e *lhe* em cartas pessoais do Ceará. **Revista Línguas & Letras** – Unioeste – Vol. 15 – Nº 31 – 2014
- AVEIRO, M. A. F. T.; SOUSA, P.A.F.S. Emprego do objeto direto nos falares madeirenses. **Gramática de Pluralidades** (disciplina do Mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais), Funchal, Universidade da Madeira. (No prelo)
- AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Publifolha. 2008.
- BAGNO, M. **Gramática de bolso do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2013.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
- BARROS, J. **Grammatica da lingua portuguesa**. 1540. Disponível em: http://purl.pt/12148/6/res-5658-1-p_PDF/res-5658-1-p_PDF_24-C-R0150/res-5658-1-p_0000_capa-60v_t24-C-R0150.pdf. Acesso em 23/09/2017.
- BAZENGA, A. Aspectos do português falado no Funchal e Variedades do Português, **III SIMELP** (*Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*), Macau: Universidade de Macau, 2011.
- _____. Non-dominant TER (to have) - Existential in Spoken EP of Funchal (Madeira Island). Comunicação apresentada no **II International Conference of WGNV** – Exploring Linguistic Standards in Non-dominating varieties na Universidad de Salamanca. Espanha, 2012.
- _____. **Corpus of Madeira Island, a Spoken Variety of European Portuguese**. Comunicação apresentada no CILC06 (6th International Conference on Corpus Linguistic) na Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Espanha, 2014.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. e ampl. São Paulo: Lucerna, 2006.
- BORBA, F. S. **Uma gramática de valências para o português**. Editora Ática, São Paulo, 1996.
- CAMARGO JR, A. R. **A realização do objeto direto em referência ao interlocutor**. Dissertação (mestrado em Filologia e Língua Portuguesa). São Paulo, USP, 2007.

CARDOSO, S. A. M. **Caminho dos pronomes pessoais no português Brasil** · considerações a partir do projeto ALIB, 2003. Disponível em: http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/09_3.pdf acesso em 12/04/2014.

CARRILHO, E.; PEREIRA, S. Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão em português europeu. *In: XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (Anais)*, Lisboa, APL, 2011, pp. 125-139.

CASTILHO, Ata. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, A. T. de; ELIAS, V. M. **Pequena gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CATALÁN, D. Génesis del español atlántico: ondas varias a través del oceano. **Revista de historia canaria**. Número 123-124. Julio-Diciembre de 1958.

CÉSAR, G. R. E. **O uso de pronomes clíticos em textos de ensino secundário e universitário em Nampula** Dissertação. (Mestrado em Línguas, literaturas e culturas). Aveiro: Universidade de Aveiro, 2014.

CHAGAS, P. Mudança linguística. *In: FIORIN, J. L. (Orgs.). Introdução à Linguística: Objetos Teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.

CINTRA, L. F. L. Nova proposta de classificação dos dialectos galego-Portugueses. **Boletim de Filologia**, (22), 1985, 81-116.

COELHO, I. L. et al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015

COSTA, T. M. A escrita e a fala: contexto de preenchimento ou não da posição objeto no português brasileiro. **Anais do IX Encontro do CELSUL**. Palhoça – SC: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2010.

COSTA, R. M. da S. **A alternância das formas pronominais tu, você e o(a) senhor(a) na função de sujeito no Português falado em Cametá-PA**. Tese (doutorado em linguística). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2016.

COUTINHO, I. de L. **Pontos de gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lexicon Informática, 2007.

CUNHA, M.A.F da; COSTA, M.A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. *In: CUNHA, M.A.F da; OLIVEIRA, M.R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DUARTE, M. E. L. *Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. *In: TARALLO, F. (org). Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes/Unicamp, 1989.

DUARTE, P. M. T.; LIMA, M. C. **Classes e categorias em português**. 2ª ed. Ver. E ampl. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

DUBOIS, S.; VOTRE, S. J. Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo linguístico. In: VOTRE, S. J. (Org.). **A construção da gramática**. Niterói: Editora da UFF, 2004.

FARACO, C. A. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. In: **Fragmenta 13**, Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Curitiba, Editora da UFPR, 1996.

FERREIRA, A. G.; FIGUEIREDO, J. N de. **Compêndio de gramática portuguesa**. 3º ciclo. Porto: Porto Editora, 2015.

FIGUEREDO, C. F. G.; JORGE, L. T. L.; OLIVEIRA, M. S. D. Clítico argumental “lhe” no Português do Libolo: Estrutura formal e Caso. In FIGUEIREDO, C. F. G.; OLIVEIRA, M. S. Duarte O. (coords.) **Projeto Libolo - Município do Libolo, Kwanza-Sul, Angola**: aspectos linguístico-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários, vol. 1, pp. 253-264. Lisboa: Chiado Editora, 2016.

FREIRE, G. C. **A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana**. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 2005.

FREITAG, R. M. K.; (Re)Discutindo Sexo/Gênero na Sociolinguística, p. 17-74. In: FREITAG, R. M. K.; SEVERO, C. G. (Org). **Mulheres, Linguagem e Poder** - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Blucher, 2015.

FREITAG, R. M. K.; MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. **Alfa**, rev. linguíst. (São José Rio Preto) [online]. 2012, vol.56, n.3, pp.917-944.

GARCIA, A. da S. Uma tipologia semântica do verbo. **Soletras**. Ano IV, nº08. São Gonçalo, UFRJ, 2004.

GIVÓN, T. **Syntax**: a functional-typological introduction. v.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

_____. **Syntax**: a functional-typological introduction. v.2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

_____. **English grammar**: a function-based introduction. v.1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

_____. **Funcionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. **Syntax**: an introduction. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

_____. **Context as other minds**: the pragmatics of sociality, cognition and communication. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.

GONÇALVES, P. O português em África. In: RAPOSO, E.B.P. *et al.* **Gramática do português**. V.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

GUINDASTE, R. M. G. **A categoria vazia na posição objeto em Português**: uma abordagem gerativa transformacional. Dissertação (Mestrado em Linguística). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1988.

HOPPER, P. J. On Some Principles of Grammaticalization. In: E. TRAUGOTT & B. HEINE (eds.). **Approaches to Grammaticalization**, v. 1, Amsterdam / Filadélfia: John Benjamins Publish Company, 1991.

ILARI, R. **Linguística Românica**. 3ª ed. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2000.

ILARI, R. *et al.* **Os pronomes do português falado**: roteiro para análise. In: CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, Margarida. (orgs.) **Gramática do português falado**: estudos descritivos. Volume IV. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/FAPESP, 1996.

IZQUIERDO, M. A.; UTRILLA, J. M. E (coord). **La lengua española em América**: normas y usos actuales. Valencia: Universitat de València, 2010.

JORGE, N. **Gramática de Português**. 2º ciclo. Porto: Porto Editora, 2015.

_____. **Gramática de Português**. 3º ciclo. Porto: Porto Editora, 2015.

KATO, M. *et al.* Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (orgs.) **Quinhentos anos de história linguística no Brasil**. Salvador: Empresa gráfica da Bahia/Funcultura/Governo da Bahia, 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/site/docentes/cyrino/KACYDURO%20com%20cit.pdf>

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Principles of linguistic change**: Internal factors. Cambridge, MA: Blackwell, 1994.

_____. **Principles of linguistic change**: social factors. Oxford: Blackwell, 2001.

_____. **Principles of linguistic change**: cognitive and cultural factors. Oxford: Blackwell, 2010.

_____. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic working paper**, 44. Texas, 1978.

LEHMANN, C. **Thoughts on grammaticalization**: a programmatic sketch. *Arbeiten des Kölner Universalien – Projekts 48*. Cologne: Universität zu Köln, Institut für Sprachwissenschaft, 1995 [1982]

LINS, A. B. Três hipóteses e alguns caminhos ara melhor compreender o processo constitutivo do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K., CUNHA E SOUZA, H. F., and SOLEDADE, J., orgs. **Do português arcaico ao português brasileiro**: outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 329 p. ISBN 978-85-232-0602-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

LUCCHESI, Dante; MENDES, Elisângela dos Passos. A flexão de caso dos pronomes pessoais. In: LUCCHESI, D., BAXTER, A., and RIBEIRO, I., orgs. **O português afro-brasileiro** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 576 p. ISBN 978-85-232-0596-6. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

MARQUILHAS, R. Fenómenos de mudança na história do português. In: RAPOSO, E.B.P. *et al.* **Gramática do português**. V.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

MARCHUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATEUS, M. H. M. **As mudanças da língua no tempo e no espaço**. 2005. Disponível em http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-mhmateus-mudanca_lingua.pdf acesso em 02/02/2015.

MATTOS E SILVA, R. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDONÇA, C. S. I. de. A sílaba em fonologia. In: **Working papers em linguística**. UFSC, n.7, 2003, p. 21 – 40.

MENON, O. P. da S. **O sistema pronominal do português do Brasil**. Letras. Curitiba, Editora da UFPR, n.44, p.91-106, 1995.

_____. Pronome de 2.^a pessoa no Sul do Brasil: tu / você / o senhor em Vinhas da Ira. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 35, n.1, p. 121-163, 2000.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2005.

MOLLICA, M. C. Relevância das variáveis não linguísticas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed., 1^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTEIRO, J. L. **Pronomes pessoais**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1992.

MUÑOZ, F. J. R. El español atlántico: revitalización de um concepto metodológico desde la dialectología. **Sintagma** 24, 23-32, 2012.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA (org.), **Introdução à sociolinguística variacionista**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.

NARO, A. J. SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NEVES, M. H. de M. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. **Texto e gramática**. 1. Ed., 3^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

NUNES, J. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: KATO, Mary A. & ROBERTS, Ian. (orgs.) **Português brasileiro** — uma viagem diacrônica. Campinas, UNICAMP, pp. 207-220, 1996.

OLIVEIRA, F. de. **Gramática da linguagem portuguesa**. Ed. *fac-simile*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1536.

OLIVEIRA, S. M. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007.

PAIVA, A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 4. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

PAREDES SILVA, V.L. **A distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular na fala carioca ao longo do século XX**. II Congresso Nacional da Abralín (CD-rom), 2000.

_____. O retorno do pronome tu à fala carioca. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (orgs.) **Português Brasileiro** – contato linguístico, heterogeneidade, história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 160-169.

PEZATTI, E. G. O Funcionalismo em linguística. In.: MUSSALIN, Fernanda;

BENTES, Anna C. (orgs) **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística. **Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Autónoma da Madeira**. Lisboa, 2012.

RAMOS, J. O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro. In: HORA, Dermeval da. (org.) **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia. UFPB, 1997. P. 43-60.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 48. ed. rev. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RODRIGUES, L. da S. **E tenho dito**: a gramaticalização e a variação do pretérito perfeito composto em narrativas dos séculos XV, XVI e XVII. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

RODRIGUES, P. M. Da insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da madeirensidade (1910-1926). **Anuário. Centro de Estudos de História do Atlântico**. (pp.210-228). Funchal: CEHA,2010.

SALLES, H. M. M. L. Aspecto da sintaxe de clíticos e artigos em português. **Revista de Letras**. Curitiba, n. 56, p. 177-191, jul./dez. 2001. Editora da UFPR.

SAPIR, E. **A Linguagem**: Introdução ao estudo da Fala. 2. ed. Tradução: J. Mattoso Câmara Jr. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **Goldvarb X - A multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of

Mathematics, 2005.

SEGURA, L. Geografia da língua portuguesa. In: RAPOSO, E.B.P. *et al.* **Gramática do português**. V.1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

SILVA, R. J. da. **Pronomes pessoais dos casos reto e oblíquo**: a função sintática no português atual e arcaico. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_253.pdf acesso em: 20/02/2015.

TARALLO, F. **Tempos linguísticos**: itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 2005.

TAVARES, M. A. **A gramaticalização de e, aí, daí e então**: estratificação/ variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista. Tese (Doutorado em Linguística). Florianópolis: UFSC, 2003.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Digital Source)

TORRES, F.F.; RODRIGUES, L. S.; COAN, M. Incursões sociofuncionalistas pelo domínio tempo-aspecto-modalidade. **Revista filologia e linguística portuguesa**. São Paulo, n. 14(1), p. 57-72, 2012.

VIANNA, J. B. de S. **Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português**. Tese (Doutorado em letras vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

VITRAL, L; RAMOS; J. Gramaticalização de “você”: um processo de perda de informação semântica. **Revista de filologia e linguística portuguesa**. São Paulo, n. 3, p. 55-63, 1999.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 4. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

WESS, C. **As Políticas de Língua e o Planejamento Linguístico em três antigas colônias portuguesas (Angola, Moçambique e Brasil) e em Portugal**: passado e presente. Dissertação. (Mestrado em Português como Língua Não-Materna). Graz: Universidade Aberta de Portugal, 2015.

APÊNDICE



A. Características pessoais. Por favor, selecione a resposta correta:			
1. Idade:			
2. Sexo: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	3. Estado Civil: Solteiro(a) <input type="checkbox"/> Casado(a) <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/> Com filhos menores <input type="checkbox"/>		
4. Naturalidade (Concelho) : _____ Residência : _____			
5. Curso : _____ Ano : _____			
6. Já viveu fora da ilha ? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Onde ? _____ Durante quanto tempo ? 1-5 anos <input type="checkbox"/> 6-10 anos <input type="checkbox"/> 11-20 anos <input type="checkbox"/>			
7. Costuma viajar ? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Com que frequência : Muito frequente <input type="checkbox"/> Alguma frequência <input type="checkbox"/> Pouca frequência <input type="checkbox"/>			
8. Tem televisão : Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Com cabo : Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Tem internet : Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>			

B. Analise as frases a seguir, atribuindo-lhe um valor X (1 a 4) de acordo com os seguintes significados:

1 – Não falo/escrevo desse jeito, porque essa é a forma errada. **3**- Falo dessa forma, mas não escrevo.

2- Uso essa forma na fala e na escrita em contextos informais. **4**- Essa é forma correta de falar e de escrever.

Já viste o vestido?					Falaste hoje com o teu primo?				
A- Comprei na feira	1	2	3	4	A- Sim. Vi na missa.	1	2	3	4
B- Comprei-lhe na feira	1	2	3	4	B- Sim. Vi-lhe na missa.	1	2	3	4
C- Comprei-o na feira	1	2	3	4	C- Sim. Vi-o na missa.	1	2	3	4
D- Comprei ele na feira	1	2	3	4	D. Sim. Vi ele na missa.	1	2	3	4

Lavaste a loiça?					João namora Maria.				
A- Já e também arrumei.	1	2	3	4	A- Ele ama-lhe muito.	1	2	3	4
B- Já e também arrumei-lhe.	1	2	3	4	B- Ele lhe ama muito.	1	2	3	4
C- Já e também lhe arrumei.	1	2	3	4	C- Ele ama-a muito.	1	2	3	4
D- Já e também arrumei-a.	1	2	3	4	D- Ele a ama muito	1	2	3	4
E- Já e também a arrumei.	1	2	3	4	E- Ele ama ela muito	1	2	3	4
F- Já e também arrumei ela.	1	2	3	4					

A tua mãe faz anos hoje? Já compraste o presente?					Pedro está muito aflito com os exames.				
A- Não. Vou comprar amanhã.	1	2	3	4	A- Não te preocupas, eu	1	2	3	4

					vou ajudar.				
B- Não. Vou comprá-lo amanhã.	1	2	3	4	B- Não te preocupas, eu lhe vou ajudar.	1	2	3	4
C- Não. Vou o comprar amanhã.	1	2	3	4	C- Não te preocupas, eu vou lhe ajudar.	1	2	3	4
D- Não. Vou comprar ele amanhã.	1	2	3	4	D- Não te preocupas, eu vou ajudar-lhe	1	2	3	4
					E- Não te preocupas, eu o vou ajudar.	1	2	3	4
					F - Não te preocupas, eu vou ajudá-lo	1	2	3	4
					G - Não te preocupas, eu vou ajudar ele.	1	2	3	4